

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, NATUREZA E DINÂMICA DO
ESPAÇO

**AS FRENTES DE (DES)ARTICULAÇÃO E RESISTÊNCIA DOS PRODUTORES
AGRÍCOLAS FRENTE AO AVANÇO DA ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA: estudo do
bairro Mercês, Paço do Lumiar – MA.**

SÃO LUÍS – MA
2023

RICARDO EVERTON LIMA

**AS FRENTES DE (DES)ARTICULAÇÃO E RESISTÊNCIA DOS PRODUTORES
AGRÍCOLAS FRENTE AO AVANÇO DA ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA: estudo do
bairro Mercês, Paço do Lumiar – MA.**

Dissertação apresentada junto ao Programa de Pós Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço – PPGeo da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. José Sampaio de Mattos Júnior.

SÃO LUÍS – MA
2023

Lima, Ricardo Everton.

As frentes de (des)articulação e resistência dos produtores agrícolas frente ao avanço da especulação imobiliária: um estudo de caso do bairro Mercês, Paço do Lumiar - MA / Ricardo Everton Lima. – São Luís, 2023.

131 f

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço, Universidade Estadual do Maranhão, 2023.

Orientador: Prof. Dr. José Sampaio de Mattos Júnior.

1.Rural. 2.Urbano. 3.Agricultura familiar. 4.Mercês. I.Título.

CDU: 911.372.2:316.42(812.1)

RICARDO EVERTON LIMA

**AS FRENTES DE DES(ARTICULAÇÃO) E RESISTÊNCIA DOS PRODUTORES
AGRÍCOLAS FRENTE AO AVANÇO DA ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA:** estudo do
bairro Mercês, Paço do Lumiar – MA.

Dissertação apresentada junto ao Programa de Pós Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço – PPGeo da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. José Sampaio de Mattos Júnior.

APROVADA EM: 27 / 02 / 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Sampaio de Mattos Júnior (Orientador)
UEMA/PPGeo

Profa. Dra. Grete Soares Pflueger
(1º Examinadora)
(UEMA - PPDSR)

Profa. Dra. Ana Rosa Marques
(2º Examinadora)
(UEMA - PPGeo)

AGRADECIMENTOS

Impossível debruçarmo-nos sobre um estudo dissertativo e não termos apoio em cada uma das etapas propostas e realizadas. Assim, dedicamos este momento para tecer os nossos agradecimentos.

Pelo dom da vida, pela saúde, pelas bênçãos derramadas à cada instante, por nos fazer forte mesmo nos momentos de aparente fraqueza, meu agradecimento inicial é à Deus. E, como católico, à Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil, e Nossa Senhora de Nazaré.

Agradeço, imensamente, à minha esposa Fabbriny, que esteve ao meu lado em todos os instantes, incentivando-me e mostrando-me que seria capaz de realizar tão grande estudo, que é minha amiga, parceira, cúmplice, alicerce, além de muito e muito mais. E, ao pequeno Thomás Ricardo, meu filho, que nos seus 3 (três) anos de vida, tem me proporcionado um aprendizado ímpar e particular e, que com toda sua pureza e inocência, sabe dedicar-me seu profundo amor. Aos dois, grandes amores da minha vida, entrego minha dedicação diária em prol de estarmos juntos, bem como Deus nos uniu.

Aos meu pais, Eliane e Agnaldo, ao meu irmão Raul, juntamente de sua esposa Luhilda e filho Dimitri, agradeço à disponibilidade sempre que mostrei precisar.

À minha vó Clara (*in memoriam*), que sempre esteve na torcida para que eu realizasse meus sonhos e, que ao seu jeito, vibrou em cada etapa que eu conquistava, lhe agradeço e lhe guardo.

Um agradecimento especial à minha madrinha Dalila, que é uma grande inspiração e proporcionou todas as condições para que eu e meu irmão tivéssemos a melhor educação possível. Aos meus tios Valentina, Hamilton e Iracema que, também, não mediram esforços na minha criação e educação.

Aos meus sogros Celino e Kátia, que além da amizade mantida, muito auxiliam nos cuidados do meu filho.

Ao meu orientador, Prof. Dr. José Sampaio de Mattos Júnior, por todos os diálogos, informações, materiais cedidos, auxílio sempre que preciso, mas, principalmente, pelo entendimento da frenética dinâmica da minha particular. Muito obrigado, ‘Professor Sampaio’, você foi, simplesmente, fundamental.

À Universidade Estadual do Maranhão, ao Programa de Pós Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço – PPGeo e todos os seus Professores e membros, agradeço em nome da secretária ‘Nana’, que sempre me recebeu com um sorriso e nunca negou qualquer tipo de ajuda e/ou informação, mesmo quando em suas férias.

Ao Grupo de Estudos de Dinâmicas Territoriais – GEDITE e à todos(as) os(as) componentes, que através dos debates, tanto presencial como virtualmente, contribuem para a abertura da visão.

À comunidade das Mercês, em Paço do Lumiar – MA, onde fui muito bem recebido sempre que precisei ir à campo, agradeço em nome do morador e agricultor Cantanhede, que abriu todas as portas para que este estudo fosse realizado.

Às Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento e Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo, ambas de Paço do Lumiar, pois foram muito solícitos durante o levantamento de dados.

À Prefeitura Municipal de Açailândia, através da Secretaria de Educação, que concedeu-me licença para a realização deste estudo. Juntamente, agradeço às diretoras das escolas em que exerço minha profissão.

Em nome do Henrique e Alex, agradeço à cada colega da turma de Mestrado de 2021 do PPGEIO e, estimo que tenhamos forças para seguirmos com nossas pesquisas, estudos e trabalhos.

À Diego – que é amigo, padrinho de crisma e grande inspiração dentro da Geografia – por toda a força, preocupação e incentivo durante todo processo que envolveu esta etapa de aperfeiçoamento educacional e profissional.

Ao Marco Aurélio, amigo feito em Açailândia e que juntos realizamos alguns artigos que muito me ajudaram à ingressar e concluir este Programa de Pós Graduação.

À todos(as) aqueles(as) que contribuíram de forma direta e indireta, que fizeram parte da minha vida em algum momento, meu MUITO OBRIGADO!

RESUMO

O desenvolvimento desta pesquisa tem por objetivo analisar as formas de organização do espaço produtivo dos agricultores frente à especulação imobiliária no bairro Mercês, Paço do Lumiar – MA. A escolha da localidade deu-se pela mesma possuir um importante histórico de produção agrícola familiar, com destacado abastecimento ao mercado consumidor ludovicense, e, ao longo dos últimos anos está sofrendo com uma redução territorial, que de forma direta impacta nos ritos sociais, culturais e econômicos dos moradores do bairro. O entendimento desse avanço urbano sobre os residuais rurais da Ilha do Maranhão, passa pela análise da explosão urbana ocorrente em São Luís – MA a partir dos anos 1960, o que levou à que seus limites urbanos mesclassem-se com os limites dos municípios vizinhos de Paço do Lumiar e São José de Ribamar. A proximidade entre os municípios citados fez com que a indústria imobiliária utilizasse os territórios luminense e ribamarense para implantação de diversos condomínios residenciais, em grande parte para o atendimento da população da capital do estado, onde três deles deram-se sobre Mercês, o que gerou diversos danos ao meio ambiente, enfatizando o assoreamento e poluição do rio das Mercês, principal abastecedor hídrico da população e produções agrícolas daquele local. O cenário de crescimento urbano dentro de Mercês levou à que os agricultores buscassem novos tipos (re)organização, onde uma delas foi a formação da Associação dos Agricultores e Agricultoras Familiares da Comunidade Mercês – ASCAFAM. Para o desdobramento deste estudo dissertativo, optamos pela utilização do Materialismo Histórico Dialético, pois entendemos que ele nos subsidiará na complexa análise contraditória entre o rural e urbano que envolve o território das Mercês.

Palavras – Chave: Rural. Urbano. Agricultura Familiar. Mercês.

ABSTRACT

The development of this research aims to analyze the forms of organization of the productive space of the farmers in front of the real estate speculation of the Mercês neighborhood, Paço do Lumiar - MA. The choice of location was due to the fact that it has an important history of family agricultural production, with outstanding supply to the ludovicense consumer market, and, over the last few years, it has been suffering from a territorial reduction, which directly impacts on social, cultural rites. and economic benefits of the neighborhood's residents. The understanding of this urban advance on the rural residues of the Island of Maranhão, goes through the analysis of the urban explosion that occurred in São Luís - MA from the 1960s, which led to its urban limits merged with the limits of the neighboring municipalities of São Luís. Paço do Lumiar and São José de Ribamar. The proximity between the mentioned municipalities made the real estate industry use the Luminense and Ribamarense territories for the implementation of several residential condominiums, largely to serve the population of the state capital, where three of them were located on Mercês, which generated several damages to the environment, emphasizing the silting and pollution of the Mercês River, the main water supplier for the population and agricultural production of that place. The scenario of urban growth within Mercês led farmers to seek new types of (re)organization, one of which was the formation of the Association of Family Farmers of the Mercês Community – ASCAFAM. For the displacement of this dissertation study, we opted for the use of Dialectical Historical Materialism, we understand that it will subsidize us in the complex contradictory analysis between rural and urban that involves the Mercês territory.

Keywords: Rural. Urban. Family farming. Mercês.

LISTA DE FOTOS

Foto 1 - Condomínio Plaza das Flores (vertical) construído dentro do território de Mercês.	76
Foto 2 - Condomínio Plaza das Flores (vertical) construído dentro do território de Mercês.	76
Foto 3 - Vista do Residencial Cidade Verde (horizontal) construído dentro do território de Mercês.	77
Foto 4 - Residencial Cidade Jardins (horizontal) sendo construído dentro do território de Mercês.	77
Foto 5 - Vista do assentamento informal que está sendo implantado em parte territorial de Mercês.	78
Foto 6 - Área de remanescente da nascente do rio das Mercês, que foi sucumbida pela construção do Residencial Cidade Verde.	80
Foto 7 - Canal do rio das Mercês com apenas água carreada das ruas do Residencial Cidade Verde e das chuvas do período.	81
Foto 8 - Constituição de um brejo alagado no que era um dos pontos de banho e captação de água pela população tradicional de Mercês.	82
Foto 9 - Agricultores Cantanhede (esquerda) e Wanderley (direita) em área de cultivo de flores, na propriedade do Wanderley, nas Mercês.	96
Foto 10 - Plantação de mamão dentro das propriedades produtivas de Mercês.	96
Foto 11 - Cultivo de milho dentro das propriedades produtivas de Mercês.	97
Foto 12 - Plantação de juçara precoce pelo agricultor Cantanhede em terreno adjacente à sua casa.	97
Foto 13 - Cultivo do feijão de metro ou feijão de corda dentro das propriedades produtivas de Mercês.	98
Foto 14 - Cultivo de flores em Mercês para comercialização na data de Finados (02/11).	99
Foto 15 - Cultivo de flores em Mercês para comercialização na data de Finados (02/11).	99
Foto 16 – Trator doado à ASCAFAM para beneficiamento das produções agrícolas de Mercês.	106
Foto 17 – Arado e carroça doados à ASCAFAM para beneficiamento das produções agrícolas de Mercês.	107

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - População nos municípios da Ilha do Maranhão (1980 – 1991).	69
Gráfico 2 - Agricultura Familiar no Brasil: variações entre 2006 e 2017 (valores aproximados).	86
Gráfico 3 - Agricultura Familiar no Maranhão: variações entre 2006 e 2017 (valores aproximados).	87
Gráfico 4 - Agricultura Não-Familiar no Maranhão: variações entre 2006 e 2017 (valores aproximados).	88
Gráfico 5 - Área plantada ou destinada à colheita (hectares - ha)	89
Gráfico 6 - Rendimento médio da produção (quilograma - Kg por hectare - ha)	89
Gráfico 7 - Valor da produção (reais - R\$)	90

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização de Mercês, Paço do Lumiar – MA.	20
Mapa 2 - Localização de Paço do Lumiar – MA.	67
Mapa 3 - Condomínios construídos em Mercês, Paço do Lumiar – MA.	75
Mapa 4 - Assentamento informal constituído em Mercês, Paço do Lumiar – MA.	79
Mapa 5 - Feiras fixas de comercialização dos agricultores de Mercês.	101
Mapa 6 - Localização das feiras itinerantes em Paço do Lumiar - MA.	102
Mapa 7 - Localização das feiras itinerantes em São Luís - MA.	103
Mapa 8 - Locais com simbologias para os agricultores de Mercês, Paço do Lumiar - MA.	110

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Evolução dos investimentos, contratos realizados e políticas públicas do Plano Safra de 2003 à 2015.	45
Quadro 2 - Dias da semana e localização das feiras realizadas pela SEMAPA.	100
Quadro 3 - Dias da semana e locais de comercialização, em São Luís, de produtos provenientes do povoado Mercês.	100
Tabela 1 - Itens produzidos no Maranhão em relação ao Brasil (toneladas).	49
Tabela 2 - Evolução da população de Paço do Lumiar – MA segundo os Censos Demográficos a partir de 1970.	68
Tabela 3 - Residenciais construídos nas áreas rurais de Paço do Lumiar a partir de 2010.	74
Tabela 4 - Caracterização dos estabelecimentos rurais no Brasil de acordo com o Censo Agropecuário 2017.	85
Tabela 5 - Caracterização dos estabelecimentos rurais no Maranhão de acordo com o Censo Agropecuário 2017.	86

LISTA DE SIGLAS

ALUMAR	Consórcio Alumínio do Maranhão
AGERP	Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural
AGRITEC	Feira de Agricultura Familiar e Agrotecnologia do Maranhão
ANATER	Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
Art.	Artigo
ASCAFAM	Associação dos Agricultores e Agricultoras Familiares da Comunidade Mercês
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BACEN	Banco Central
CDAF	Compra Direta da Agricultura Familiar
CDS	Compra com Doação Simultânea
CEDRUS	Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável
CME	Campanha de Merenda Escolar
CNA	Confederação Nacional dos Agricultores
CNAE	Campanha Nacional de Alimentação Escolar
CNME	Campanha Nacional de Merenda Escolar
COHAB	Conjunto Habitacional
Conab	Companhia Nacional de Abastecimento
CPR	Apoio à Formação de Estoques pela Agricultura Familiar
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EUA	Estados Unidos da América
GEDITE	Grupo de Estudos de Dinâmicas Territoriais
ha	Hectare
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
Kg	Quilograma
MA	Maranhão
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MF	Ministério da Fazenda
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
N.I.	Não Informado
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
Peapoma	Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica do Maranhão
PGPM	Política de Garantia de Preços Mínimos
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PNAE	Programa Nacional de Aquisição de Alimentos
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PPGEO	Programa de Pós Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço
Procaf	Programa de Compras da Agricultura Familiar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Pronan	Programa Nacional de Alimentação e Nutrição
PRONATER	Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
R\$	Reais
SAF	Secretaria de Agricultura Familiar
SEAF	Seguro da Agricultura Familiar
SEMAPA	Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento
SEMIU	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
TDR	Territorialização – Desterritorialização - Reterritorialização
UDR	União Democrática Ruralista

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 ABORDAGEM TERRITORIAL COMO ELEMENTO DE APLICAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: os cenários federal, estadual e municipal para a agricultura familiar	24
2.1 As condições territoriais para implementação de políticas públicas	24
2.2 Políticas públicas para a agricultura familiar no estado do Maranhão: a partir do primeiro plano nacional de Reforma Agrária	41
3 A EXPANSÃO URBANA FRENTE AO TERRITÓRIO RURAL NO BAIRRO MERCÊS, PAÇO DO LUMIAR – MA	55
3.1 A urbanização e a ruralidade: suas inter-relações e o crescimento da área urbana sobre a rural na Ilha do Maranhão	55
3.2 A frente de crescimento imobiliário no bairro Mercês	65
4 MERCÊS, PAÇO DO LUMIAR – MA: sua história e perspectiva(s)	84
4.1 O espaço da produção agrícola da comunidade Mercês	84
4.2 A (des)territorialização do espaço rural em Mercês: perspectivas atuais e futuras	104
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
REFERÊNCIAS	117
APÊNDICES	124
APÊNDICE A – Entrevista Produtores Agrícolas das Mercês.	125
APÊNDICE B – Entrevista Coordenação do PAA em Paço do Lumiar – MA.	126
APÊNDICE C – Termo de Utilização de Imagem – José de Jesus Martins Cantanhede.	127
APÊNDICE D – Termo de Utilização de Imagem – Wanderley Garcês Pereira	128
ANEXO	129
ANEXO A - Mapa de Macrozoneamento Urbano e Rural de Paço do Lumiar	130

1 INTRODUÇÃO

Ao termos o estudo da história do Brasil, desde seu período colonial, temos que o desenvolvimento das práticas agrícolas estiveram presentes por todo o período, diferindo somente nos tipos de cultura, que atuavam e atuam de acordo com as demandas do mercado internacional.

Com descobrimento no século XV, mas com colonização à partir do século XVI, o Brasil teve na cana-de-açúcar a sua primeira atividade agrícola para geração de dividendos e que iniciou uma modificação do território quanto à sua finalidade. Vinculada à prática canavieira, foi introduzida, também no Brasil, a pecuária bovina, inicialmente para atender aos trabalhos nos engenhos de beneficiamento da cana-de-açúcar. Dada a demanda europeia pelo consumo do açúcar, sobre o território brasileiro intensificaram-se as áreas produtivas, fazendo com que houvesse uma expansão territorial partindo do Nordeste brasileiro rumo às áreas mais ao sul do país. Para atendimento de uma outra demanda do mercado europeu, sobre o território brasileiro iniciou-se a produção do algodão, produto onde o Maranhão teve grande relevância produtiva.

Durante o século XIX, com o advento da produção cafeeira, a região Sudeste foi tomada por várias propriedades voltadas à tal atividade. O campo foi remodelado com substituição da cobertura vegetal nativa para implantação do café e o território rural dividido entre as extensas áreas produtivas com vistas, novamente, ao mercado externo. O Brasil, entre meados do século XIX e as primeiras décadas do século XX possuiu sua economia alicerçada na cafeicultura, o que o levou à uma forte crise financeira a partir dos anos 1930.

Assim, podemos fazer a constatação de que, o Brasil, durante a maior parte dos seus mais de 5 (cinco) séculos de existência, teve em seu ambiente rural as principais atividades econômicas, restando aos, limitados, ambientes urbanos uma função de coadjuvante.

Contudo, o advento dessa crise, de certa forma, serviu para que o país buscasse outras alternativas econômicas, como foi a busca e implantação de indústrias de distintos seguimentos, a partir dos anos 1940. Referida situação proporcionou no país o início de uma reconfiguração sócio territorial. As redes industriais buscavam áreas com melhores condições infraestruturais para estabelecerem-se fisicamente e, com isso as áreas urbanas foram preferidas.

A oferta de empregos existente nas cidades atrelada à tecnologia que aos poucos era implantada nas áreas de produções agropecuárias da zonas rurais, foram fatores que estimularam a migração populacional dos campos para as cidades, sucedendo no processo de

urbanização. Assim sendo, apesar de tardia quando analisada em relação à Europa, alguns países asiáticos e Estados Unidos da América, a população brasileira tornou-se majoritariamente urbana no intervalo das décadas 50 e 60 do século XX.

Contudo, não obstante a nova configuração territorial disposta entre os ambientes urbano e rural, com o processo de expansão das cidades, o espaço rural durante os anos de 1960 foi marcado pelo desenvolvimento de um novo ciclo agrícola, a soja. Que entre as primeiras décadas do século XXI tornou-se a principal *commodity* brasileira, levando o país ao patamar de segundo maior produtor e maior exportador mundial da mesma.

Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (2016, p. 8) “em quatro décadas a produção brasileira praticamente se multiplicou por 8, saltando de 12,145 mil toneladas em 1976/77 para 95,4 milhões de toneladas na temporada 2015/16, em uma demonstração de extrema força e vigor do país no contexto da agricultura mundial”.

Apesar do momento econômico ser favorável ao desenvolvimento da soja, o Brasil não deixou de produzir os demais elementos que o deram destaque internacional. Assim sendo, as produções cafeeira e canavieira ainda continuam, e com destaques, além de outras produções agropecuárias.

Dessa forma, temos a relevância da atividade agropecuária para a economia brasileira e, até mesmo para o desenvolvimento das cidades em seu processo de expansão territorial. Contudo, todo o levantado até o momento trata do espaço rural produtor de insumos para exportação, elementos que após produzidos não visam e não atendem, em maioria, o consumo populacional interno. Eis que, o campo possui seu viés de abastecimento do mercado consumidor dos brasileiros, a agricultura de caráter familiar.

Levando em conta que, a agricultura familiar vem a ser a atividade agrícola praticada por entes da família, dotadas dos meios de produções e aplicando diretamente sobre o local de trabalho (WANDERLEY, 2009) e, que nessas produções podem ser, também, alocadas a força de trabalho de agentes da comunidade que praticam a mesma atividade, nos é permitido pensar que a agricultura familiar é praticada desde os primórdios da humanidade, visto que os primeiros seres humanos ao domesticarem os animais e vegetais, o faziam em caráter de subsistência, característica imprescindível do tipo agrícola em questão.

Zocche (2016) alerta que, no Brasil, os indígenas foram os primeiros fornecedores de alimentos aos colonizadores portugueses. Sabendo que os índios formam a população autóctone brasileira, é de fácil constatação que os mesmos utilizavam instrumentos de fabricação próprios para o desenvolvimento de seus cultivos agrícolas, onde os mesmos eram

para consumo familiar próprio e entre a comunidade pertencente, o que nos leva a perceber, mais uma vez, a presença da agricultura familiar praticada há muitos anos.

Entretanto, apesar da longevidade da agricultura familiar, no Brasil, a mesma trava duras batalhas frente à agricultura capitalista, que possui todo o apoio das políticas públicas em prol do seu desenvolvimento. “As exportações incentivam a corrida por mais produtividade, o que requer o uso do que há de mais moderno em tecnologias e da incorporação de novas áreas e territórios” (ALMEIDA; SODRÉ; MATTOS JÚNIOR, 2019, p. 257).

Ainda sobre a dificuldade enfrentada pela agricultura familiar, os autores Almeida, Sodré e Mattos Júnior (2019) utilizam Lima (2015) para dizerem:

Os cerrados do centro-norte brasileiro, que até a década de 1960 era ocupado em grande parte pela diversidade da agricultura camponesa, dos povos tradicionais e da pecuária em sua forma extensiva, passou por transformações e ganhou centralidade no contexto da produção agrícola nacional, sobretudo, da produção de grãos para o mercado mundial (LIMA, 2015 *apud* ALMEIDA; SODRÉ; MATTOS JÚNIOR, 2019, p. 255).

Ao termos um cenário entre duas partes que coabitam o mesmo território, porém com ‘causas e consequências’ díspares, a ocorrência tende a ser um ambiente envolto de conflitualidades. “A conflitualidade é um processo contínuo alimentado por contradições que se manifestam nos múltiplos territórios com formas singulares” (SODRÉ; MATTOS JÚNIOR, 2016, p. 349).

O dilema agrário “aumento da produção agroexportadora e/ou fomento para a resistente agricultura familiar” expõe uma complexa disputa pelo território, que não somente uma expansão física, mas de implantação de um modo de produção, onde o sistema capital busca a predominância. A persistência por tal hegemonia ameaça vigorosamente um modo de vida, uma identidade carregada de simbolismos como o movimento de resistência dos agricultores familiares.

No Maranhão, estado que ao longo dos últimos anos desponta em cenário nacional por conta das elevadas e contínuas produções, em especial de grãos, colocado por Almeida, Sodré e Mattos Júnior (2019) como a última fronteira agrícola brasileira, juntamente com os estados do Tocantins, Piauí e Bahia, Mattos Júnior (2010) aponta:

O que se percebe é que há uma sobreposição de projetos que valorizam a concentração fundiária em áreas já ocupadas por posseiros, contribuindo em determinados momentos para a expulsão do homem do campo e em outros momentos se observando as resistências e conflitos coincidindo com as áreas de intensa ocupação (MATTOS JÚNIOR, 2010, p. 70).

Assim, as circunstâncias corroboram para um cenário de clara preocupação quanto às comunidades tradicionais, que vêm as configurações políticas, em maioria, atuando à facilitar a expropriação territorial do produtor campestre.

Campo e cidade, zonas rural e urbana, apesar de terem suas particularidades e características distintas, se relacionam e mantêm entre si uma interdependência. Apesar, da maior gama de serviços e população estarem presentes dentro das cidades são das áreas rurais que provém os alimentos necessários para a subsistência humana. Aqui, vale o friso de que mesmo dentro dos aglomerados urbanos, existem os espaços rurais de produção. E, por se tratarem de áreas com limitadas extensões territoriais, o tipo produtivo de maior incidência é o da agricultura familiar, que abastece diariamente os comércios locais dessas estruturas urbanas.

Priscila Bagli (2006, p. 81) é muito fortuita quando coloca, “os espaços são transformados e se transformam. [...] Contudo, há também aquilo que muda e que não se apresenta como algo mudado”. Conjunção essa pode ser entendida ao se pensar que muitas pessoas dentro dos grandes aglomerados urbanos desconhecem os, cada vez mais escassos, sítios rurais. Ou seja, para tais pessoas, o desaparecimento das áreas de produção agrícola familiar seria uma mudança velada, não anunciada e, talvez, nem percebida, à não ser que deparassem-se com a diminuição e/ou falta de certos alimentos do consumo diário imediato.

Os movimentos de luta e resistência aos quais as comunidades tradicionais da agricultura familiar travam, passam longe de serem somente contra a agricultura capitalista. O fenômeno da urbanização é outro elemento que tem ameaçado fortemente o segmento produtivo em destaque, promovendo a ocupação das áreas periféricas. Com isso, a indústria imobiliária atua no fomento ao espraiamento populacional, com a construção de variados condomínios, voltados à todo tipo de público, com maior ênfase à população mais pobre.

Nessa vertente dual entre local de produção agrícola familiar e, ao mesmo tempo, de crescimento urbano, através de inúmeros empreendimentos imobiliários, está o município de Paço do Lumiar, que juntamente com São Luís – capital do estado do Maranhão – São José de Ribamar e Raposa compõem a Ilha do Maranhão.

Paço do Lumiar estabeleceu-se ao longo dos anos como um grande fornecedor no setor de hortifrúti para o mercado consumidor de São Luís, que teve seu processo urbano tão ascendente que promoveu o extrapolar dos seus limites, influenciando diretamente na urbanização dos seus vizinhos. Conjetura essa que está afetando a dinâmica produtiva de vários territórios de produção agrícola familiar, tanto em quantidade quanto em qualidade.

Uma dessas localidades produtivas que vem tendo seu território cerceado pela dinâmica expansionista urbana é Mercês, centro de estudo desta pesquisa dissertativa, localizado na porção sul de Paço do Lumiar (Mapa 1).

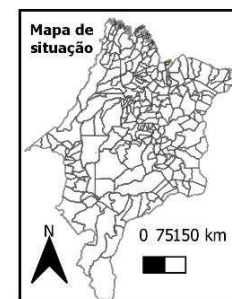
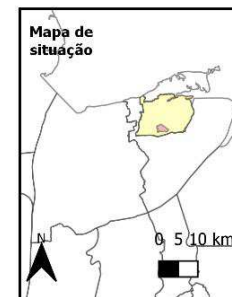
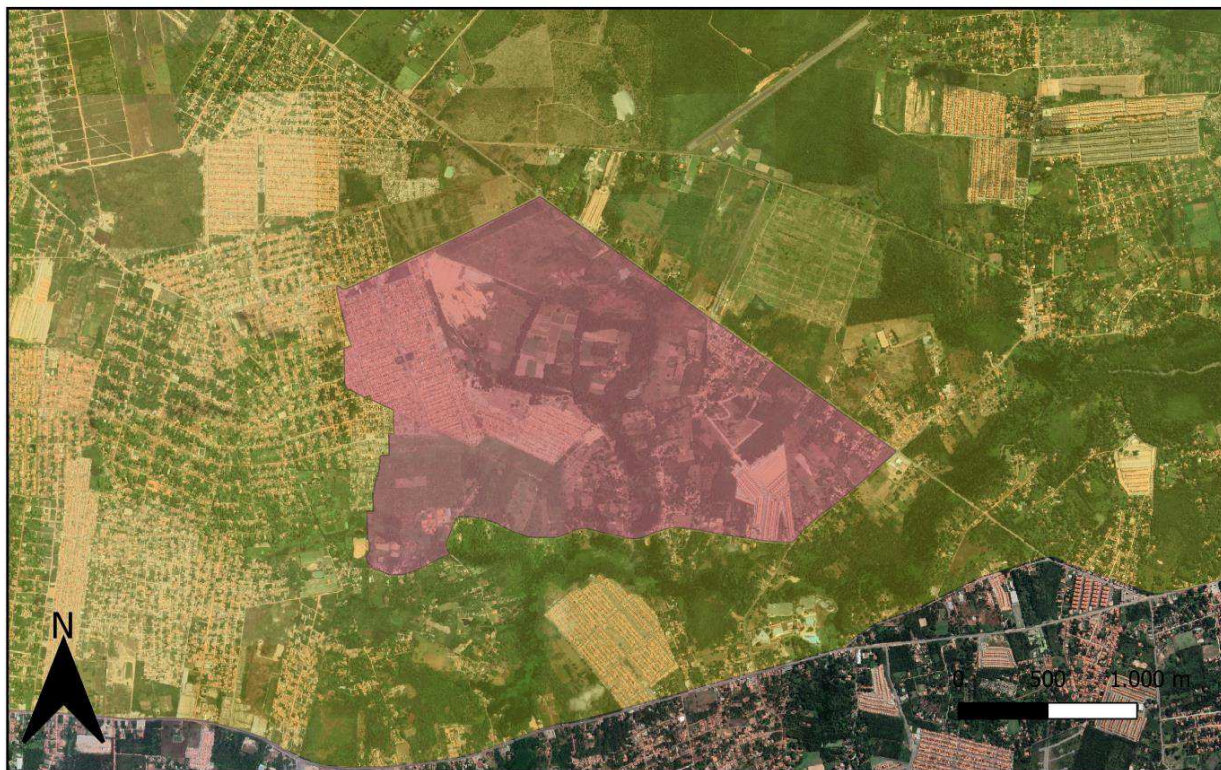
Importante destacar que, de acordo com o Plano Diretor de Paço do Lumiar, elaborado no ano de 2006, no município não existe divisão administrativa entre bairros. Segundo o documento, a divisão estabelece somente a distinção entre zonas rural e urbana. Contudo, os moradores da localidade Mercês, a partir do entendimento empírico acumulado ao longo do quase 1 (um) século de ocupação de tal território e repassado entre gerações, têm bem definido para si as extensões de Mercês, ao qual chamam de bairro, o que nos permitiu a elaboração do mapa de localização.

Mercês, atualmente, coloca-se como um território que viabiliza variadas análises e interpretações, proporcionando ao indivíduo que o ver e/ou o utiliza, o entendimento do que Haesbaert (2005) traz por multiterritorialidade, questão abordada ao longo do primeiro capítulo. A diferenciação do que é ou deixa de ser rural ou urbano tornou-se muito mais complexa a partir do século XX, com o acelerado processo urbano e, Spósito (2006, p. 121) diz, “tem se ampliado a área de transição entre o que se apreende como cidade e o que se compreende como campo, gerando um nível maior de indefinição ou de dificuldade de distinção entre espaços urbanos e espaços rurais”.


Assim, o propósito não é definir, delimitar ou zonar onde começam e terminam esses ambientes rural e urbano, mas verificar como esse processo de mescla e influência entre os mesmos tende à contribuir ou prejudicar um deles. E, como a tendência ocorrente é de expansão, dentro dos aglomerados urbanos, dos seus limites territoriais sobre os espaços de produção agrícola familiar, como o que ocorre em Mercês, o questionamento, “Como os agricultores de Mercês entendem a situação atual e perspectivas futuras de suas áreas e produções frente ao crescimento territorial urbano dentro de uma comunidade tradicional?”, foi fator propulsor para o desenvolvimento desta pesquisa.

Mapa 1 - Localização de Mercês, Paço do Lumiar – MA.

Localização de Mercês, Paço do Lumiar - MA.



Elementos do Mapa

Mercês 

Paço do Lumiar 

Maranhão 

Sistemas de Coordenadas Geográficas,
Datum SIRGAS 2000.
Bases Cartográficas: IBGE, 2017.
Autor: LIMA, Ricardo Everton. 2022.



Dessa forma, definimos como objetivo geral, “Analisar as formas de organização do espaço produtivo dos agricultores frente à especulação imobiliária no bairro Mercês, Paço do Lumiar – MA” e, como alicerces para o geral, os objetivos específicos, “Identificar a percepção dos agricultores sobre a necessidade de (re)adaptação de suas áreas de produções e Averiguar a evolução da especulação imobiliária no bairro Mercês, Paço do Lumiar – MA”.

Para que se consiga chegar ao alcance dos objetivos traçados e na culminância da escrita desta dissertação, são necessários estabelecer caminhos que nos permitam maior retidão e compreensão de todas as etapas. Para tal, fez-se necessário a escolha de um método que melhor nos direcione e some à pesquisa. Sobre o método, Moraes e Costa (1987, p. 26) trazem:

Assim, num certo sentido, o método orienta de início a delimitação do que seria o “temário” da Geografia. É ele também que dirige o equacionamento dos problemas próprios de tal temário, pautando a ordenação de sua discussão. Além disso, é a opção metodológica que delinea aquilo que será o “pensamento geográfico” vinculado à concepção em construção, dando também os elementos para sua leitura. O método estabelece, enfim, os instrumentos que manipularemos ao longo de todo o processo.

Borges (2016, p. 5) contribui dizendo, “por meio dos procedimentos adequados temos mais chances de obter resultados mais precisos e estabelecer melhor as relações entre causas, consequências e problemáticas na qual os objetos estão inseridos”.

Assim, entendemos que, possuímos um local físico para aplicação dos nossos estudos – Mercês em Paço do Lumiar –, onde sobre esse local há a incidência histórica de pessoas que atuaram e atuam na construção do mesmo e que, atualmente essa localidade passa por um processo contraditório entre sua história agrícola e sua perspectiva urbana. Desta forma, julgamos que o Materialismo Histórico e Dialético nos propiciará condições para analisar os elementos envolvidos no referido processo de contradição.

Falando dos procedimentos metodológicos que contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa até este estágio, iniciamos com as disciplinas ofertadas pelo Programa de Pós Graduação em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço (PPGEO) e reuniões ocorridas dentro do Grupo de Estudos de Dinâmicas Territoriais (GEDITE), que muito serviram para aprimorar o embasamento teórico acerca de todos os conceitos fundamentais, principalmente quando da escolha da categoria geográfica utilizada, o território. Aqui destacando alguns dos autores que nos forneceram conteúdos e oxigenação sobre o tema: Raffestin (1993), Milton Santos (2006), Haesbaert (2005; 2006), Fernandes (2008; 2013), Saquet (2007; 2018), dentre outros.

Para o debate sobre conflito e conflitualidade que agem sobre o território, podemos destacar: Fernandes (2008; 2013), Sodré (2016; 2019), Mattos Júnior (2010; 2016; 2019). Sobre a relação rural urbano, temos: Bagli (2006), Endlich (2006) e Spósito (2006).

Diante da etapa de levantamento bibliográfico, que é constante durante todo o período de desenvolvimento da pesquisa, devemos ratificar a importância da ciência, do seu desenvolvimento e do apoio à todas as entidades que fomentam as pesquisas. Dito isso, friso a importância das bibliotecas da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA e Universidade Federal do Maranhão – UFMA, bem como ao acervo de dissertações dispostas no PPGEU UEMA.

Um dos muitos e dos maiores desafios encontrados ao longo desta dissertação foi a cartografia, com confecção de mapas. Contudo, com o debruçar sobre muitos materiais, dentre eles vídeos, os mapas presentes ao longo das páginas foram construídos a partir da utilização do *software* QGIS 3.12.

Outros meios de acesso à informações deram-se pelo: site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE nos forneceu informações sobre os Censos Demográficos desde 1980; site do Governo do Estado do Maranhão; site da Prefeitura de Paço do Lumiar. Além de visitas à Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento – SEMAPA, para dados sobre o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e políticas públicas voltadas à produção agrícola familiar, e Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo – SEMIU, para levantamento dos empreendimentos imobiliários construídos em Paço do Lumiar a partir de 2010, com ênfase àqueles implantados em Mercês.

O organizar das etapas e procedimentos descritos acima nos foram essenciais para organização da dissertação em 3 (três) capítulos, seguidos após este momento introdutório. O capítulo I, intitulado “AS POLÍTICA PÚBLICAS DO ESTADO DO MARANHÃO E DO MUNICÍPIO DE PAÇO DO LUMIAR – MA PARA A AGRICULTURA FAMILIAR”, trará uma discussão acerca da categoria geográfica território, do seu entendimento enquanto local de implantação de poderes individual e coletivo, até o seu reconhecimento multiterritorial, devido às diversas interpretações formuladas pelos diferentes grupos sociais que sobre ele incidem, o que nos faz pensar e refletir sobre sua potencialidade ao desenvolvimento de conflitos e conflitualidades, principalmente quando existe um dos elos sobrepondo-se ao outro. Com a ciência de que é sobre o território que se depositam todos os anseios humanos, fazemos também a sua associação às políticas públicas, neste caso aquelas que atuam em benefício da agricultura familiar, tratando as esferas federal, estadual e municipal.

No capítulo II, “A EXPANSÃO URBANA FRENTE AO TERRITÓRIO RURAL NO BAIRRO MERCÊS, PAÇO DO LUMIAR – MA”, abordamos as inter-relações e influências manifestas entre os ambientes rural e urbano. Damos destaque ao processo de constituição e expansão urbana de São Luís – MA, em especial a partir dos anos 1960, pois foi fator fundamental para que municípios como Paço do Lumiar e São José de Ribamar recebessem grande leva populacional, acarretando uma redução de suas áreas verdes em detrimento de áreas construídas. O cenário dessas construções tiveram intensificação a partir do ano de 2010, com o advento do Programa Minha Casa Minha Vida, e Paço do Lumiar recebeu inúmeros empreendimentos imobiliários, 3 (três) deles com implantação sobre Mercês, o que ocasionou diversos danos ambientais, sociais, culturais e econômicos àquela população que vive historicamente da agricultura familiar.

Por fim, no capítulo III, “CONTEXTO HISTÓRICO PRODUTIVO AGRÍCOLA DA COMUNIDADE MERCÊS EM PAÇO DO LUMIAR – MA”, iremos fazer uma abordagem mais íntima sobre a agricultura familiar, buscando dar destaque ao processo de ocupação e início da produção agrícola dentro de Mercês, e como a comunidade se estabeleceu como uma relevante produtora de insumos agrícolas para o mercado consumidor ludovicense. Na culminância deste capítulo e desta dissertação, procuraremos entender como os produtores agrícolas de Mercês veem-se inseridos no mercado atual e como projetam o futuro frente às incertezas territoriais às quais estão sendo submetidos pelo processo de expansão urbano ocorrente dentro do bairro.

2 ABORDAGEM TERRITORIAL COMO ELEMENTO DE APLICAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: os cenários federal, estadual e municipal para a agricultura familiar

O evoluir do pensamento geográfico elevou a discussão sobre a complexa categoria território, que por muito tempo possuiu simbologia atrelada à meios de expansão física, ligados à conquista de novas terras. Para Sodré (2022) o território pode ser multi-interpretado dentro de uma mesma área, isso dependerá muito do local, momento e, principalmente, dos grupos sociais que incidirão sobre o mesmo.

Dessa forma, ao longo deste capítulo nos debruçaremos sobre alguns importantes autores e conceitos sobre o território, o entendendo como espaço de possíveis conflitos e conflitualidades. Porém, o analisando, também, como agente de atua o social e local de implanta o de políticas públicas, voltadas à agricultura familiar.

2.1 As condi es territoriais para implementa o de políticas públicas

No cenário atual de debates críticos/construtivos que envolvem a geografia, a conclusão em conceito uno do que seria o território não foi concluído. De tal modo, o evoluir do pensamento e discussões que envolvem tal tema, nos levam a criar algumas reflexões que nos aproximam de uma visão do território. Segundo Gregory *et al* (2009 *apud* MELAZZO; ROSSI, 2013, 48,49) o território é:

Uma unidade do espaço contíguo que é utilizado, organizado e gerido por um grupo social, indivíduo ou institui o para restringir e controlar o acesso a pessoas e lugares. Embora às vezes usado como sin nimo de lugar ou espaço, o território nunca foi um termo primordial da terminologia geográfica. O uso dominante tem sido político, envolvendo o poder de limitar o acesso a certos lugares ou regiões, ou ainda, no sentido etnológico com o domínio exercido ao longo de um espaço por uma dada espécie ou um organismo. Cada vez mais, o conceito de território atrela-se ao conceito de rede, com intuito de ajudar na compreensão de processos complexos onde o espaço é gerido e controlado por organiza es poderosas.

O conceito acima nos remete a uma ideia sobre o território de maneira mais técnica, engessada. Contudo, constatamos que o território é margeado por uma rela o de poder, de domínio exercido por um indivíduo ou grupo, sempre no intuito de propor restri es ou permissões. Apesar, das discussões acerca do território estarem atreladas à terminologia “poder”, a geografia v  que essa constru o necessita de análises e estímulos, visto a existência e atua o da sociedade nesse processo.

Raffestin (1993) fala que o poder é inevitável e que, não existe nenhum tipo de relação, envolvimento em que o mesmo não esteja imbuído. Nessa perspectiva, o conceito proposto por Gregory e municiado pelo pensamento de Raffestin, nos permite fazer a análise de quê, os conflitos e/ou disputas ocorrentes na sociedade têm a finalidade de “territorializar suas lógicas e garantir seus objetivos e interesses” (MELAZZO, ROSSI, 2013, p. 49).

Para Raffestin (1993), a concepção de território apoia-se na tríade: tessituras, nós e redes¹. Essas tessituras ou malhas com sentido de limites, delimitariam o território para que os nós (atores que podem ser tanto indivíduos como ambientes de construção e participação coletiva) construam suas redes físicas e/ou abstratas. Essas redes abstratas são compostas pelas informações construídas a partir das interações que os indivíduos mantêm com seu entendimento de espaço. Segundo Raffestin (1993, p.153):

Quando o geógrafo é posto diante de um sistema territorial, ele descobre uma produção já elaborada, já realizada. Produção susceptível de mudanças, contudo suficientemente fixa para ser analisada. Mas toda análise supõe uma linguagem. Sem linguagem, não há leitura possível, não há interpretação e, portanto, nenhum conhecimento sobre a prática que produziu o território.

Assim, concebemos o território como um espaço disponível à interpretações, baseadas nas multiexperiências do vivido pelas sociedades, considerando, também, o valor particular de cada indivíduo, dando-nos a ideia de territorialidade (RAFFESTIN, 1993). Santos (2014), faz um atento relevante sobre as redes:

Uma visão atual das redes envolve o conhecimento da idade dos objetos (considerada aqui a idade “mundial” da respectiva técnica) e de sua longevidade (a idade “local” do respectivo objeto), e, também, da quantidade e da distribuição desses objetos, do uso que lhes é dado, das relações que tais objetos mantêm com outros fora da área considerada, das modalidades de controle e regulação do seu funcionamento (SANTOS, 2014, p. 263).

Entendendo que uma sociedade que se organiza, que busca o entendimento de seu território, que compreende o papel individual de cada ser dotado de poder, avança em busca de autonomia, somos levados a perceber que os territórios praticam-se de formas distintas, visto os diferentes níveis que as sociedades se organizam, umas se desenvolvendo e produzindo mais do que as outras (MELAZZO; ROSSI, 2013).

Devemos constatar, também, que o território é um agente promotor das relações sociais, uma vez que os indivíduos necessitam de organização para viver em coletividade. E,

¹ Segundo Santos (2014), as redes são as estruturas materiais (infraestrutura) que possibilitam, sobre o território, o deslocamento de matérias, energias e/ou informações, a partir de um ponto de acesso até os pontos terminais, incluindo toda a trajetória percorrida. Porém, as redes, também, são sociais e políticas, já que a ação humana valoriza essa estrutura material, agregando sentidos imateriais.

tal fato, só acontece a partir da compreensão da importância individual do ser e da importância da coletividade. Com isso, temos um espaço de construções individuais subsidiando construções coletivas, motivando o surgimento e propagação de informações, de comunicações, existe uma adequação do ambiente para que as necessidades dos homens sejam sanadas.

Em um momento que exige a necessidade de se pensar e compreender as ações humanas, Milton Santos (2006, p. 13) nos diz, “a geograficidade se impõe como condição histórica, na medida em que nada considerado essencial hoje se faz no mundo que não seja a partir do conhecimento do que é território”. Dessa forma, podemos ver o território como local onde constroem-se e constituem-se todas as necessidades inerentes aos seres humanos e, a partir dele, tentarmos a compreensão do avançar e atuar humano na história do mundo. Santos (2006, p.14, p.14) diz:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como *território usado*, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A ideia é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar das residências, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida.

A citação de Santos corrobora com o que vem sendo colocado ao longo desta discussão, o território não deve ser encarado como simples substrato físico, ele é mais. Ele é palco das relações humanas, sobre esse substrato físico, os seres humanos depositam suas intimidades que imprimem à ele, um sentimento de proximidade, afetividade. A identidade do indivíduo passa pelo sentimento de pertencimento que o mesmo manifesta para com o “seu” território.

Porém, o trecho de Santos, também, nos faz voltar ao entendimento de que o território se faz a partir das relações de poder, pois quando o indivíduo faz do território o ambiente de extração de suas necessidades em geral, ele faz com que esse território seja “seu”. Haesbaert (2006, p. 54) diz, “o território [...] define-se antes de tudo com referência às relações sociais em que está mergulhado, relações estas que são sempre, também relações de poder”.

Construindo a análise de que o território é um ambiente delimitado e ao mesmo tempo um ambiente de relações, não somente sociais, como também dos indivíduos para com o espaço físico, Haesbaert (2006) nos fala do território relacional, sendo que este não é estável, caracterizado, somente, por limites e fronteiras, é um ambiente mutável, fluido, repleto de conexões. Nesse envolvimento de atuação social com espaço material, devemos compreender

o caráter relacional do território através do dinamismo de circulação e produção do mesmo (BUENO, 2009).

Por isso, a cada período histórico, o território pode ter uma configuração e, acima de tudo, uma interpretação, dado a atuação de sua(s) sociedade(s), que o tratará como um campo de forças naturais (estas cada vez mais escassas) e artificiais. Sobre esse campo dar-se-ão as construções técnicas, informacionais e normativas (SILVEIRA, 2011). Dessa forma, “o território usado é assim uma arena onde fatores de todas as ordens, independentemente da sua força, apesar de sua força desigual, contribuem à geração de situações” (SILVEIRA, 2011, p. 5).

Nossa realidade nos põe em um momento de grande e “livre” circulação de informações e capital, com isso, às desigualdades de forças ficam mais expostas. Estamos imersos em um cenário consumista, ágora de intensas possibilidades para grupos capitalistas. Contudo, a massa consumidora assume um papel de extremo destaque, com viés de poder imenso, entretanto adormecido. Pensa-se que, o poderio está nas mãos das empresas e demais instituições comerciais e financeiras, mas é o ritmo da massa social que indicará as margens de avanço e/ou retrocesso das mesmas. Assim, mostra-se a relação de interdependência entre os variados atores, que, também, são influenciados e influenciadores das dinâmicas territoriais das localidades. Para tal, Silveira (2011) nos diz:

Considerado em suas divisões jurídico-políticas, suas heranças históricas e seu atual conteúdo econômico, financeiro, fiscal e normativo, o território constitui, através dos lugares, aquele quadro da vida social onde tudo é interdependente, levando também à fusão entre o local, o global invasor e o nacional que, na era da globalização, fica às vezes sem defesa. Essa interdependência está, sempre, a se renovar, atribuindo um caráter tenso à existência dinâmica do território (SILVEIRA, 2011, p. 5).

Santos (2006) nos faz refletir sobre a relação “território x dinheiro”, iniciando essa perspectiva há um tempo passado, quando as técnicas eram, de certa forma, herdadas da natureza que circundava aquela sociedade, sendo que o desenvolvimento dessas técnicas eram limitadas ao corpo humano. O dinheiro possuía uma circulação, quase que, exclusivamente local, indicando ao território um funcionamento às feições naturais. Nesse período, o chão tinha valor atrelado à quantidade do seu uso. “O território era usado por uma sociedade localizada, assim como o dinheiro” (SANTOS, 2006, p. 15).

Na obra *A natureza do Espaço*, Santos (2014, p.264), traz uma citação semelhante:

No primeiro momento, as redes existentes serviam a uma pequena vida de relações. O espectro do consumo era limitado. Exceto para uns poucos indivíduos, as sociedades locais tinham suas necessidades localmente satisfeitas. Os itens trocados

eram pouco numerosos e as trocas pouco frequentes. A competitividade entre grupos territoriais era praticamente, inexistente, em períodos normais. O tempo era vivido como um tempo lento (SANTOS, 2014, p. 264).

Contudo, Santos (2006) continua, com a intensificação das trocas e do comércio, as relações e interdependência entre as sociedades intensificam-se e, o dinheiro passa a atuar como agente regulador do mercado. As trocas fomentam uma nova configuração do mercado interno e externo. O dinheiro faz movimentos cada vez mais numerosos e cria a “lei do valor” – os produtos passam a valer não pelo seu uso, mas pela sua especulação. Faz-se necessário o surgimento do Estado, para que dentro desse território formalmente configurado o dinheiro possa ser “domado”. Santos (2006, p.16) traz:

Quanto maior a complexidade das relações externas e internas, mais necessidades de regulação; e se levanta a necessidade de Estado: o Estado e os limites, o Estado e a produção, o Estado e a distribuição, o Estado e a garantia do trabalho, o Estado e a garantia da solidariedade e o Estado e a busca da excelência na existência. Cria-se o Estado territorial, o território nacional, o Estado nacional, que passara a reger o dinheiro.

Concluindo esse histórico relacional entre “território x dinheiro”, Santos (2006) chega ao dinheiro globalizado, que atuará sob as técnicas informacionais (técnicas que comunicam, que congruem todas as outras técnicas, por isso fala-se em globalização), propondo uma velocidade, uma aceleração das coisas. Porém, o único elemento a tornar-se, de fato, veloz é o dinheiro, tido como fluido dos fluidos. Esse dinheiro fluido é invisível, abstrato. Mas, mesmo assim, indica os sentidos aos quais as nações seguirão. Esse é o poder do dinheiro global, um dinheiro que sustenta-se no campo ideológico. O dinheiro global estimula a competitividade e faz com que as empresas e grupos que tornam-se globais, busquem e briguem por cada fatia de mercado, seja essa a mínima. O dinheiro faz-se detentor do poder, chamado por Santos de poder cego, pois não olha ao seu redor. Santos (2006) diz:

Antes o território continha o dinheiro, que era em parte regulado pelo dinheiro, pelo território usado. Hoje, sob a influência do dinheiro, o conteúdo do território escapa a toda regulação interna, trazendo aos agentes um sentimento de instabilidade, essa produção sistemática de medo que é um dos produtos da globalização perversa dentro da qual vivemos, esse medo que paralisa, esse medo que nos convoca a apoiar aquilo em que não cremos apenas pelo receio de perder ainda mais (SANTOS, 2006, p. 19).

Tal configuração territorial oriunda do dinheiro global, evidencia uma desorganização dentro do território, pois o mesmo, é alicerce de pessoas, empresas e campo político, agora influenciado pela dinâmica externa, o que impossibilita uma regularidade dos fatores internos.

Essa conjuntura, talvez, possa ser debatida no que Haesbaert traz como múltiplos territórios e multiterritorialidade tida em um complexo contexto de século XXI. Haesbaert (2005) nos traz:

Poderíamos mesmo, generalizando ao extremo, afirmar que o capitalismo se funda, geograficamente, sob estes dois grandes “paradigmas” territoriais (territórios-zona e territórios-rede) – um mais voltado para a lógica estatal, controladora de fluxos pelo controle de áreas, quase sempre contínuas e de fronteiras claramente delimitadas; outro mais relacionado à lógica empresarial, também controladoras de fluxos, porém prioritariamente pela “canalização” através de determinados dutos e nódulos de conexão (as redes) (HAESBAERT, 2005, p. 6779).

Na diversidade territorial a que estamos no cerne, a compreensão de que os territórios-zona e os territórios-rede se conectam, pode ser encarada como verídica. Isso porque por um bom período, buscou-se a expansão do território enquanto elemento físico, como demonstração de um poder absoluto. Porém, o poder atual é multifacetado, amplo, complexo, permitindo a constituição de múltiplos territórios, dentro de um mesmo espaço físico territorial, sendo necessário a comunicação entre estes. Assim sendo, constatamos a sobreposição dos territórios-rede sobre os territórios-zonas (HAESBAERT, 2005). De acordo com Zambrano (2001) os múltiplos territórios apresentam-se como uma variedade de espaços diversos, com elementos jurisdicionais tensionados, gerando identidades culturais intrínsecas à cada grupo.

Mas, a constituição dos múltiplos territórios, de certa forma, nos conduz à um espaço de multiterritorialidade. O momento atual é feito de uma multiplicidade de representações espaciais, correspondendo a um variado conjunto de práticas e ideias (LACOSTE, 1988). O indivíduo passa a ter acesso à uma conjuntura territorial complexa, conseqüentemente, o seu entendimento do território terá uma nova configuração, assim, o mesmo espaço físico pode ter interpretações distintas dependendo de cada contexto. Haesbaert (2005, p. 6786) diz:

Multiterritorialidade inclui assim uma mudança não apenas quantitativa – pela maior diversidade de territórios que se colocam ao nosso dispor (ou pelo menos das classes mais privilegiadas) – mas também qualitativa, na medida em que temos hoje a possibilidade de combinar de uma forma inédita a intervenção e, de certa forma, a vivência, concomitante, de uma enorme gama de diferentes territórios.

O cenário agrário põe-se como um bom exemplo para a abordagem dos múltiplos territórios e da multiterritorialidade, devido à existência de atividades díspares, como o agronegócio e atividades agrícolas tradicionais, bem como presença humana com históricos e objetivos, também, distintos.

Historicamente, desde o período colonial, o Brasil consolidou-se como um país de latifúndios. Contudo, entre os anos 70 à 90 do século passado, o território brasileiro

transformou-se em um campo de atuação do capital estrangeiro, provido pela Revolução Verde e/ou por apropriação de terras por grandes grupos internacionais, levando à intensificação da estrutura agrária brasileira, com o aumento dos latifúndios e políticas de desenvolvimento ao agronegócio, tecnicizando o território rural (ARAÚJO; CALDAS, 2019).

Porém, Saquet (2018) destaca que, ao final dos anos 1970, o modo de ver, compreender e perceber o território sofreu algumas mudanças, levando em consideração suas particularidades, distinções locais e, o debate e participação popular. Assim, o debate territorial no Brasil, bem como em outras localidades, passou a ser encorpado pelas distinções espaciais, temporais e sociais, o que foi favorável às lutas de classes.

Dessa forma, o debate sobre o território em um cenário rural dá-se devido “a intensa conflitualidade territorial dada pelos interesses antagônicos entre os agentes hegemônicos do capital, o Estado, as organizações e os movimentos sociais de luta pela/na terra” (GERMANI, 2010, p. 270). Com essa configuração conflituosa, envolvendo distintos atores e, principalmente, interesses, a conformação do rural enquanto território é bem mais instável e complexa.

Com a, desigual e excludente, estrutura fundiária brasileira temos sobre esse território a constituição de simbologias e relações de poder não convergentes: para um minoritário grupo o território possui conotação de capital, valor e produção e, para amplo grupo, o território, constitui-se como espaço identitário – dos valores herdados e formados diariamente através do trato com o local. Para Germani (2010, p. 270) a conflitualidade territorial dá-se “dá histórica concentração de terras e das enormes barreiras encontradas pelos grupos sociais que reivindicam seus direitos territoriais para reverter esta permanência histórica”.

Aqui, cabe a ponderação de que tal estudo acontece no estado do Maranhão, unidade federativa que concentra histórico de violência no campo, possuindo elevado índice de conflitos e, consequentes, desapropriações (MATTOS JÚNIOR, 2010). Tais características são intensificadas pelo estado apresentar-se como uma área de expansão das fronteiras agrícolas e pecuárias, além de possuir alguns municípios com quadros de desenfreada expansão urbana, afetando e ameaçando o ritmo de vida e entendimento identitário de comunidades tradicionais que vivem de atividades campesinas, como a agricultura familiar.

Fernandes (2013) trata como fundamental o debate sobre a conflitualidade para entendimento das questões agrárias, onde a desigualdade social proporcionada pelo capitalismo produz, além de miséria, pobreza, fartura e riqueza, o desenvolvimento de conflitos. Segundo Fernandes (2013, p.198), o conflito é:

O estado de confronto entre forças sociais opostas, relações sociais distintas, em condições políticas adversas, que buscam por meio da negociação, da manifestação, da luta popular, do diálogo, a superação, que acontece com a vitória, a derrota ou o empate. Um conflito por terra é um confronto entre classes sociais, entre modelos de desenvolvimento, por territórios. O conflito pode ser enfrentado a partir da conjugação de forças que disputam ideologias para convencerem ou derrotarem as forças opostas.

A citação acima nos expõe a complexidade que envolve o tema conflitualidade, pois dada a resolução do(s) conflito(s), a conflitualidade pode perfeitamente ficar adormecida, aguardando um novo momento oportuno para reacender as discussões. Tal situação acontece devido à conflitualidade ser inerente à criticidade e percepção humana, como traz Fernandes (2013).

A conflitualidade é uma propriedade dos conflitos e está relacionada, essencialmente, à propriedade da terra, à renda da terra, à reprodução capitalista do capital, conseqüentemente à concentração da estrutura fundiária e aos processos de expropriação dos camponeses e assalariados por diversos meios e escalas e bases sociais, técnica, econômica e política. A resposta é a luta pela terra, reforma agrária, resistência na terra e a perspectiva de superação da questão agrária. Esses processos não se referem apenas à questão da terra, mas também às formas de organização do trabalho e da produção, do abastecimento e da segurança alimentar; aos modelos de desenvolvimento da agropecuária e seus padrões tecnológicos, às políticas agrícolas, às formas de inserção ao mercado e aos tipos de mercado; à questão campo – cidade, à qualidade de vida e dignidade humana. Por tudo isso, a questão agrária compreende as dimensões econômica, social, ambiental, cultural e política. A questão agrária é antes de tudo uma questão territorial (FERNANDES, 2013, p. 199).

Assim, tendo a questão agrária envolvendo uma enormidade de dimensões e colocando-se como uma questão territorial, infere-se perfeitamente que o território não pode ser limitado à uma superfície física, imóvel e imutável. A compreensão territorial passa pela economia, sociedade, meio ambiente, cultura e política – a multidimensionalidade do território (FERNANDES, 2008). Como diz Fernandes (2013, p. 199), “o território é um espaço político por excelência”.

Fernandes (2008) além da multidimensionalidade, citada no parágrafo anterior, concebe elementos como: totalidade, escalaridade e soberania, como sendo atributos do conceito de território. Para tal, o autor destaca que todo e qualquer território possui sua totalidade, assim sendo existe uma soberania sobre cada escala territorial, que pode ser o território de um país, estado, municípios e propriedades privadas – multiescalaridade. Contudo, o que pode ser verificado em cenário amplo é que o debate sobre o território age à favor do mercado, a partir da dimensão econômica, diminuindo e/ou excluindo as demais dimensões, principalmente a social e cultural. O que, no âmbito agrário gera um desmonte da

organização (modo de vida) campesina em favor aos latifúndios agro produtores. Fernandes (2008, p. 279 – 279), traz:

A definição de “território” por órgãos governamentais e agências multilaterais não consideram as conflitualidades dos diferentes tipos de territórios contidos “território” de um determinado projeto de desenvolvimento territorial. Ao se ignorar propositalmente os distintos tipos de território, perde-se a multiescalaridade, porque estes territórios estão organizados em diversas escalas geográficas, desde a local até a escala internacional. O conceito de território passa a ser instrumentalizado para atender aos interesses de instituições e expressa, então, sua mais cara propriedade: as relações de poder. Por essa razão, parece-nos que a multidimensionalidade, embora presente na significação do conceito de território em muitos artigos e documentos, não se realiza, porque implicaria na socialização das tomadas de decisão. Assim também a multiescalaridade é completamente desprezada, porque significaria reconhecer os territórios das diferentes classes sociais.

Durante o texto *“Entrando no território dos territórios”*, o professor Bernardo Mançano Fernandes (2008), nos faz apreender que o território deve ser percebido como uma totalidade, que por sua vez é composta de várias outras totalidades, daí o território ser multiescalar. Para melhor compreensão, Fernandes (2008) divide a totalidade do território em primeiro território – que são indicados pelas áreas dos países, estados e municípios – e, segundo território – sendo as diversificadas propriedades existentes no interior dos municípios. Dessa forma, apesar de uma hierarquia e distinção existente, é notório que todas as totalidades dos territórios se correlacionam, dado a ocupação de um mesmo espaço. Contudo, dada a existência de limites para cada nível territorial, o poder regulador faz-se presente, proporcionalmente ao seu tamanho físico e social.

Com a ciência de que o território é composto de vários outros territórios, tocamos mais uma vez na multiterritorialidade, sendo esta última um forte combustível ao tema conflitualidade. “Como os territórios são criações sociais, temos vários tipos de territórios, que estão em constante conflitualidade. Considerar o território como uno é uma opção para ignorar as conflitualidades” (FERNANDES, 2008, p. 282).

E, não encarando o território como uno, temos a conflitualidade existente no segundo território, nos espaços rurais, entre o agronegócio e as atividades campesinas, sustentados, historicamente, tratando-se de Brasil, pelas decisões governamentais ocorridas entre as escalas do primeiro território. Eis que, inevitavelmente, chega – se a uma disputa pelo território, onde o agronegócio busca áreas e expansão das mesmas para implantação de suas monoculturas e, os campesinos atuam em defesa de suas áreas produtivas, porém que possuem um símbolo de identidade e de relação social. Objetivos que não possuem caminhos congruentes e, que devido à geração de dividendos aos níveis do primeiro território, o

agronegócio têm levado vantagem. Porém, as discussões à favor dos movimentos e atividades sociais camponesas têm ganhado coro, o que tende à elevar a conflitualidade. Conforme Fernandes (2008, p. 280):

Temos então uma disputa territorial entre capital e campesinato. As propriedades camponesas e as capitalistas são territórios distintos, são totalidades diferenciadas, nas quais se produzem relações sociais diferentes, que promovem modelos divergentes de desenvolvimento.

Como exemplificação dessas divergências de modelos econômicos e ambiente conflituoso entre capital e campesinato, podemos utilizar Welch e Fernandes (2008) que agregam as características de acumulação, monocultura, trabalho assalariado e produção em grande escala, geralmente em grandes propriedades, ao agronegócio e, para o trabalho camponês indicam força produtiva familiar, policultura e pequenas produções, praticadas em áreas de dimensões curtas. Uma outra distinção, indicada pelos autores, e esta em caráter mais infesto, é a submissão que o capital impõe à atividade camponesa. Para tal, Welch e Fernandes (2008, p. 165 – 166), dizem:

O capital controla todos os sistemas do complexo e utiliza o campesinato no sistema agrícola. No caso do agronegócio da laranja, os camponeses são responsáveis por uma parte importante da produção da fruta, sob controle total da indústria. Todavia, temos observado a tendência de verticalização e terceirização da produção, processos que tem expropriado o campesinato, porque o camponês vende a terra e deixa de ser agricultor; ou ao ser expulso do complexo, deixa de produzir laranja para suco e passa a produzir laranja para mesa ou a desenvolver outras atividades agrícolas.

[...] No entanto, como o capital controla a tecnologia, o conhecimento, o mercado, as políticas agrícolas, os camponeses estão subalternos a sua hegemonia.

Nesse cenário de poder efetivo do capital, o agronegócio é somente uma das frentes à qual a atividade camponesa necessita resistir. A urbanização, através da especulação imobiliária, é outro segmento que urge expansão sobre o território e, conseqüente, atividades agrícolas tradicionais. É o caso do bairro Mercês, situado no município de Paço do Lumiar – MA, adjacente à capital do estado São Luís – MA.

De acordo com relatos dos moradores do bairro, Mercês teve suas primeiras ocupações datadas por volta das primeiras décadas do século XX, efetivando a atividade agrícola familiar como fonte primária de renda. Nos anos iniciais, a comunidade apresentou um crescimento populacional horizontal, com a chegada de familiares daqueles primeiros moradores.

Contudo, o passar dos anos, esse crescimento horizontal foi substituído pelo crescimento populacional vertical, com novas famílias sendo constituídas. Mas, ratificando

aquela localidade como um bairro familiar, em expressiva maioria. Outro fator de ocupação do, hoje, bairro Mercês foi a chegada de japoneses. Durante as décadas de 1950 e 1960, o governo maranhense promoveu a imigração de algumas famílias japonesas, que devido às dificuldades encontradas no pós II Guerra Mundial, optaram por deixar o Japão em busca de novas perspectivas e, o Maranhão colocou-se como uma dessas frentes.

Com promessas de distribuição de casas para moradia e terras para cultivo agrícola, aqueles japoneses foram distribuídos, inicialmente, entre os municípios de Rosário e São Luís, sendo que na capital maranhense foi destinado a região de Pedrinhas, zona rural do município. Contudo, o não cumprimento de todo o acordado entre governo maranhense e imigrantes japoneses, fez com que estes últimos saíssem em busca de novas áreas à ocuparem, o que culminou com o estabelecimento no território das Mercês, onde alguns japoneses imigrantes e seus descendentes residem até hoje.

A configuração territorial de Mercês deu-se até, aproximadamente, os anos de 2010, 2012, 2014 em lotes com tamanhos expressivos, geralmente herdados de familiares, onde agrupava-se local de moradia com área de produção agrícola familiar. Entretanto, devido à ser um local, relativamente, pouco ocupado e com espaços obsoletos, o bairro tornou-se alvo da especulação imobiliária e teve, sobre si, a incorporação de condomínios residenciais horizontais – ex.: Cidade Verde I e II e Cidade Jardins – e verticais – ex.: Plaza das Flores I, II, III e IV. Assim, o bairro Mercês passou à uma localidade envolta de conflitualidades, pois, além da questão territorial envolvida, o processo de urbanização ocorrente na comunidade, ocasionou vários danos aos aspectos naturais.

Manuel Correia de Andrade (2010) coloca que as diferenças entre cidade e campo estão em processo de desaparecimento, já que um adentra e mesclasse com o espaço do outro, no que ele chama de ruralidade urbana e urbanização rural. Contudo, para o território de Mercês, verificamos, se não em totalidade, um total processo de urbanização rural, visto a perda gradativa de elementos que outrora o configuravam como rural. Andrade (2010, p.132) diz:

Ao mesmo tempo em que o urbano se expande no meio rural, este se estende também nas periferias das cidades, passando a formar grandes arruados, conjuntos de casebres para pessoas de baixa renda, em áreas que subsistem alguma atividades agrícolas, beneficiadas com a proximidade do mercado urbano. Estas, porém, vão sendo paulatinamente destruídas face à pressão urbana e à elevação do preço do solo.

As palavras do autor caracterizam o momento pelo qual Mercês encontra-se. Como comunidade produtiva tradicional subsiste e, em alguns pontos, ainda resiste ao processo de expropriação territorial. Todavia, essa subsistência e resistência enfraquecem-se

gradativamente, uma vez que, aos poucos, os, ainda, produtores passam a desistir de suas atividades agrícolas e transferem suas áreas para o capital privado imobiliário, mercado que ganha corpo sobre a localidade em questão.

Em uma rede capitalista, uma propriedade agrícola familiar à menos, significa diminuição da oferta de um ou mais produtos de consumo diário, acarretando maior demanda por tal(is) e, conseqüente, elevação de preço(s). Na realidade deste estudo dissertativo, a elevação da demanda por itens da agricultura familiar e elevação de preços tendem à serem sentidos, em especial, por moradores do município de São Luís – MA, localidade de maior fluxo urbano e que, é o maior consumidor da produção oriunda do bairro Mercês.

O processo urbano ocorrente no município de Paço do Lumiar – MA, pode ser visto, também, pela perspectiva da divisão do trabalho, já que o espaço do município em questão coloca-se como viável alternativa para ocupação do território da Ilha do Maranhão, muitas das vezes para atender à demanda econômica da capital do estado, São Luís. Assim, Souza e Maia (2020, p. 32) nos trazem:

A partir de então, a divisão do trabalho, que estabelecia a produção local entre o campo e a cidade, com o desenvolvimento das forças produtivas e da indústria, tornou-se mais complexa, pois passou a organizar tanto o trabalho nos estabelecimentos produtivos da cidade e do campo quanto a produção e o intercâmbio entre diferentes cidades e nações. Desse modo, o capitalismo passou e explorar cada local de maneira diferenciada conforme seus interesses.

Dessa forma, Costa (2020, p. 72) corrobora quando diz, “em Paço do Lumiar a expansão urbana, favoreceu a inserção de projetos habitacionais que atendessem a população de São Luís, materializando conjuntos habitacionais no território luminense”. Nessa perspectiva, a autora nos faz refletir sobre uma nova configuração entre a relação centro – periferia, que rompe com as características das antigas cidades industriais.

Agora, temos a atuação do capital impulsionando a atuação da indústria imobiliária, que atuam na expansão de uma rede econômica, a partir, de um centro econômico, que não necessariamente é o centro físico do município. No caso de Paço do Lumiar, esse centro econômico é o bairro do Maiobão, que comporta a maior infraestrutura de todo o município, entre elementos públicos e privados. Ao elevado adensamento populacional do Maiobão, suas margens passaram à serem ocupadas, em um sentido que leva ao encontro da sede de Paço do Lumiar, trecho que temos a localização do bairro Mercês.

Costa (2020) aponta a influência política – administrativa que São Luís exerce sobre os municípios vizinhos, em especial São José de Ribamar e Paço do Lumiar, a tal ponto que:

[...] acordos entre os municípios foram firmados, como por exemplo acordos de cessão de terra por parte do município de Paço do Lumiar para receber construções de conjuntos habitacionais faixas 1 e 2 do PMCMV para alocar moradores de São Luís, sob justificativa de ausência de vazios urbanos para a construção desse tipo de conjunto habitacional. Este é o caso do Residencial Cidade Verde I, no qual maioria dos moradores saíram da capital para morar no conjunto (COSTA, 2020, p. 92).

Constata-se que, o bairro Mercês, local que abriga o Residencial Cidade Verde I e suas demais etapas, perdeu e perde parte de seu território para uma população oriunda de outros municípios, em maioria. Dessa forma, o bairro que estabeleceu-se como, de predomínio, familiar no cultivo das práticas agrícolas tradicionais, perpassa por uma reconfiguração territorial com características que levam parte de si a serem entendidas como *bairro dormitório* (COSTA, 2020), devido mobilidade urbana diária praticada por muitos dos ‘novos’ moradores que necessitam buscar seus locais de trabalho, estudo, lazer, necessidades em geral na capital São Luís, retornando à Mercês somente para a estadia noturna.

Contudo, dada a contínua necessidade de (re)adaptação da atividade campesina, imposta pela turbulência comercial, torna-se oportuno e imprescindível a abordagem do território rural pelo “enfoque dialético da territorialização – desterritorialização – reterritorialização, doravante TDR” (BLUME, 2004, p. 154), pois nos auxiliará para um melhor entendimento do bairro Mercês enquanto território.

As mudanças ocorridas no espaço rural podem ser vistas a partir das transformações e demandas sobre o território, elevando a dinâmica das relações sociais. Assim, as escalas ultrapassam o local, sendo estimuladas por reflexos do global. O enfoque territorial rural, influenciado pela era da globalização, perpassa por uma (re)invenção, dando relevância à análise em uma abordagem pelo TDR (BLUME, 2004). Santos (2014) destaca que o período da globalização, o técnico – científico – informacional, cada vez mais, espalha-se pelos territórios, assim sendo, além do urbano, o território rural é englobado por tal fenômeno.

Blume (2004, p. 155) diz, “a territorialização pode ser compreendida através da maneira pela qual o espaço passa pela gênese da apropriação para se transformar em território, através da ação”. Segundo a perspectiva de Blume, territorializar dar-se, a partir, da ação e transformação do espaço por parte das comunidades, através da aplicação do trabalho. Sendo assim, temos a valorização do espaço, dado aos anseios capitalistas, visto a atuação humana no sentido de otimizar as ações e/ou produções. Contudo, a valorização, na conjuntura atual da globalização, não dá-se, somente, pelo valor capital dos objetos. Blume (2004) fala de um valor racional do território, entendendo sua valorização analítica, diversa. Nesse contexto, o

território rural ganha destaque, não deixando seu viés mercantil, porém, sujeito à novas territorializações. Marsden (1989 *apud* BLUME, 2004) traz:

No espaço rural surgem novos produtos mercantilizáveis para o consumo. São produtos diferenciados aos tradicionais *commodities* agrícolas, como os produtos ecologicamente diferenciados, sendo que também já se torna comum ofertar o próprio espaço natural como produto. Desta forma, bens que até então eram concebidos como meros componentes de uma paisagem mudaram de significado, adquirindo valor econômico. Este valor é evidenciado pela forma diferenciada de se apropriar do espaço, a forma simbólica. Em face dessas questões, o rural, na sua forma natural, das amenidades ecológicas, surge como um modo de produção necessário para satisfazer a necessidade de um maior contato com a natureza. Assim, territorializa-se um sentido diferenciado às amenidades rurais, e estas passam a ser consumidas pelas pessoas dos grandes centros urbanos por se apresentarem como sinônimo de qualidade de vida ou lazer (MARSDEN, 1989 *apud* BLUME, 2004, p. 157 e 158).

Na perspectiva da desterritorialização, Haesbaert (2002) analisa, a partir, de cinco linhas de pensamentos: economicista, cartográfica, do imaterial, através do esvaziamento das fronteiras (política) e sob o viés cultural. Sendo que, Blume (2004) vê para o território rural um debate mais intenso quanto à sua desterritorialização econômica, política e cultural, através de uma ‘urbanização’ do campo. “Estas novas lógicas influenciam os hábitos e os valores dos trabalhadores, constituindo, assim, um exemplo de desterritorialização no rural” (BLUME, 2004, p. 160), cenário onde podemos embutir o momento atual de Mercês, ao ver, em especial, sua economia e cultura sendo consumidas pela dinâmica urbana, favorecida por fatores políticos.

Na abordagem TDR, a reterritorialização visa “a construção de novos localismos [...], surge como uma resistência ao processo desterritorializante” (BLUME, 2004, p. 161). Em suma, o território sempre promoverá novas abordagens, usos e significados, dado a funcionalidade do mesmo.

Marco Aurélio Saquet (2007, p. 69) amarra essa abordagem TDR quando traz:

O processo de apropriação do território é econômico, político e cultural, no qual a natureza exterior ao homem está presente e é influente. O território é resultado e condição desta articulação e unidade.

[...] As diferentes dimensões são e estão relacionadas e, por isso, condicionam-se; são indissociáveis e o reconhecimento desta combinação e unidade se faz necessário para tentarmos superar os limites impostos por cada concepção feita isoladamente, o que remete a dicotomização na abordagem geográfica.

O processo de territorialização é um movimento historicamente determinado; é um dos produtos socioespaciais do movimento e das contradições sociais, sob as forças econômicas, políticas e culturais, que determinam as diferentes territorialidades, no tempo e no espaço, as próprias des-territorialidades e as re-territorialidades. Estes processos (des-re-territorialização) são concomitantes, nos quais, a natureza exterior ao homem é um dos componentes importantes.

Como afirmação do descrito nos parágrafos anteriores, Fernandes (2013, p. 216) analisa a TDR como um “movimento contraditório e paradoxal”, pois a atuação dá-se de maneira à inteirar, eliminar e/ou reintegrar aos processos, promovendo o “desenvolvimento, em que o estado e a sociedade conflitam e se reúnem para superar os problemas, criando outros e ainda prologando outros”.

Marco Aurélio Saquet (2007, p. 73) nos deixa a amplitude do que trata o território:

No território, há temporalidades e territorialidades, descontinuidades; múltiplas variáveis, determinações e relações recíprocas e unidade. É espaço de vida, objetiva e subjetivamente; significa chão, formas espaciais, relações sociais, natureza exterior ao homem; obras e conteúdos. É produto e condição de ações históricas e multiescalares, com desigualdades, diferenças, ritmos e identidade(s). O território é processual e relacional, (i)material.

Contudo, devido ao estudo das práticas agrícolas e o ambiente rural ser envolto às tensões conflituosas, adotaremos a ideia de território proposta por Porto – Gonçalves (2006, p.5), visto que a função humana é bem colocada e destacada:

É espaço apropriado, espaço feito coisa própria, enfim, o território é instituído por sujeitos e grupos sociais que se afirmam por meio dele. Assim, há, sempre território e territorialidade, ou seja, processos sociais de territorialização. Num mesmo território há, sempre, múltiplas territorialidades.

Tendo, a partir de todos os elementos propostos ao longo do texto, que o território é um espaço de relações humanas, margeados pelos poderes individuais, coletivos e institucionais, que (re)constrói-se à medida em que a sociedade se renova, que pode ter múltiplas configurações dentro de um mesmo espaço físico, subsidiando uma forma complexa de entendimento, formação e propagação de informações, deparamo-nos à um profundo sistema de redes, dita no sentido de que é necessária uma infraestrutura material para que a sociedade organize-se. Nesse contexto, o território coloca-se como um espaço para formulação e aplicação de políticas públicas voltadas à perspectiva social.

Os debates sobre as políticas públicas foram intensificados e ganharam destaque tanto nos países desenvolvidos, como nos em desenvolvimento e, três fatores merecem destaque nesse processo: o primeiro, versa sobre a política de restrição de gastos adotados pela maioria dos países, o cenário de crises econômicas, sociais, políticas são indícios de instabilidade, o que requer maior planejamento sobre as políticas públicas; o segundo fator, aponta para uma substituição da interferência do Estado no incentivo às políticas econômicas pelo ajuste fiscal, implicando em um reajuste das despesas e gastos; e, o terceiro ponto é mais voltado aos países em desenvolvimento, que possuem maiores dificuldades em adequar suas políticas públicas

de modo em que alavanquem, ao mesmo tempo, suas políticas econômicas e a inclusão social de parte considerável de suas populações. Assim sendo, a estruturação das políticas públicas deveriam ser mais eficientes, efetivas e assertivas (SOUZA, 2002).

Para tratar sobre políticas públicas, evoquemos o trecho de Milton Santos abordado há alguns parágrafos acima, quando fala: “o Estado e os limites, o Estado e a produção, o Estado e a distribuição, o Estado e a garantia do trabalho, o Estado e a garantia da solidariedade e o Estado e a busca da excelência na existência” (SANTOS, 2006, p. 16).

Discutir políticas públicas é ter ciência da figura do primeiro território – países, estados e municípios –, pois são sobre essas tessituras que aloca-se toda e qualquer produção pública que vise atender a sociedade. Sobre o que são as políticas públicas, Souza (2002, p. 5) diz: “pode-se, então, resumir o que seja política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações”. Porém, em uma visão mais geográfica, Fernandes (2015, p. 29) traz: refere-se “a um programa, projeto ou plano de desenvolvimento elaborado pelos governos ou por estes com organizações da sociedade civil que transformam espaços e territórios”.

As políticas públicas não se fazem sozinhas, por isso o ente governo compõe essa estrutura como figura principal por parte do Estado. Contudo, nesse ambiente de conhecimento, propostas e consolidação das políticas públicas, a sociedade deve ser envolvida e atuar como coparticipe nessa tomada de decisões, pois, é ela que detém o conhecimento dos problemas à serem enfrentados, daí partirão os direcionamentos efetivos de como estabelecer caminhos concretos de enfrentamentos.

Para Bueno (2009), a participação da sociedade na elaboração e efetivação de políticas públicas é primordial pelo fato de que esse processo culmina de um conjunto de momentos históricos, articulados e interdependentes, constituídos pelos problemas, criação de alternativas políticas de resolução, adoção e implementação da política.

A abordagem das políticas públicas deve ser ampla e abrangente, não deixando o espaço rural de fora dessa conjuntura. Como tratado anteriormente, o tema território, em uma perspectiva rural, é complexo devido à, em um mesmo espaço, existência de atores e interesses distintos. Contudo, não se pode renegar a importância de ambos, dentro de suas respectivas esferas e segmentos, devendo definir-se meios para que exista um convívio, sem que este seja envolto no intuito de incorporação e/ou expropriação do menor (produtor; movimentos sociais rurais) pelo maior (latifundiários; grupos voltados ao agronegócio). Assim, Araújo e Caldas (2019) apontam que a elaboração de políticas públicas, voltadas ao

setor agrário, construídas de “cima para baixo” são tendenciosas ao favorecimento de empresas e conglomerados capitais, promovendo uma intensificação da exclusão econômica e social já existente. Fernandes (2008, 287), mostra:

O capital maximizado determina ainda mais os rumos das políticas de desenvolvimento, enquanto o Estado minimizado assiste, muitas vezes passivo, a criação de leis e políticas que beneficiam muito mais os interesses das empresas capitalista nacionais/transnacionais do que os interesses da sociedade. Especialmente no campo, as tomadas de decisões para o desenvolvimento têm sido determinadas pelos interesses das empresas nacionais/transnacionais.

Ao termos as políticas públicas brasileiras voltadas ao meio rural, facilmente, percebe-se uma tendência de beneficiamento às atividades do agronegócio em detrimento às atividades camponesas, posto a avidez do país em elevar continuamente suas produções agrícolas e pecuárias, bem como seu extrativismo mineral. Contudo, como frisa Fernandes (2015), a concepção de políticas públicas para o território rural não podem partir de um mesmo embasamento, visto que é um espaço com atividades, objetivos e agentes distintos, que são a agricultura capitalista e a agricultura camponesa. Cada uma dessas agriculturas possui um território próprio dentro da totalidade territorial, cada uma possui sua territorialidade e conflitualidades internas. Dessa forma, Fernandes (2015) fala das políticas públicas emancipatórias e de subordinação:

Políticas emancipatórias são formuladas pelo protagonismo e pela participação. Parte da coerência entre as relações sociais e a produção territorial. Políticas de subordinação são elaboradas por representantes ou ideólogos de uma classe para outra, como forma de manter o controle, de possibilitar a manutenção de uma condição de existência. Isso não significa que políticas de subordinação não contribuam para o desenvolvimento, mas contribuem para o desenvolvimento desigual (FERNANDES, 2015, p. 29).

Como já discutido, a participação da sociedade em todo o processo de construção e aplicação das políticas públicas deve ocorrer, em todos os espaços. Nesse sentido, há de se buscar algo que proporcione um rompimento ou uma reestruturação do arcabouço político-estrutural do espaço rural brasileiro, onde evidentemente existe um favorecimento aos donatários de grandes propriedades. Medidas de participação coletivas devem ser base para amparar um novo modelo conceitual de políticas públicas (ARAÚJO; CALDAS, 2019).

A partir dessas conjunturas abordadas, crê-se que o território surge como elemento viável e pontual na construção de políticas públicas, pois a partir dele pode-se identificar quais áreas são as que devem ser atendidas por tais políticas. Nesse viés de atendimento, o foco não seria só no substrato físico, a partir do conhecimento territorial conseguir-se-ia

atingir o substrato humano vulnerável, que atua sobre o território depositando sobre o mesmo todos os seus anseios e angústias. Para o elemento identidade sociocultural, as políticas públicas podem atuar na ratificação do sentimento de pertencimento que os indivíduos manifestam para com seu território.

Em destaque final, cabe a lembrança de que o território é mutável, dinâmico, fluido e que seu entendimento e análise perpassa pelas sociedades que o ocupam e o (re)constroem, dando-o um distinto conjunto de percepções. Sendo assim, as políticas públicas, jamais, devem ser tidas como prontas. Elas devem adequar-se e renovar-se à medida que novas configurações e contextos forem fornecidos ao território.

2.2 Políticas públicas para a agricultura familiar no estado do Maranhão: a partir do primeiro plano nacional de Reforma Agrária

Segundo Wanderley (2009, p. 2) “a agricultura familiar é a agricultura praticada pela família que ao mesmo tempo é dona dos meios de produção e também trabalha no local produtivo”. Assim, encontra-se na agricultura familiar um importante segmento para as economias e abastecimento locais e regionais. Corroborando sobre a importância e abrangência da agricultura familiar no Brasil, Lima (2021, p. 35), destaca:

O Censo Agropecuário do ano de 2017 divulgou os seguintes resultados para a agricultura familiar: 77%, que corresponde à cerca de 3,9 milhões, dos estabelecimentos agropecuários do Brasil; dá ocupação à 67%, 10,1 milhões de pessoas, dos trabalhadores do setor agropecuário do país; gera 107 bilhões de reais, equivalendo à 23% do valor total da produção agropecuária brasileira; ocupando 80,9 milhões de hectares do território nacional, que significa 23% da área de todos os estabelecimentos agropecuários do Brasil.

Contudo, apesar de verificada a significativa importância do setor familiar para abastecimento do mercado com produtos de consumo diário e para cooperação econômica, o setor, ao longo de sua história, sofreu pela falta de incentivos e investimentos governamentais e viu a agricultura latifundiária desenvolver-se através da modernização que atingiu a partir dos anos 1950, com a “revolução verde”. Nesse período, indústrias voltadas para a produção e desenvolvimento de insumos agrícolas (maquinário, agrotóxicos, adubos químicos) foram instaladas no Brasil (GROSSI; SILVA, 2002).

Ainda segundo Grossi e Silva (2002), somente a partir da década de 90 do último século é que as pesquisas realizadas nos anos 1970 começaram a surgir efeito, evidenciada pela biotecnologia. Apesar da elevação produtiva na zona rural, proporcionada pelo processo de modernização aplicado, o campo sofreu com elevado índice de desemprego, obrigando que

vários trabalhadores, até então rurais, praticassem o êxodo rural (SILVA; JESUS, 2010). E, para aqueles que permaneceram no campo, a dependência em relação às grandes propriedades foi contínua (LAMARCHE, 1997).

Porém, esse processo de exclusão e maior segregação oportunizado pela modernização das práticas agrícola, conspirou para que homens e mulheres buscassem outros vieses para que permanecessem em seus espaços rurais (SILVA; JESUS, 2010). Ao longo dos últimos anos, a agricultura familiar ganhou novos contornos e contextos, uma gama de novas oportunidades e possibilidades surgem, proporcionadas pela busca de práticas sustentáveis.

A partir dos anos 1990, os debates sobre a agricultura familiar engrandecem e o tema ascende, buscando afirmação nos âmbitos político, social e econômico (SCHNEIDER, 2009). Nessa perspectiva, a busca por estratégias para desenvolvimento e incentivo ao setor agrícola familiar é visado em todas as esferas governamentais e, políticas públicas começam à serem propostas, discutidas e implementadas.

As discussões das práticas e políticas públicas voltadas à agricultura familiar perpassa pelos Planos Nacionais de Reforma Agrária - PNRA, o primeiro em 1985 e o segundo em 2003. Melo e Sulzbacher (2013, p.14) dizem sobre o I PNRA:

Nasceu com perspectiva de atender ao Estatuto da Terra, em que o acesso a terra por trabalhadores rurais e a mudança nas relações sociais de produção são características proeminentes. Para tal, por um lado o Programa defende a ocupação das “terras ociosas” e, por outro, garante a proteção à pequena e média propriedade, bem como àquelas consideradas como empresas rurais.

Criado para ser um programa social, visava beneficiar pessoas de baixa renda, porém encontrou forte resistência junto à União Democrática Ruralista – UDR, que “foi fundada em 1985, em Goiânia, durante um leilão de gado para arrecadar dinheiro entre os latifundiários, para lutarem contra a reforma agrária do I PNRA e contra o avanço do movimento dos camponeses sem-terra” (OLIVEIRA, 2007, p. 127).

Já o II PNRA, que surgiu durante o primeiro mandato presidencial de Luís Inácio Lula da Silva, previa um rompimento com excludente estrutura agrária brasileira, dispostos na mais alta concentração fundiária do mundo (MELO; SULZBACHER, 2013). Porém, as amarras políticas adotadas em prol da eleição, fizeram com que muitas das propostas políticas direcionadas à reforma agrária fossem postas de lado. Contudo, a intensificação da atuação dos movimentos sociais rurais levaram, à partir da década de 1990, a implementação de políticas públicas versando sobre a agricultura familiar e movimentos camponeses.

Em âmbito nacional, podemos destacar o Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, além da elaboração da Lei para estabelecimento de diretrizes para formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais – Lei N.º 11.326, de 24 de Julho de 2006.

Tal Lei serve como alicerce para elaboração de políticas públicas, pois traz em suas linhas conceitos, princípios e instrumentos voltados para a agricultura familiar e empreendimentos rurais; estabelece que a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais devem estar em consonância com as políticas voltadas para a reforma agrária; delimita quem são os considerados agricultores familiares e empreendedores familiares rurais; quais os segmentos de trabalhadores podem ser beneficiados por tal Lei; quais áreas devem ser abarcadas pela Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, para alcance de seus objetivos; dentre outros itens (BRASIL, 2021).

Encarado como o programa de maior abrangência e impacto junto à produção familiar, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF foi instituído no ano de 1995, pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, por meio da resolução n.º 2191 do Banco Central – BACEN, inicialmente sendo uma linha de crédito diferenciada para atendimento dos produtores da agricultura familiar (BIANCHINI, 2015).

Porém, em seu primeiro ano de implementação, o PRONAF, não obteve o êxito imaginado e desejado pelos agricultores, muitos entraves para acessar ao crédito foram verificados e, o valor e quantidade de operações de créditos foram muito limitados, restringindo-se em grande maioria à região Sul do país (BIANCHINI, 2015). Ações por parte de diversas organizações dos agricultores, contando com apoio da Confederação Nacional dos Agricultores – CNA e de sindicatos à ela vinculados, Bianchini (2015), traz:

O Decreto de n.º 1.946 de 28 de junho de 1996 cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar para além do Pronaf crédito.

Com sete artigos, o Decreto estabelece o Programa como uma ação integrada com estados e municípios, define em suas ações o compromisso com o desenvolvimento rural sustentável, processos de estímulos à pesquisa para o desenvolvimento e difusão de tecnologias adequadas, fomento ao aprimoramento profissional, atuação em função de demandas locais dos agricultores e suas organizações, busca da participação dos agricultores e suas organizações, fomentando processos participativos e descentralizados (BIANCHINI, 2015, p. 28).

Outros artigos por parte do BACEN delimitam os papéis dos Governos Federal, Estadual e Municipal quanto à critérios para liberação de crédito aos produtores familiares e, preveem a elaboração de Planos Municipais de Desenvolvimento Rural e criação de Conselhos Municipal, Estadual e Federal, para acompanhamento das ações (BIANCHINI, 2015).

Apesar de todas essas ações para o desenvolvimento da agricultura familiar e envolvimento dos órgãos financeiros na atividade, somente na produção do biênio 1997-1998 os números de custeio e investimento atingiram números dentro do satisfatório projetado. Sobre isso, Bianchini (2015, p. 29) diz:

Na safra 1997-98 são previstos R\$ 1 bilhão para custeio e R\$ 500 milhões para investimento. Desse montante, os produtores contaram com a aplicação de R\$ 897 milhões de reais no crédito de custeio e R\$ 737 milhões em investimento, totalizando R\$ 1,6 bilhão, atendendo a 420 mil agricultores.

Em 2000, o PRONAF passa a ser gerido pelo, então criado, Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, abrangendo ações de atividades, tidas como, não agrícolas (ex.: turismo rural e artesanato) e disponibilizando uma ramificação às atividades da agricultura orgânica (BIANCHINI, 2015).

No ano de 2003, primeiro do governo presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva, foi instituído o Plano Safra, que previa disponibilização de crédito para investimento e custeio das produções no início de cada ano produtivo, considerando o período de vigência de julho à junho do ano subsequente, visto que muitos dos produtores não dispunham de capital próprio para iniciar seus cultivos. Bianchini (2015) nos conta sobre o início do Plano Safra:

A partir do Plano Safra 2003/2004, tem início uma visão clara de estratégia de governo, visando à promoção, ao fortalecimento e a consolidação da agricultura familiar para um rural sustentável, por meio do incremento do PRONAF Crédito e de um conjunto de novos instrumentos da política agrícola que impactaram positivamente a agricultura familiar em toda a sua diversidade. Entre eles podemos citar: Política de ATER (2003), PAA (2003) (BIANCHINI, 2015, p. 69).

O Plano Safra traz, além, do aumento da disponibilidade de crédito, novas medidas de promoção e consolidação das políticas públicas para agricultura familiar a cada ciclo produtivo, como mostrado no Quadro 1.

Quadro 1 - Evolução dos investimentos, contratos realizados e políticas públicas do Plano Safra de 2003 à 2015.

ANOS DO PLANO SAFRA	CAPITAL APLICADO (R\$)	NÚMERO DE CONTRATOS REALIZADOS	POLÍTICAS PÚBLICAS
2003-2004	3,5 bilhões	1.091.850	- criação do PRONAF Alimento e PRONAF Fome Zero; - lançamento do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA); - outros.
2004-2005	4,6 bilhões	1.710.000	- lançamento da Poupança Rural; - lançamento do PRONAF Custeio da Agricultura Familiar; - criação de uma nova Política de Assistência Técnica e Extensão Rural; - PRONAF Jovem; - criação do Seguro da Agricultura Familiar (SEAF); - outros.
2005-2006	6,4 bilhões	2.546.517	- oficialização do PRONAF Microcrédito Rural; - oficialização da Linha de Crédito PRONAF Agroecologia; - outros.
2006-2007	7,121 bilhões	2.326.178	- criação do PRONAF Custeio de Agroindústrias Familiares e Comercialização; - aprovação de orçamento o valor de R\$ 112 milhões para a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER); - outros.
2007-2008	8,1 bilhões	1.713.962	- redução da taxa de juros; - criação da Linha PRONAF Eco; - outros.
2008-2009	10,4 bilhões	1.552.844	- criação de uma linha de recuperação e manejo de solo; - criação do PRONAF Sistêmico; - o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, passa

			a comprar produtos da agricultura familiar; - outros.
2009-2010	12,6 bilhões	1.752.988	- criação do Selo da Agricultura Familiar; - promulgação da Lei n.º 11.947 ² ; - outros.
2010-2011	13,3 bilhões	1.598.920	- criação de Linha para financiamento de Projetos Coletivos para máquinas e equipamentos; - outros.
2011-2012	15,3 bilhões	1.591.191	- inclusão Produtiva Rural no Plano Brasil Sem Miséria com um Programa de fomento às atividades rurais; - outros.
2012-2013	18,6 bilhões	2.141.262	- qualificação da gestão de 700 associações ou cooperativas da agricultura familiar; - outros.
2013-2014	22,3 bilhões	1.903.524	- manutenção do direito à aposentadoria rural ao agricultor familiar empreendedor; - outros.
2014-2015	23,9 bilhões	1.899.423	- divulgação da criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – ANATER; - outros.

Fonte: Lima (2021), com base em Bianchini (2015).

Tais dados descritos acima, comprovam o quadro evolutivo da atenção dedicada à agricultura familiar dos anos 2003 à 2015, anos em que o Brasil esteve sob o governo petista, com forte preocupação às classes menos favorecidas do ponto de vista econômico. A agricultura familiar no seu processo de (re)organização do espaço rural promoveu a dinamização econômica de produtores e comunidades tradicionais, em muitos casos com a aplicação de práticas mais sustentáveis.

² Lei de 16 de junho de 2009, que estipula o repasse de no mínimo 30% dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE para o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, para compra de produtos oriundos da agricultura familiar.

No ano de 2003, como uma das frentes do Programa Fome Zero, é instituído o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, que da integração dos problemas como pobreza rural, fome, insegurança alimentar e nutricional, propõe estimular o desenvolvimento de mercados locais, com vistas à facilitar a produção agrícola familiar, onde o governo fará a aquisição dos produtos para estoque de alimentos e, também, distribuição entre a população sob risco alimentar e nutricional (PORTO *et al.*, 2014). Tal programa, promoveria acesso à produtos primários de consumo cotidiano e circulação do capital em nível econômico regional.

Porto *et al.* (2014) destaca as inovações trazidas pela política pública PAA:

- a) estabeleceu pela primeira vez recursos e metodologia específica para compras públicas de alimentos oriundos da agricultura familiar e povos e comunidades tradicionais;
- b) dialogando com a escala e características organizacionais destes segmentos, definiu processo de compras por dispensa de licitação, nos moldes da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), permitindo a relação direta entre governo e sociedade civil para a aquisição de alimentos por parte do Estado;
- c) definiu metodologia para a formação dos preços a serem pagos nas aquisições coerentes e adequados às especificidades regionais e locais e;
- d) concebeu uma gestão compartilhada entre seis ministérios, assegurando a interinstitucionalidade. O Grupo Gestor do PAA é composto pelos Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), do Desenvolvimento Agrário (MDA), da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) – representado pela Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) –, do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), da Fazenda (MF) e, mais recentemente, da Educação (MEC) (PORTO *et al.*, 2014, p. 39).

O PAA têm seus recursos oriundos “do MDA, do MDS e do MAPA por intermédio da Conab, com complementação pelos estados e municípios” (CAMARGO; BACCARIN; SILVA, 2013, p. 25) e, conta com cinco modalidades de execução, sendo elas: PAA Leite; Compras Institucionais (ambos geridos pelos estados e municípios e/ou outros órgãos e empresas públicas); Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF; Compra com Doação Simultânea – CDS, e; o Apoio à Formação de Estoques pela Agricultura Familiar – CPR Estoque (os últimos três operados pela Conab) (PORTO *et al.*, 2014). Contudo, no final do ano de 2021, através, inicialmente, da Medida Provisória 1.061 de 9 de agosto de 2021 e transcrita na Lei 14.284 de 29 de dezembro de 2021, surge o Programa Alimenta Brasil, em substituição ao PAA, buscando à promoção ao acesso à alimentação e incentivo ao desenvolvimento da agricultura familiar (BRASIL, 2022).

Para o alcance desses dois objetivos, o programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. Atendidos pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino também são contemplados.

O Alimenta Brasil promove ainda o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos; fortalece circuitos locais e regionais e redes de comercialização; valoriza a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos; incentiva hábitos alimentares saudáveis e estimula o cooperativismo e o associativismo.

O orçamento do Programa Alimenta Brasil é composto por recursos do Ministério da Cidadania, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e demais órgãos públicos que façam uso da modalidade Compra Institucional (BRASIL, 2022).

Originário da década de 40 do século passado, o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, percorreu um longo e duro trajeto até sua atual configuração. Em todo esse período, teve variadas nomenclaturas – Campanha de Merenda Escolar (CME), Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME), Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE), Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (Pronan) – sendo, somente, no ano de 1979 que passa a chamar PNAE. Obtendo seus recursos provenientes do MEC, as ações pautadas pelo Programa tornam-se centralizadas na esfera Federal, sendo que a aquisição dos alimentos davam-se através de licitações públicas, gerando transtornos em sua efetiva aplicação, visto à enormidade territorial, populacional e cultural do Brasil (AVILA; CALDAS; AVILA, 2014).

No ano de 1983, nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, houve uma mobilização pela descentralização do PNAE, levando a gestão da alimentação escolar para os municípios. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a alimentação escolar passa a ser direito de todos os estudantes matriculados no ensino fundamental, com programas de suporte nutricional geridos por todos os níveis de governo: federal, estadual e municipal (AVILA; CALDAS; AVILA, 2014). Contudo, a oficialização da descentralização das ações do Programa Nacional de Alimentação Escolar, deu-se no ano de 1994, com a promulgação da Lei n.º 8.913, de 18 de julho. Avila, Caldas e Avila (2014, p.103) nos trazem:

De acordo com essa lei, a transferência de recursos do Governo Federal para os governos municipais ficou condicionada à criação dos conselhos de alimentação escolar, com funções de fiscalizar o Poder Executivo, controlar a aplicação dos recursos financeiros e acompanhar a elaboração dos cardápios.

Assim, [...] oficializa o processo de participação e controle da sociedade civil no que tange à política de alimentação escolar.

Em 2009, através da Lei n.º 11.947, de 16 de junho, o Programa Nacional de Alimentação Escolar é expandido para toda a educação infantil, fundamental, ensino médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA), tendo o Fundo Nacional da Educação Básica a obrigação de gastar, no mínimo, um percentual de 30% dos seus recursos na aquisição de produtos alimentícios junto à agricultura familiar.

Ainda em âmbito federal, podemos tocar, também, no Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PRONATER, uma política pública que propõe um conjunto de ações afim de operacionalizar o desenvolvimento das atividades agrícolas rurais. Para tal, a sinergia entre as esferas políticas devem existir, de modo que haja a viabilização de capacitações para os produtores rurais em suas variadas áreas. Assim, pode-se constatar que o PRONATER é engajado com o incentivo ao ensino e a pesquisa, para geração de conhecimento e desenvolvimento de tecnologias acessíveis aos trabalhadores rurais familiares, além da formação técnica de agentes de suporte aos agricultores (MDA, 2005).

Enquanto visualização de alguns aspectos agrícolas no estado do Maranhão, segue a Tabela 1 com o volume de alguns produtos em relação ao Brasil, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Tabela 1 - Itens produzidos no Maranhão em relação ao Brasil (toneladas).

	MARANHÃO	BRASIL	PORCENTAGEM (%)
ARROZ	135.538	11.056.719	1,226
FEIJÃO VERDE	3.574	70.542	5,066
MANDIOCA	222.092	6.559.289	3,386
MILHO FORRAGEIRO	75.384	39.284.175	0,192

Fonte: Lima (2021), com base no Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2021).

Os itens destacados na tabela acima, são de elementos abarcados pela agricultura familiar e, mostram a baixa participação, porcentual, maranhense na produção dos mesmos. Como medida de mitigação desse cenário, o Governo do Estado cria a Secretaria de Agricultura Familiar – SAF, sendo sua missão “promover o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais do Estado do Maranhão, valorizando os produtos da agricultura familiar e ampliando a qualidade de vida de sua população” (SAF, 2017, p. 4).

Assim, a SAF atuará como um elo de articulação entre Governo do Estado, movimentos sociais rurais e demais frentes de parceria, afim de conhecer e estimular as produções agrícolas familiares das distintas áreas territoriais do Maranhão, levando em consideração as particularidades socioambientais e elementos culturais intrínsecos de cada uma.

Regularização fundiária; qualificação do acesso ao crédito; reestruturação e universalização dos serviços de ATER; e, verticalização da produção, foram definidas como as prioridades da Secretaria. Sendo os principais objetivos descritos em SAF (2017):

- Contribuir para a superação da extrema pobreza no Estado do Maranhão, dinamizando as principais cadeias produtivas ligadas à agricultura familiar;
- Utilizar as vantagens comparativas da agricultura familiar na produção de alimentos, como catalizador da economia dos territórios;
- Promover a regularização fundiária e a arrecadação de terras no Estado do Maranhão, enfrentando as raízes dos conflitos agrários;
- Implantar uma estratégia de ATER que organize a demanda por inovação tecnológica, na perspectiva da transição agroecológica;
- Facilitar o acesso a tecnologias que agreguem maior valor aos produtos, ampliando as capacidades empreendedoras, produtivas e organizacionais das famílias envolvidas;
- Viabilizar a inserção das comunidades quilombolas, extrativistas e dos povos indígenas como sujeitos nos processos de dinamização da economia dos territórios;
- Ampliar e qualificar as oportunidades de geração de emprego e renda para a juventude no meio rural;
- Dar visibilidade ao trabalho de gênero, geração, raça e etnia como estruturante de processos de mudança social (SECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR, 2017, p. 5).

Baseado na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER, no Maranhão foi criado no ano de 2006 a Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural – AGERP, que abrange a agricultura familiar, pequenos e médio produtores, disponibilizando acesso à novas tecnologias e acesso à assistência técnica continuada, subsidiando o aumento da produção e produtividade no campo, além do conhecimento e diversificação das produções.

Utilizando-se das políticas públicas federais para beneficiamento dos produtores agrícolas familiares dentro do estado, o Governo do Estado do Maranhão, ao longo dos últimos anos, têm buscado a criação e implementação de suas próprias políticas públicas, no afimco de que a geração e circulação de renda, através da riqueza que é a produção agrícola familiar, atue no combate à diversos problemas estruturais da sociedade.

Nessa perspectiva, podemos destacar: Programa Mais Produção, objetiva o fortalecimento das cadeias produtivas nos municípios maranhenses, proporcionando a geração de emprego e renda; Projeto Mais Feiras, este projeto tem atuação tanto na reforma de algumas feiras já existentes, adequando melhor esses ambientes para os produtores e consumidores, como na doação de equipamentos (barracas, balanças, EPI's e outros) para que os produtores e comerciantes tenham estrutura, minimamente, adequada para realização do trabalho; Feira de Agricultura Familiar e Agrotecnologia do Maranhão – AGRITEC, que coloca-se como um espaço de divulgação de tecnologias baratas e acessíveis aos pequenos produtores, além de ser um local de apresentação e comercialização dos produtos da agricultura familiar e, palco de explanações científicas e culturais; Plano “Mais IDH”, a ação desse plano dá-se em específico nos 30 municípios com menores IDH dentro do nosso estado, de modo que a pobreza extrema seja combatida; e, Projeto Diques de Produção, este projeto

tem na construção dos diques (espécie de barragem) uma forma de contenção da água doce dos campos inundáveis maranhenses, evitando a salinização dos mesmos, visa, também, o represamento da água das chuvas, que concentram-se no primeiro semestre e chegam à medida de, aproximadamente, 2.000 mm.

Além da aplicação do PAA, o Governo do Estado do Maranhão criou, em 2018, o Programa de Compras da Agricultura Familiar – Procaf, visando a garantia da compra direta de produtos agrícolas familiares. Segundo a SAF, entre os anos de 2018-2020, o Procaf beneficiou 165 associações em um montante de R\$ 7.594.227,16.

Quanto à legislação estadual, a partir de 2015, foram criadas algumas leis voltadas ao atendimento e fortalecimento das atividades agrícola e rurais, destacando-se: Lei n.º 10.322, de 24 de setembro de 2015, posteriormente alterada pela Lei n.º 11.528, de 20 de agosto de 2021, que dispõe sobre a criação do Programa de Transferência de Renda na Agricultura Familiar, atuando na execução das ações do Programa Mais IDH; Lei n.º 10.491, de 18 de julho de 2016, institui o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável – CEDRUS, que dentre suas finalidades possui o caráter de propor, criar, planejar e monitorar as políticas públicas e ações ao desenvolvimento rural e estabelecer ações voltadas à agroecologia e economia solidária, sempre atuando como um elo entre os níveis de governo e as organizações da sociedade civil.

Continuando, temos a Lei n.º 10.986, de 21 de dezembro de 2018, cria a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica do Maranhão – Peapoma, que busca o fortalecimento da produção agropecuária no estado, no intuito de elevação da qualidade, quantidade e diversidade de produtos alimentícios, além de promoção de acesso igualitários e justo à homens, mulheres, e entre gerações; e, Lei n.º 10.984, de 21 de dezembro de 2018, instituindo a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo da Agricultura Familiar, prevê a participação em conjunto do poder público da Administração Direta e Indireta e, do setor privado em ações que beneficiem, de todas as formas, o cooperativismo, desde que reconhecido seu interesse público, com base a Lei n.º 11.326/2016 de 24 de julho de 2006 (SAF, 2020).

Abordando em especificidade o município de Paço do Lumiar – MA – situado na Ilha do Maranhão juntamente com São Luís (Capital), São José de Ribamar e Raposa –, para o tema agricultura familiar, o mesmo dispõe de uma Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento – SEMAPA, que de acordo com sua página na internet (PREFEITURA DE PAÇO DO LUMIAR – MA, 2021) estabelece como funções dessa secretaria:

- I – planejar, implementar, executar, acompanhar e avaliar as políticas, programas e ações pertinentes ao desenvolvimento das atividades de produção e abastecimento, objetivando o desenvolvimento da agricultura, da pecuária e da pesca, fomentando atividades geradoras de emprego e renda; promover o desenvolvimento da indústria e do comércio no Município e a regularização fundiária rural;
- II – formular, implementar, coordenar, acompanhar, supervisionar, avaliar e controlar políticas públicas, projetos e ações voltados para o crescimento da produção agropecuária;
- III – estimular o agronegócio, a agricultura, a pesca industrial, o extrativismo vegetal e florestal, a exploração florestal, o abastecimento, o armazenamento, o associativismo e o cooperativismo;
- IV – promover a defesa e inspeção animal e vegetal;
- V – coordenar o aproveitamento dos recursos naturais renováveis e a comercialização e distribuição de alimentos;
- VI – promover a formulação das políticas de assistência técnica e extensão rural, pesquisa agropecuária, sanidade animal e vegetal e abastecimento;
- VII – efetivar o desempenho de outras atividades afins (PREFEITURA DE PAÇO DO LUMIAR – MA, 2021).

Utilizando tais competências como suporte de análise e comparação com informações coletadas em visita à SEMAPA, constata-se algumas incoerências entre a relação teoria x prática. O atual estágio da agricultura familiar e a dinâmica das relações comerciais, fazem com que a atividade agrícola familiar seja, sim, um ramo econômico gerador de dividendos financeiros. Visto que, os produtos alimentícios que compõem a alimentação básica das famílias em grande parte dos centros urbanos é oriundo dessa linha produtiva. Então, toda e qualquer ação que vise a promoção e desenvolvimento da agricultura familiar, em todos os seus segmentos, deve ser válida.

Todavia, dentro do município de Paço do Lumiar, não verifica-se o planejamento, formulação e implementação de políticas públicas próprias que versem sobre as práticas agropecuárias em geral e, em específico, sobre a agricultura familiar. O que pode-se verificar é que os programas e ações aplicados junto às comunidades produtivas rurais são oriundos de políticas, programas e ações públicas federais e/ou estaduais. Como exemplo temos as aplicações do PAA e PNAE – política federal – e do Programa Mais Sementes, Mais Feiras e Procaf – política estadual.

Dentro do bairro Mercês, o programa de maior acesso aos produtores agrícolas é o PAA, onde, semanalmente, os produtores cadastrados junto ao programa levam seus insumos produzidos para pesagem em uma central de coleta e abastecimento, recibos são feitos com a quantidade e tipos de produtos entregues e, mensalmente, o pagamento é feito direto em conta. Segundo os produtores e a SEMAPA, no ano de 2021 o programa estendeu-se por 5 (cinco) meses.

Dentre as funções da SEMAPA, o item III traz em sua descrição “estimular [...] a exploração florestal” – aqui devemos lembrar que Paço do Lumiar abriga áreas de

manguezais, bem como resquícios do bioma amazônico –, já a competência IV diz “promover a defesa e inspeção [...] vegetal”. Tais ideias apontam para fins que não possuem o mesmo tipo de diálogo, já que, o termo exploração nos remete à um pensamento de uso desenfreado, sem que haja uma preocupação com os malefícios gerados em cadeia; e, falar em defesa, refere-se à preservação, manutenção das áreas verdes.

Evocando o sentido de preservação, lembramos da sustentabilidade, utilização dos recursos naturais com garantia de manutenção para uso das gerações futuras. Ao longo das descrições das 7 (sete) competências atribuídas à SEMAPA, em pouquíssimas entrelinhas podemos constatar o vislumbre referente à conservação dos ambientes, o que evidencia propostas imediatistas e à curto prazo, tal qual o período eleitoral e/ou da gestão atual.

Trabalhar com a ATER é uma das descrições da SEMAPA. Tal secretaria dispõe de 2 (dois) técnicos agrícolas que, de acordo com o levantado, atuam por agendamento sempre que existem demandas por parte dos trabalhadores rurais, havendo quando necessário idas ao local produtivo para satisfação dos interesses manifestados. Contudo, novamente, esbarramos na utilização, por parte da Prefeitura e Secretaria, dos PRONATER E PNATER, não tendo nada formulado em nível municipal.

Devemos explicitar aqui que, em momentos de levantamento e leitura bibliográfica, pudemos constatar que essa ausência de políticas e programas públicos municipais para a agricultura familiar, não é uma particularidade, somente, do município de Paço do Lumiar. Grande parte dos municípios maranhenses utilizam-se e escoram-se, totalmente, nos programas e leis federais e estaduais existentes. Atitude essa, que pode ser encarada e refletida no potencial desperdiçado ao qual a agricultura familiar poderia vir a alcançar.

Na atual conjuntura política, federal, observamos um elevado nível de descaso com os pequenos produtores agropecuários. Notoriamente, todos os cenários favorecem aos grandes grupos e empreendimentos rurais, com forte pressão para flexibilização das leis ambientais, em prol do avanço da fronteira agropecuária sobre os ambientais naturais. Tal cenário, corrobora para maior participação dos municípios no que tange o assunto e produção agrícola familiar, já que essas produções acontecem e atendem, em maior escala, as necessidades dos centros urbanos adjacentes.

Segundo Arruda e Araújo (2019) a agricultura familiar vai além da produção de alimentos, colocando-se como modo de partilha social, cultural e ambiental. Carneiro e Maluf (2003) veem a agricultura familiar como multifuncional e, destacam quatro pontos para tal caracterização:

1- *Reprodução socioeconômica das famílias*: seus principais aspectos são as fontes geradoras de ocupação e renda para os membros das famílias rurais, as condições de permanência no campo, as práticas de sociabilidade, as condições de instalação dos jovens e as questões relativas à sucessão do chefe da unidade produtiva;

2- *Promoção da segurança alimentar da sociedade e das próprias famílias rurais*: este campo abrange a produção para o autossustento familiar e também a produção mercantil de alimentos, bem como as opções técnico-produtivas dos agricultores e os canais principais de comercialização da produção;

3- *Manutenção do tecido social e cultural*: esse campo se refere à preservação e ao melhoramento das condições de vida das comunidades rurais, levando em conta os processos de elaboração e legitimação de identidades sociais e de promoção de integração social;

4- *Preservação dos recursos naturais e da paisagem rural*: essa dimensão foi observada tendo como referência o uso dos recursos naturais, as relações entre as atividades econômicas e a paisagem e a preservação da biodiversidade (CARNEIRO; MALUF, 2003, p. 22).

Logo, percebe-se o potencial educacional ao qual a agricultura familiar possui. Entretanto, o cenário de produção e vivência local devem ser conhecidos e destacados. Daí a necessidade da maior participação e envolvimento dos agentes públicos municipais, pois a partir das fragilidades detectadas junto aos produtores agropecuários familiares, estratégias poderiam ser traçadas para alavancagem do setor.

3 A EXPANSÃO URBANA FRENTE AO TERRITÓRIO RURAL NO BAIRRO MERCÊS, PAÇO DO LUMIAR – MA

Priscila Bagli (2006), em texto *Rural e urbano: harmonia e conflito na cadência da contradição*, nos evidencia e nos faz pensar sobre as temporalidades ocorridas sobre os espaços urbano e rural. Para a autora, as transformações no urbano acontecem com maior veemência, frequência, rapidez, onde os espaços estão constantemente produzindo-se e reproduzindo-se; já ao espaço rural, apesar das transformações ocorrerem, tornam-se, as vezes, meio que imperceptíveis, já que são mudanças ao tempo da natureza.

Sobre as características apontadas pela autora, havemos de concordar com as indicadas ao ambiente urbano. Contudo, sobre os atributos ao tempo rural, não descartando às informações apresentadas por Bagli, devemos entender o momento social, econômico, político e cultural de cada localidade rural, destarte à avidez capital deste período do século XXI.

O entendimento da localidade e momento dos ambientes rurais dá-se pela (re)configuração territorial ocorrente. Assim, ao termos como exemplo o cenário brasileiro, podemos constatar uma mudança em expansão dos ambientes urbanos à partir da implantação e desenvolvimento industrial do pós anos 1930. O que, diretamente, afetou a dinâmica dos ambientes rurais.

Ao longo deste capítulo, trataremos sobre essa dinâmica urbana e rural e suas inter-relações dentro do bairro Mercês, Paço do Lumiar – MA, passando pelo processo de expansão urbana do município de São Luís, capital do estado do Maranhão, que foi e é o grande propulsor da (re)configuração territorial ocorrente no bairro citado, bem como em outras partes da Ilha do Maranhão.

3.1 A urbanização e a ruralidade: suas inter-relações e o crescimento da área urbana sobre a rural na Ilha do Maranhão

A urbanização pode ser entendida como o processo de crescimento populacional sobre as cidades, acarretando uma expansão territorial das mesmas. Esse fenômeno adquire intensidade a partir de meados do século XVIII, à luz da Revolução Industrial, promovendo um deslocamento social do campo para cidades (SILVA, 2020). Assim, consegue-se verificar que, o processo de crescimento urbano relaciona-se, diretamente, à sociedade – visto que, o

ser humano tem a dotação de mudança em si próprio e sobre o espaço – e às práticas capitalistas – já que, as transformações ocorridas no meio são condicionadas às necessidades e/ou vontades, que objetivam gastos e/ou ganhos capitais.

De acordo com Spósito (1996, p. 31) “a cidade nunca fora um espaço tão importante, e nem a urbanização um processo tão expressivo e extenso a nível mundial, como a partir do capitalismo”.

A partir da atuação humana e capital como condicionantes da urbanização, teremos, esta última, constantemente em processo de renovação, o que lhe dá impedimento quanto ao fechamento de um ciclo. O desenvolvimento urbano dá-se nas cidades, através dos povos que ali se constituíram e se constituem. Assim, as cidades verificadas e vividas, hoje, são um conglomerado de informações e histórias ocorridas ao longo de suas existências. Dessa forma, além do valor material, existem simbolismos e valores afetivos impregnados nas entranhas de cada elemento artificial construído. Segundo Lefebvre (2001, p. 12) as cidades são “centros de vida social e política onde se acumulam não apenas as riquezas como também os conhecimentos, as técnicas e as obras”.

Para a cidade de São Luís – MA, sua configuração urbana inicia-se com a atuação francesa invadindo um território português, até então posto de lado, e construindo elementos de habitação e defesa do território, o forte de Saint Louis³. Tais empreendimentos da época, hoje são representados pelo conjunto das Praça e Avenida Pedro II.

Após a fundação em 8 de Setembro de 1612 pelos franceses e constituição de estabelecimentos de guarda territorial, o núcleo urbano de São Luís passa às vistas portuguesas como elo de escudar sua influência e posse ao norte do território litorâneo brasileiro. Em 1614, em conflito conhecido como Batalha de Guaxenduba, os franceses são expulsos do território maranhense por tropas portuguesas sob comando dos então Governador Geral Gaspar de Sousa e do Capitão – Mor Jerônimo de Albuquerque, aliados à tribo indígena Tremembé. Jerônimo de Albuquerque tornar-se-ia o primeiro governador da Ilha do Maranhão (1616 – 1619) e, em primeiras medidas ordenou a melhoria das instalações residências dos oficiais, restauração dos fortes e dá nova configuração ao aspecto geral da população.

Com o recebimento de novos imigrantes portugueses, em 1621, São Luís passa à condição de capital do estado colonial do Maranhão. Contudo, entre os anos 1641 – 1644, a capital maranhense passa por uma nova invasão, agora pelos holandeses. A tardia ocupação

³ Nome dado em homenagem ao rei da França, Luís XIII.

portuguesa, atrelada as invasões francesa e holandesa, dificultaram e atrasaram o desenvolvimento urbano da, já, cidade de São Luís. Somente a partir de meados do século XVIII, a cidade ludovicense vai apresentar um expressivo crescimento, isso por conta da Revolução Industrial iniciada no continente europeu.

A nova configuração produtiva europeia implantada nas unidades fabris, com destaque para a produção têxtil, faz crescer a demanda pelo algodão. E, Portugal cria a Companhia Geral do Grão – Pará e Maranhão, sob o comando de Sebastião José de Carvalho e Melo (o Marquês de Pombal), passando à elevada produção monocultora de exportação do algodão, arroz e cana – de – açúcar. O final do período colonial concebeu à colônia maranhense um próspero acúmulo de capital, levando a sociedade escravocrata à construção de enormes e luxuosos casarões, além de praças e locais de passeios públicos, na cidade de São Luís. Porém, tal cenário gerou a implantação de enorme desigualdade e segregação social, verificada na própria configuração territorial da cidade (LOBO, 2019).

Porém, a proximidade mantida entre a colônia maranhense e a metrópole portuguesa, fez com que a adesão à independência ocorresse somente no ano de 1823, quase um ano após o restante do Brasil. Esse cenário criou um, certo, afastamento às políticas econômicas praticadas pelo Império Brasileiro, que com a instabilidade nos preços dos produtos maranhenses, levaram o Maranhão a controlar os investimentos voltados ao desenvolvimento urbano, os mantendo somente aos locais e atividades voltadas à exportação produtiva, bem como de vivência da sociedade burguesa. Assim, todo o processo de urbanização da capital maranhense ao longo do período colonial, foi dedicado ao beneficiamento e enriquecimento de Portugal e, quando dentro do território ludovicense, das famílias portuguesas nele instaladas (LOBO, 2019).

A segunda metade do século XIX é marcado pelo declínio da produção e exportação de algodão no Brasil e, conseqüentemente, no Maranhão. Entretanto, fatores externos condicionaram o governo central do Brasil a modificar a política econômica interna, incentivando ao desenvolvimento da indústria têxtil no país, elevando a província maranhense à um importante centro capital (LOBO, 2019). Segundo Geiger (1963, p.80):

No século XIX, a tecelagem teve papel saliente no desenvolvimento urbano. No fim do império, havia umas 100 fábricas têxteis na cidade do Rio de Janeiro, nos Estados de Minas Gerais, Pernambuco, Bahia, Maranhão, Rio de Janeiro e São Paulo [...]. Considerando-se todos os ramos industriais, havia no fim do Império, perto de 600 fábricas, representando um capital investido de 400.000 contos (então 25 milhões de libras inglesas), sendo 60% na indústria têxtil.

A aplicação de capital no setor fabril, fez com que a configuração urbana da capital maranhense adquirisse novos contornos, dado o recebimento de contingente populacional oriundo das áreas rurais. Com a área central já ocupada pela elite societária e por alguns estabelecimentos industriais, inicia-se o processo de periferização, com constituição dos bairros de operários circundando o centro. Lobo (2019, p.28) traz:

Nas primeiras décadas do século XX, a dinâmica das fábricas de tecido, a circulação do capital resultante destas e a condição de centro administrativo do Estado impulsionavam a dinâmica urbana da ilha. Nesse período, a descentralização das fábricas foi o principal indutor do alargamento da cidade para além do núcleo antigo.

Assim, o parque fabril que surgiu como alternativa de investimento diante da crise da agroexportação, no final do século XIX, contribui para a suburbanização nos limites da cidade, surgindo bairros como Fabril, Camboa e Anil, consolidando o eixo Centro – Anil como principal área urbana da cidade.

A política de desenvolvimento industrial adotada no Brasil – a partir dos anos 1930 com maior veemência nos anos 1960 – aproximou e inseriu, ainda mais, o país nos moldes de produção e dependência capitalista, impulsionando um maior e mais acelerado crescimento das cidades, em tamanho populacional, territorial e quantidade⁴. Tendência essa que foi seguida pelo estado do Maranhão (BURNETT, 2016). Benko (1996 *apud* FERREIRA, 2017, p. 19) diz, “as mudanças na reestruturação urbana, portanto, estão vinculadas à reestruturação produtiva, uma vez que altera os papéis que as cidades desempenham, e por isso, reestruturam a própria rede urbana”.

O interim dos anos 1960/90 estabelecem no Maranhão e na Ilha do Maranhão um novo reordenamento espaço-territorial, marcado, em especial, por dois fatores, um político e outro econômico: na ordem política, destaca-se a figura de José Sarney, chegando à frente do executivo estadual, com um discurso de resgate aos tempos áureos maranhense para promoção de futuro próspero; e, economicamente, o estado e capital foram beneficiados com a implantação de grandes indústrias e projetos.

Sarney, entre seus feitos, constrói em São Luís as pontes do Caratatiua – que proporcionou um crescimento urbano no sentido leste da capital, originando os bairros Cohab Anil I, II e III, Maranhão Novo e Ipase – e a do São Francisco, batizada “Ponte José Sarney” que fez valorizar e elevar a especulação imobiliária das áreas litorâneas, porém, fez surgir, também a incidência de ocupações irregulares e desordenadas sobre os vazios urbanos

⁴ No Maranhão, segundo dados disponibilizados por Burnett (2016) em análises a partir dos Censos Demográficos dos anos 1960 à 2010, o estado saltou de 91 municípios em 1960 para 217 municípios em 2010, um crescimento de 138,46%. Ao alocarmos essa elevação da quantidade de municípios em número populacional urbano temos, no Maranhão, 448.509 habitantes em 1960 passando, em 2010, à 4.143.728 habitantes.

existentes. A partir da década de 1970, São Luís recebeu a implantação do Projeto Grande Carajás (LOBO, 2019). “Tal projeto representou a instalação do Consórcio de Alumínio do Maranhão (ALUMAR), da Companhia Vale do Rio Doce (Vale) e construção dos seus respectivos terminais portuários, porto do Itaqui e Ponta da Madeira” (LOBO, 2019, p. 34).

A realidade da indústria mineradora na cidade de São Luís à tornou centro receptivo de fluxos migratórios. Manuel Castells, em obra *A Questão Urbana* (1983), diz:

A urbanização ligada à primeira revolução industrial e inserida no desenvolvimento do tipo de produção capitalista, é um processo de organização do espaço, que repousa sobre dois conjuntos de fatos fundamentais:

1. A decomposição prévia das estruturas sociais agrárias e a emigração da população para centros urbanos já existentes, fornecendo a força de trabalho essencial à industrialização.

2. A massagem de uma economia doméstica para uma economia de manufatura, e depois para uma economia de fábrica o que quer dizer, ao mesmo tempo concentração de mão-de-obra, criação de um mercado e constituição de um meio industrial.

As cidades atraem a indústria devido a estes dois fatores essenciais (mão-de-obra e mercado) e, por sua vez, a indústria desenvolve novas possibilidades de empregos e suscita serviços.

Mas o processo inverso também é importante: onde há elementos funcionais, em particular matérias-primas e meios de transporte, a indústria coloniza e provoca a urbanização (CASTELLS, 1983, p. 45).

Segundo Lobo (2019), a capital maranhense saltou de 265.489 habitantes em 1970 para 695.199 habitantes no ano de 1991, um crescimento de, aproximadamente, 261% em pouco mais de 20 anos. Esse elevado aumento populacional demandou investimentos na área da construção civil, sendo desse período a datação de vários bairros ludovicenses, como: Cohama (1975), Cohatrac I (1978), Angelim (1979), Cohafuma (1980), outros.

A construção desses conjuntos habitacionais deram-se em áreas mais afastadas do centro urbano da capital, em regiões que já aproximavam-se dos seus limites geográficos, promovendo a implantação de infraestrutura e serviços urbanos, porém com ocorrência de vazios demográficos. Contudo, essa expansão territorial de São Luís ocorreu de forma à integrá-la aos seus municípios vizinhos, São José de Ribamar e Paço do Lumiar, gerando um processo de metropolização, que é ascendente até os nossos dias.

Analisado e constatado esse evolutivo urbano da capital maranhense, destaquemos, também, a contribuição e impacto que o ambiente rural possuiu e, ainda, possui no referido processo.

A atividade agrícola acompanha os seres humanos desde sua percepção como agente modelador do meio, ou seja, desde que o mesmo descobre como fazer do espaço o seu local de usurpação de condições de vida. Assim sendo, os ambientes produtivos iam organizando-

se à medida em que os humanos constituíam-se em comunidades, havendo demanda por alimentos.

Por muitos anos, pelo menos até meados do século XVIII, as atividades industriais eram obsoletas, o que contribuía para a organização do espaço geográfico ser predominantemente rural, sendo os bens primários sustentadores da economia. Porém, o advento da Revolução Industrial proporcionou uma reconfiguração espacial, destacando o urbano, dado a implantação de estruturas industriais, com ofertas de trabalhos assalariados, o que fez o rural adequar-se à nova(s) ruralidade(s).

Ponte (2004), nos traz ao longo de sua reflexão que a conceituação do rural esteve, na maior parte do tempo, atrelado ao entendimento do urbano, como: para o IBGE definidas as sedes municipais de ordenação e regulação das regiões, não levando em consideração o quantitativo populacional, bem como suas funções políticas, econômicas, sociais, culturais e geográficas, todo o restante compunha o espaço rural; a arrecadação de impostos seria um outro aspecto de interferência nessa dicotomia rural – urbano, visto que os impostos dos espaços urbanos dotam os orçamentos municipais, enquanto os impostos rurais são da base federal; a ocupação (trabalho) da população, também, é determinante como definidor dos espaços rurais, assim, em países como Israel, os locais onde existam significativa mão de obra agrícola passam à rural (ABRAMOWAY, 2000).

Contudo, o ambiente rural, apesar da relação mútua com o urbano, merece um destaque, visto sua amplitude territorial, econômica, social e cultural. Sua análise deve partir de um resgate histórico, buscando a relação de afinidade e identidade mantida pelas sociedades que por ele passaram. “Na compreensão do rural, há de se considerar a terra como principal fator de estabelecimento dos tipos de relações econômicas, políticas e sociais da população do campo, ou seja, seu elemento definidor” (PONTE, 2004, p. 26).

Nesse contexto do uso da terra, podemos entender o valor simbólico que esta carrega, nesse viés o espaço rural coloca-se, em uma de suas atribuições, como um ambiente de luta e resistência, através dos movimentos sociais e, da própria, agricultura familiar, que arduamente lidam com o caráter quantitativo que o agronegócio imbui ao rural. “Sendo assim, o rural deve ser entendido como um território criado pelas relações econômicas, sociais e políticas que a população do campo estabelece com a terra” (PONTE, 2004, p. 27).

Porém, quando tocamos no termo político, temos que o processo de desenvolvimento urbano fez com que a análise, criação e implantação de políticas públicas ficasse mais em sua esfera, gerando um, certo, ‘esquecimento’ do espaço rural. Tal desproporção ocasionou uma

enorme desigualdade entre os ambientes, atrelando sinônimos como avançado, dinâmico, moderno ao urbano e, atrasado, abandonado, distante ao rural.

Segundo Marques (2002), reinvenções econômicas ao rural podem ocorrer, dada à diversidade exploratória do mesmo, que não limita-se à um local de produção agropecuária. Contudo, os problemas sociais persistiriam, já que a promoção de atividades não-rurais seriam práticas capitalistas, com fins industriais.

Os espaços urbano e rural existem enquanto indivíduos, contudo suas análises e compreensões dão-se a partir das inter-relações manifestas, em maior grau no sentido urbano para o rural, dado o contingente populacional urbano ser muito superior. Isso, gera uma elevada demanda pela produção alimentícia, cabendo ao espaço rural atendê-la.

Nesse caminhar, temos o processo denominado urbanização do campo, pois elementos de alta tecnologia, profissionais especializados, práticas do turismo voltado ao rural, bem como outros, são incorporados das cidades ao campo, no intuito capital de promoção de modernidade ao que é considerado ultrapassado. Para Resende (2004), o novo mundo rural brasileiro, que cada vez mais está mais próximo e adepto às novas tecnologias, proporcionando modos de vida e produção que assemelham-se às formas do urbano.

Para Alentejano ([s. d.] *apud* MARQUES, 2002), o rural passaria por uma reconfiguração territorial, mas continuaria com seus elementos particulares que o distinguem do urbano, visto que, no rural as práticas humanas permaneceriam ligadas ao cultivo da terra, enquanto nos centros urbanos a dinâmica de sobrevivência não, necessariamente, passariam por tal.

Contudo, Lima (2008) faz uma pertinente contribuição ao se analisar essas características delegadas ao rural e urbano, onde para a autora, muitos indivíduos que habitam o espaço rural sobrevivem por atividades não agrícolas e/ou sem estarem vinculadas ao cultivo da terra, bem como existe a situação inversa, onde dentro dos espaços urbanos há a decorrência de pessoas que mantêm suas práticas de vida e econômica atreladas à atividades agrícolas, conseqüentemente, com o cultivo da terra. Assim, Silva (1999 *apud* LIMA, 2008), diz:

[...] a distinção entre rural e urbano tem cada vez menos a ver com o tipo de atividade exercida pelos indivíduos que aí residem, mesmo porque o crescimento das atividades não-agrícolas nas áreas ditas rurais parece ser uma das tendências mais importantes dos anos 90, tanto nos países desenvolvidos, como na América Latina e de modo particular no Brasil (SILVA, 199, p. 61 *apud* LIMA, 2008, p. 109).

A partir desse envolvimento social, econômico e cultural manifesto entre os espaços rural e urbano, Lima (2008) utiliza de autores como Lefebvre e Kearney para ter uma visão mais ampla dessa relação que não somente suas características mais simples. Onde Lefebvre (1991) faz uma distinção entre a cidade e o urbano, atrelando à cidade uma realidade presente mais ligada ao físico, enquanto ao urbano faz o desígnio à uma realidade social, ao modo de vida que pode ser construído e reconstruído. “O urbano irradia-se a partir da cidade e atinge territorialmente os limites das influências dela. Desde que o urbano extrapole a cidade, a tarefa de conceituação torna-se dupla. É preciso pensar na cidade e no urbano” (ENDLICH, 2006, p. 20).

Por sua vez, Kearney (1996 *apud* LIMA, 2008) defende que os métodos, técnicas e maneiras tem promovido um deslocamento, onde as pessoas migram de um local para outro, incorporando novos conhecimentos e disseminando suas informações, contudo sem deixarem e/ou esquecerem suas identidades e experiências vividas. Assim, grupos populacionais com costumes distintos podem coexistir em um mesmo espaço, como exemplo podemos ter um grupo ou comunidade de trabalhadores rurais ocupando e realizando suas atividades tradicionais dentro do ambiente urbano.

No entendimento de que o rural e o urbano são mais complexos do que a delimitação entre o que é cidade e o restante do território, Endlich (2006, p.20) diz:

As relações possuem uma amplitude maior e devem ser pensadas no conjunto da rede urbana. Assim, o modo de vida urbano estende-se até os limites geográficos alcançados pelos interesses, ações e conteúdos presentes nas cidades.

Na realidade, o alcance dessa influência não se deve apenas à centralidade exercida pelo conteúdo cidade, mas pelos investimentos efetuados por agentes urbanos no campo [...].

Os investimentos urbanos, o modo de vida urbano que extrapola as cidades, demonstram que, historicamente, o urbano atinge o rural. Há predomínio da mentalidade econômica e domínio monetário, imposições dos interesses urbanos.

Marques (2002) traça um evolutivo da relação campo – cidade baseado na periodização de Lefebvre em três eras: a era agrária, era industrial e era urbana. No que ele denomina de sociedade agrária, os centros urbanos constituíam-se somente como base política, sendo-o delimitado pelo território rural, de onde saíam os itens de abastecimento para a escassa população urbana, bem como a base de sustentação econômica do período. Durante a Idade Média, as cidades começam a colocar-se como centros comerciais e religiosos, passando “a sediar um importante processo de acumulação de riqueza, conhecimento, técnicas e obras, tornando-se centros de vida social e política” (MARQUES, 2002, p. 105), assim, a cidade apresenta-se como o local do capital e o campo como proprietário da terra.

As atividades comerciais e a acumulação de capital levaram à expansão territorial da área urbana, a população rural tornou-se, paulatinamente, urbana, o que coloca o espaço rural como *locus* sustentador das necessidades das cidades. A riqueza não mais dá-se pelo valor da terra, o mercado comercial torna-se o agente regulador da economia, onde a busca por bens que possam ser transformados em capital, levam com que organizações e indivíduos passem à compor um único sistema, capitalista. Eis, que Marques (2002, p.160), nos diz:

Surge a cidade industrial e com ela as grandes concentrações urbanas, apresentando extensos bairros proletários e abrigando populações camponeses expulsas do campo. A indústria também se instala fora da cidade, próxima aos recursos de que necessitava, como fontes de energia, matéria-prima, mão-de-obra.

As relações nas/entre cidades e sociedades industriais dão-se a partir do valor de compra e venda dos objetos, tornando os valores afetivos, quase que escassos. A terra torna-se um elemento de valor mensurável, quer pelo seu tamanho, localização e ou poder produtivo. A otimização do tempo e praticidade de acesso à todo tipo de necessidade humana, leva à criação de um ambiente majoritariamente urbano, concebendo à sociedade a característica de urbana, quase que em sua totalidade.

A organização das relações e conexões em redes, torna-se práxis dessa sociedade, que vive o virtual. A estrutura física das cidades anseia por mais espaço, que invade e se apossa dos territórios rurais, em um fenômeno de periferização, tanto em seu sentido de distância da área central, como de abrigo de pessoas com poder aquisitivo limitado, geralmente composta daqueles que fazem a migração campo – cidade.

Castells (1983) sobre a relação ‘centro x periferia’, dadas às proporções, já que falava das metrópoles norte americanas, salientou para a degradação da estrutura física da cidade central, visto que a classe média buscava áreas com melhores elementos infraestruturais promovendo a ocupação da periferia – distância em relação ao centro urbano –, cabendo à área central novos ocupantes, representados por novos imigrantes e por grupos de minorias étnicas – aqui acrescento as demais minorias sociais.

A perspectiva abordada nestes parágrafos anteriores, explica a expansão territorial do município de São Luís – MA, bem como a expansão urbana nos municípios vizinhos de São José de Ribamar e Paço do Lumiar. Tal processo de urbanização proporcionou e, ainda, proporciona uma redução dos espaços caracterizados como rurais, impactando e ameaçando as produções agropecuárias praticadas nos municípios citados acima. Silva (2004, p. 96) diz, “pressionados pelo avanço da urbanização e pela reestruturação do mercado consumidor

interno da metrópole, os usos agrícolas até então existentes retraem-se de maneira significativa”.

É importante destacar que essas produções, por situarem proporções territoriais bem limitadas e estarem inseridas dentro de uma região metropolitana em expansão, caracterizam-se por serem do tipo familiar, atividade econômica, com forte manifestação cultural, que é responsável pelo abastecimento de muitos dos produtos de consumo diário da alimentação das populações locais.

Dado ao cerceamento desses sítios produtivos rurais por manchas urbanas em crescimento, Gomes (2016) caracteriza a agricultura praticada na Ilha do Maranhão como “agricultura urbana e periurbana⁵”, pois o mesmo percebe o espaço rural da localidade em questão como espaço ou zona periurbana. Entretanto, esse tipo de agricultura deveria incorporar-se, por meio dos planejamento e gestão urbana, aos ecossistemas das cidades, a fim de estabelecer um desenvolvimento tanto para as cidades quanto para a população, com oferta de produtos à bons níveis de qualidade, bem como conservação dos recursos naturais (GOMES, 2016).

Contudo, tratando em especificidade de Paço do Lumiar, nos espaços onde pratica-se a agricultura, pode-se evidenciar, em muitos dos casos, a não aplicação dos instrumentos legais que versam sobre a estrutura de uso do solo, como descrito em seu Plano Diretor. Ao contrário, temos um cenário de usurpação desses locais de desenvolvimento de atividades tradicionais, como é a agricultura familiar, pela implantação de condomínios residenciais horizontais e verticais e, dado aos vazios demográficos entre essas construções e áreas produtivas, ocorre, em determinadas situações, a incidência de formações dos assentamentos informais⁶ – termo utilizado a partir do Plano Diretor de Paço do Lumiar – , que vem a corroborar com a elevação de variados problemas urbanos.

Dessa forma, apesar das inter-relações manifestas entre os ambientes urbanos e rurais, vamos observar que as áreas de produções agrícolas, de caráter familiar, passam por uma instabilidade territorial, principalmente quando da análise em regiões metropolitanas, como é o do bairro Mercês, situado em Paço do Lumiar, um dos municípios componentes da Grande São Luís.

⁵ Segundo o percebido na escrita de Gomes (2016), a agricultura urbana ou periurbana coloca-se como uma atividade, alternativa, organizada para a problemática do abastecimento alimentar em centros urbanos, visando a segurança alimentar e a conservação da biodiversidade, otimizando a utilização dos espaços e do solo e da água.

⁶ Fernandes (2011) expõe que os assentamentos informais resultam da ocupação ilegal e divisão de lotes sem autorização, proporcionados pela desigualdade social existentes que é gerada pela má distribuição da riqueza. “Normalmente, os assentamentos informais são estabelecidos por incorporadores clandestinos ou novos moradores que ocupam terrenos públicos, comunais ou privados” (FERNANDES, 2011, p. 4).

3.2 A frente de crescimento imobiliário no bairro Mercês

Ao dispormos da grande explosão territorial urbana da cidade de São Luís – MA a partir dos anos 1980, teremos que o acontecimento foi motivado, entre outros fatores, pela instalação de grandes parques fabris, como Alumar e, a atual, Vale. Esse episódio, faz-nos ter a percepção de que o fenômeno urbano atua sob influência, se é que não podemos dizer ‘à atender’, do sistema capitalista. E, Lefebvre (2001) indica que a concentração populacional dá-se à acompanhar a influência do capital. Cruz (2021, p. 36) diz, “a urbanização expressa relações estreitas com os sucessivos estágios de desenvolvimento do capitalismo”. Assim, ao observarmos e analisarmos a referida relação, poderemos ter embasamento para entendermos a configuração e organização do espaço em suas distintas esferas.

Como visto no subcapítulo anterior, um dos condicionantes da urbanização é o êxodo rural, migração populacional dos campos para as cidades. A mecanização dos ambientes rurais, adocada pelo vislumbre e perspectiva de melhores condições de vida nas áreas urbanas, acaba por gerar um enorme excedente humano em más ou péssimas situações de sobrevivência. Como uma das linhas do capitalismo, a pobreza organiza-se sobre a malha urbana, fazendo com que esta aumente seus limites territoriais.

Como resultado dos processos de produção, circulação e acumulação do capital, o espaço urbano tornou-se loco de valor especulativo de mercado, evidenciando-se como ambiente de segregação de classes (CRUZ, 2021). “A propriedade privada cria acessos desiguais dos cidadãos à metrópole a partir da aquisição da moradia, em que a produção do espaço se estabelece na contradição entre produção social da cidade e sua apropriação privada” (CRUZ, 2021, p. 41).

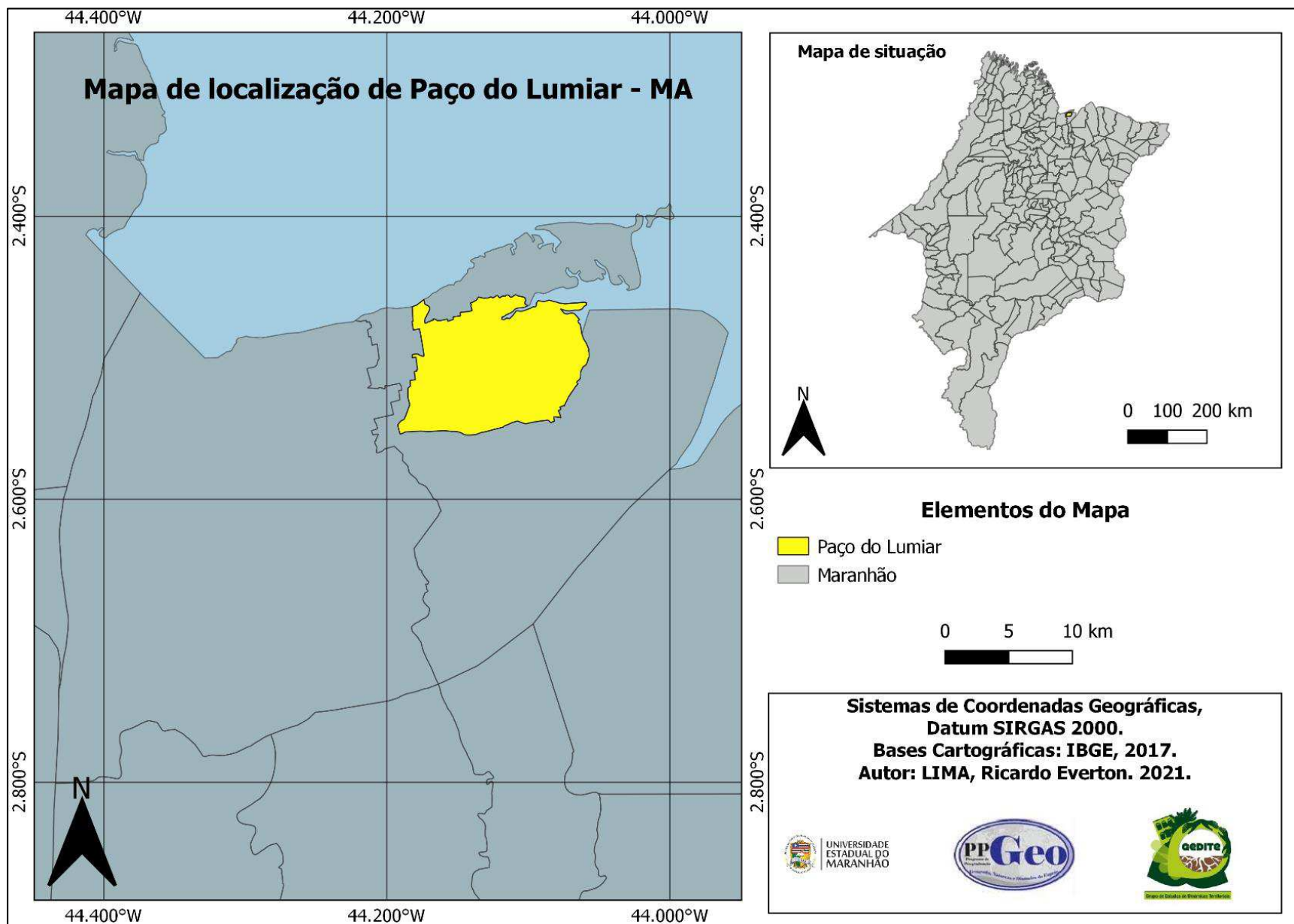
O mercado, através das imobiliárias, divide a cidade impondo os locais de ocupação entre as diferentes classes sociais, aos ricos são destinados áreas nobres e com potencial de nobreza e aos pobres áreas, até então, de vazios urbanos sem demanda elitista. Entre o intervalo desses dois grandes grupos, a classe média põe-se como elemento central dessa balança, hora aproximando-se das áreas mais nobres, hora margeando as periferias econômicas.

Ao município de Paço do Lumiar – MA podemos vincular o pensamento transcrito nos parágrafos anteriores. Situado na mesorregião norte maranhense, compõe a aglomeração urbana de São Luís (Mapa 2), ocupando área de aproximadamente 127,193 km² e população estimada em 125.265 habitantes (IBGE, 2021). Sua configuração como município emancipado, deu-se ao longo do estabelecimento de vários decretos e leis, iniciando com a

criação do Distrito de Paço do Lumiar pela Resolução Régia de 18 de Junho de 1757, até sua emancipação definitiva do município de São José de Ribamar em 7 de Dezembro de 1959, pela Lei Estadual n.º 1.890 (CRUZ, 2021).

Apesar de toda a evolução formal, para constituição de Paço do Lumiar como município, a ocupação do seu território deu-se em meados de 1625 com a chegada do governador Francisco Coelho de Carvalho à capital da então província (CRUZ, 2021), sendo a população inicial da localidade, segundo Ferreira (2014), formada por indígenas e negros, que além do território de Paço do Lumiar, ocupavam também a vila de Vinhais e a aldeia de São José.

Mapa 2 - Localização de Paço do Lumiar – MA.



Os últimos anos do século XX e estes anos iniciais do século XXI são marcados pelo aumento populacional em Paço do Lumiar (Tabela 2). Assim como na capital maranhense, o município luminense, provocado pelo crescimento de sua população, passou por uma expansão urbana, muitas das vezes, desordenada e desorganizada, sendo a especulação imobiliária um dos agentes causadores (MASULLO; RANGEL, 2012). A partir desse (re)modelamento da superfície, com implantação da paisagem urbana, problemas ambientais, como: redução da cobertura vegetal, variação no microclima local, assoreamento e poluição de corpos hídricos, além de outros, podem ser identificados (MASULLO; RANGEL, 2012).

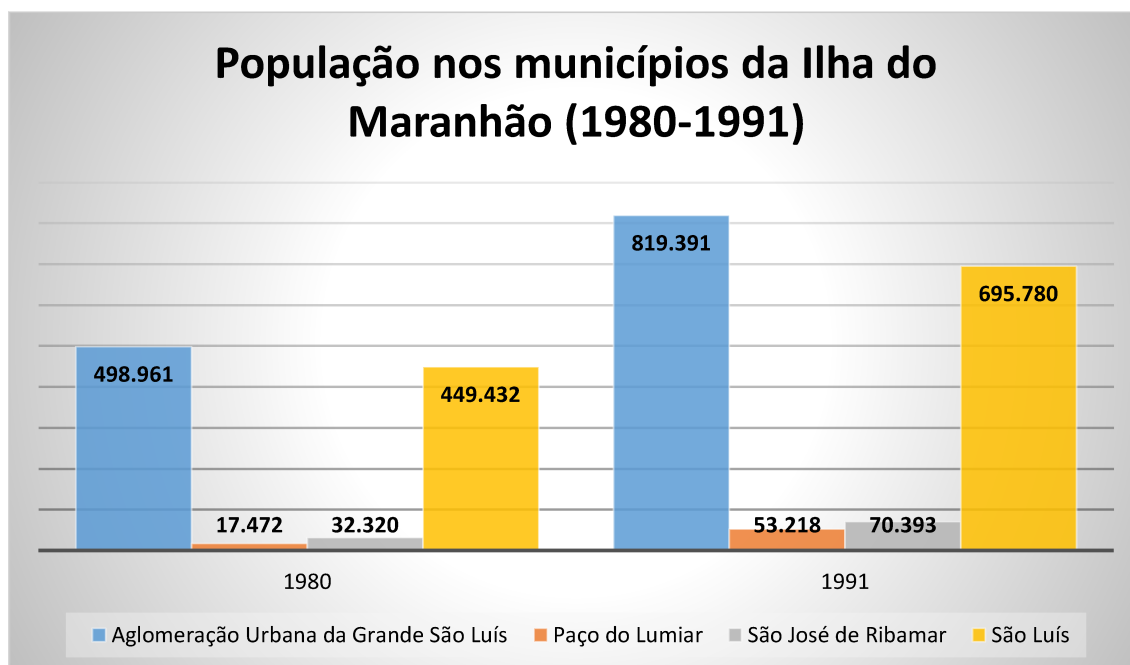
Tabela 2 - Evolução da população de Paço do Lumiar – MA segundo os Censos Demográficos a partir de 1970.

ANOS	POPULAÇÃO (habitantes)	Crescimento (%)
1970	13.518	-
1980	17.472	29,25
1991	53.218	204,59
2000	76.101	42,99
2010	104.567	37,40
2021	125.265	19,79

Fonte: IBGE (2022), adaptado por Lima (2022).

Os dados dispostos na tabela acima, nos colocam diante de uma população com elevadas taxas percentuais de crescimento. No intervalo de, pouco mais de, cinquenta anos, Paço do Lumiar teve um acréscimo de, aproximadamente, 111.747 pessoas. Contudo, o que, também, pode ser salientado a partir da tabela 1, é o aumento percentual da população do referido município entre os anos 1980 à 1991, com uma taxa de, aproximadamente, 204,59%. Tal período, como já exposto, compreende a implantação de amplo parque fabril em São Luís, influenciando no crescimento populacional dos demais municípios da Ilha do Maranhão naquele momento (Gráfico 1).

Gráfico 1 - População nos municípios da Ilha do Maranhão (1980 – 1991).



Fonte: IBGE (2022), adaptado por Lima (2022).

A análise percentual de crescimento populacional entre os municípios em destaque no Gráfico 1 – Paço do Lumiar (204,59%); São José de Ribamar (117,80%); São Luís (56,81%) – nos permite inferir que a capital maranhense foi a que teve menor crescimento. Porém, é a partir da mesma que, a explosão demográfica ocorreu nos outros dois municípios. Lefebvre (2001, p11) nos traz:

Quanto maior é a cidade, maiores são as vantagens da aglomeração; ali se reúnem todos os elementos da indústria: os trabalhadores, as vias de comunicação (canais, estradas de ferro, estradas), os transportes de matérias-primas, as máquinas e técnicas, o mercado, a bolsa.

Lefebvre, debatendo o pensamento de Engels, no livro “A situação da classe operária na Inglaterra”, escrito no século XIX, mostra que o aumento das áreas urbanas é uma relação direta com a especulação do capital. Segundo o mesmo, a urbanização não ocorre somente na consolidação migratória campo – cidade. Mas, ocorre na implantação de núcleos industriais dentro de um, então, território rural, que a partir dali formará aglomerado urbano, com constituição de boa parte dos elementos que o caracterizam. Lefebvre (2001), ainda segue condicionando às grandes cidades como local de acontecimentos do perfeito desenvolvimento da indústria e do comércio, onde a busca pela concentração de bens torna-se superior aos costumes e modo de vida tradicionais, sendo à classe proletária apresentada aos reais impactos do capitalismo.

Tal cenário, nos coloca diante da questão da valia do território. A constituição urbana em São Luís – na década de 1980 – dava-se à preencher suas áreas mais afastadas do grande e tradicional centro, o que levou à uma mescla urbana com os espaços de São José de Ribamar e, a posteriori, com Paço do Lumiar. Cruz (2021) diz:

Desse modo, Paço do Lumiar em vinte anos obteve o crescimento da ocupação e solo exposto equivalente a 380%, seguido por São José de Ribamar 160% e Raposa com crescimento de 60%. As taxas de desflorestamento em Paço do Lumiar expressaram significativo aumento em torno de 120%, em oito anos.

As taxas apresentadas pelos referidos autores podem ser resultado das mudanças na cidade luminense com a instalação de sítios de veraneio, parques aquáticos, chácara de eventos ou segunda residência; de condomínios fechados, grandes loteamentos habitacionais e conjuntos habitacionais do Programa federal, os quais modificaram profundamente a paisagem urbana do Município (CRUZ, 2021, p. 47).

Assim, Lefebvre (2001) diz que a cidade não possui uma única função essencial, ela é local de incitação da mais-valia, onde os entes capitalistas, em suas infinitas finalidades, atuam, através da aplicação da mão-de-obra, em prol da agregação de vantagens, sendo a cidade uma contínua força produtiva.

Ao espaço físico do território é incorporado o valor de mercado, assim, ricos e pobres ‘não podem’ (co)habitar as mesma regiões. As cidades passam a serem segregadas à fim do atendimento dos interesses das distintas classes sociais, sendo que o investimento público será um dos balizadores dessa segregação. A construção de conjuntos habitacionais em áreas mais afastadas dos núcleos centrais das áreas urbanas, tendem a proporcionar uma aproximação entre diferentes municípios, em alguns casos tornando-se uma grande mancha urbana.

Paço do Lumiar, no processo de metropolização entre os municípios da Ilha do Maranhão, surgiu como valia e via de incorporação de bairros, conjuntos e condomínios residenciais, no viés segregacionista do território. Referida prática inicia-se com a construção do conjunto habitacional do Maiobão – inicialmente denominado de Maioba –, dado em 1982 pela Companhia Habitacional do Maranhão (COHAB – MA), tornando-se hoje o maior bairro habitacional luminense, contando com uma infraestrutura que conta com agências bancárias e casas lotéricas, farmácias, supermercados, lojas e comércios variados, além de ambientes voltados ao entretenimento. Possuindo às suas imediações outros conjuntos habitacionais, como: Tambaú; Paranã I, II, III e IV; e, Conjunto Upaon-Açu (CRUZ, 2021).

Essa expansão urbana em Paço do Lumiar ganha intensidade a partir do advento do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, que surgiu no final da primeira década do século XXI, durante o governo presidencial Lula, sendo um marco divisor de águas na política de habitação em esfera nacional (PORCIONATO, 2017). O PMCMV atende à dois

mercados: 1- em seu caráter social, busca o beneficiamento, com moradias, à pessoas e famílias de baixa renda, com subsídio por parte do governo junto às construtoras; e, 2- facilita o acesso à casa própria, através de financiamentos a longos prazos e juros reduzidos, à pessoas e famílias com rendas inferiores, porém com condições de arcar com prestações a valores mais baixos (PORCIONATO, 2017). Sobre o PMCMV e Paço Lumiar, Cruz (2021, p.49), diz:

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) foi um grande indutor populacional em Paço do Lumiar, tendo por consequência uma demanda de expansão contínua do território. Nos últimos anos o solo urbano da Ilha tem sido ocupado por vários investimentos públicos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e PMCMV, totalizando mais de vinte mil unidades habitacionais construídas no espaço metropolitano, sendo a maioria dos empreendimentos habitacionais construídos nos municípios limítrofes a capital (São José de Ribamar e Paço do Lumiar).

O município de Paço do Lumiar, historicamente, caracterizado como uma localidade de vasto potencial e produção agrícola, sendo um dos principais abastecedores da capital maranhense com inúmeros itens alimentícios, passa por uma reconfiguração espaço-territorial visto o avanço e expropriação urbana sobre a rural. A partir daqui far-se-á necessário, e muitas vezes oportuno, a busca de informações e análises a partir do Plano Diretor do Município, estabelecido pela Lei N.º 335 de 09 de Outubro de 2006. Assim, cabe salientarmos o que Paço do Lumiar define como zonas rural e urbana (2006) e, mostra através do seu Mapa de Macrozoneamento Urbano e Rural (ANEXO I).

Art. 35 – A Zona Rural do Município é composta por áreas de uso agrícola, florestal ou pecuário, áreas com outros usos como chácaras de recreio, lazer, turismo, comércio e indústria e áreas cobertas por vegetação natural, compreendendo unidades de conservação da natureza, áreas de preservação permanente e reservas legais das propriedades.

Art. 36 – A Zona Urbana do Município é composta por áreas dotadas de infraestrutura, serviços e equipamentos públicos e comunitários, apresentando maiores densidades construtiva e populacional e condições de atrair investimentos imobiliários privados (SÃO LUÍS, 2006, p. 19).

Assim, a partir do indicado nos artigos acima e do que observamos em boa parte do território de Paço do Lumiar, onde aqui Mercês inclui-se, somos levados à nos questionar sobre a existência desses dois espaços – rural e urbano – em separados, pois visualmente, o que vislumbramos são áreas em convergência, com predominância da urbana. Dessa forma, podemos dimensionar como o aumento das unidades habitacionais e, conseqüentemente, populacional gera uma redução das áreas verdes com impactos diretos à biota local, nos permitindo evidenciar uma redução das áreas rurais.

Contudo, não podemos deixar de salientar, mais uma vez, que o processo de expansão urbana em Paço do Lumiar está intimamente ligada à metropolização de São Luís. Sendo assim, muitas dessas moradias comercializadas pelo PMCMV servem como ambientes de ocupação noturna, dado ao deslocamento populacional diário àqueles que possuem seus proventos financeiros ligados à cidade ludovicense. Nesse sentido, cabe o entendimento de que a implantação de bairros em locais mais distantes do fluxo urbano dinâmico, deve preceder o estabelecimento de um adequado circuito em suas redes de transportes, haja vista a necessidade de deslocamento de um maior quantitativo de pessoas. Contudo, esse cenário tende à agravar um dos graves problemas das grandes cidades, que é o elevado número de veículos automotores nas vias de rodagem, propiciando a maior quantidade e frequência dos engarrafamentos, principalmente em horários de pico.

Toda a constituição urbana reverbera às palavras de Lefebvre (2001), quando o mesmo indica que as coisas possuem seu valor de uso – dado ao estado de necessidade, desejo, precisão – e de troca – a partir do momento em que as coisas relacionam-se com outras coisas. Nessa linha, a mais-valia realiza-se na dinâmica “dinheiro – mercadoria – dinheiro”. A implantação de conjuntos habitacionais em Paço do Lumiar encaixa-se nessa perspectiva.

Por serem alocados em áreas mais afastadas e buscarem atender um público, que muitas vezes anseiam a aquisição da casa própria, o valor inicial do imóvel é mais baixo, para torná-lo mais acessível. Assim, o acúmulo populacional em áreas delimitadas, tende a promover a implantação de corredores de serviços, agregando valores. Contudo, a acelerada expansão urbana, condiciona, também, à elevação de problemas estruturais físicos e sociais, como: pavimentação, coleta da rede esgoto, fornecimento de água, escolas e creches insuficientes, criminalidade, desemprego, outros, onde os fatores descritos desagregam valor de mercado.

Enfim, podemos amarrar essa constituição urbana amparados em Henry Lefebvre, quando dito que apesar da propriedade mobiliária, que é a do dinheiro, ter substituído a propriedade imobiliária, que é a do acúmulo de terra, o válido no sistema capitalista é o acúmulo da propriedade privada. Dessa forma, mesmo em ambientes segregados, pela distância e/ou ausência de elementos infra estruturais, a sociedade é estimulada e convencida de que o correto é comprar.

Cruz (2021) nos põe que Paço do Lumiar é colocado como loco de expansão capitalista através da expansão imobiliária:

Em Paço do Lumiar cria-se assim uma urbanização onde predomina a ação dos interesses imobiliários, que modela a cidade e se firma como força hegemônica, em

contraponto à sociedade civil e submissão do poder local à tais negócios. Esses agentes, que produzem o espaço, moldam e alteram as configurações espaciais, de acordo com seus interesses, dado que a localização de um empreendimento é importante para o sucesso ou não do negócio (CRUZ, 2021, p. 60).

Pela, relativa, proximidade territorial à todos os principais pontos de São Luís, Paço do Lumiar, neste decorrer do século XXI, recebeu inúmeros empreendimentos imobiliários, variando entre condomínios verticais e horizontais, estimulados pela dinamização do PMCMV, atraindo para o município uma leva populacional considerável. Assim, podemos inferir que o crescimento urbano em Paço do Lumiar, através da constituição de diversos estabelecimentos imobiliários, age em benefício, amplamente, majoritário da população ludovicense. A Tabela 3, descrita na próxima página, traz informações sobre conjuntos residenciais com implantação em áreas consideradas rurais dentro do município a partir do ano de 2010.

Como área central deste estudo, sobre o bairro Mercês, que segundo a classificação do Plano Diretor de Paço do Lumiar é uma área rural, 3 (três) empreendimentos imobiliários foram, já, constituídos – Condomínio Plaza das Flores I, II, III e IV (Foto 1 e Foto 2) e, Residenciais Cidade Verde I e II (Foto 3) – e, 1 (um) está em construção – Residencial Cidade Jardins (Foto 4) (Mapa 3). Onde aqui podemos dar destaque aos Residenciais Cidade Verde I e II e ao Cidade Jardins, visto que são construções que espraiam-se horizontalmente, demandando uma maior modificação territorial. Costa (2020, p.77) nos apresenta:

Tendo o Residencial Cidade Verde I como ponto de partida para a análise, nota-se que a mancha urbana se espraia a partir de conjuntos habitacionais implantados. Após a instalação do Cidade Verde I, por exemplo, as possibilidades para a construção de outros empreendimentos emergiram devido aos benefícios urbanos como o asfalto e o transporte.

A construção do Cidade Verde I permitiu a especulação imobiliária das áreas circunvizinhas, resultando na construção do Cidade Verde II – entregue em 2018 – e no Residencial Cidade Jardins (em fase de construção), em formato de condomínio fechado.

Tabela 3 - Residenciais construídos nas áreas rurais de Paço do Lumiar a partir de 2010.

Residencial	Construtora	Unidades	Área total	Área construída
Cidade Verde	Amorim Coutinho	1946	667500 m ²	N.I.
Maria Isabel II	GDR Construções	110	23628 m ²	7273,22 m ²
Cidade Jardins	Amorim Coutinho	575	154728,92 m ²	28724,35 m ²
Plaza das Flores I	Escudo	244	N.I.	14640 m ²
Plaza das Flores II	Escudo	224	20544,63 m ²	13440 m ²
Plaza das Flores III	Escudo	284	N.I.	17040 m ²
Plaza das Flores IV	Escudo	252	N.I.	12323,83 m ²
Plaza das Flores Village	Escudo	270	34812,14 m ²	12249,76 m ²
Plaza das Flores Village II	Escudo	166	N.I.	7580,62 m ²
Morada do Bosque	Canopus / Ângulo	2000	404455,37 m ²	96260 m ²
Jardim Primavera	Escudo	984	194231,70 m ²	44840,88 m ²
Jardim Primavera II	Escudo	880	N.I.	40101,60 m ²
Recanto da Ilha	WR Construção	186	40176 m ²	N.I.
Novo Horizonte	Canopus / Ângulo	1947	400007,67 m ²	N.I.
Sítio Natureza	Saga Empreendimentos	397	85108,62 m ²	13958,52 m ²

Fonte: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo de Paço do Lumiar. Lima (2022).

Mapa 3 - Condomínios construídos em Mercês, Paço do Lumiar – MA.

Condomínios construídos em Mercês, Paço do Lumiar - MA

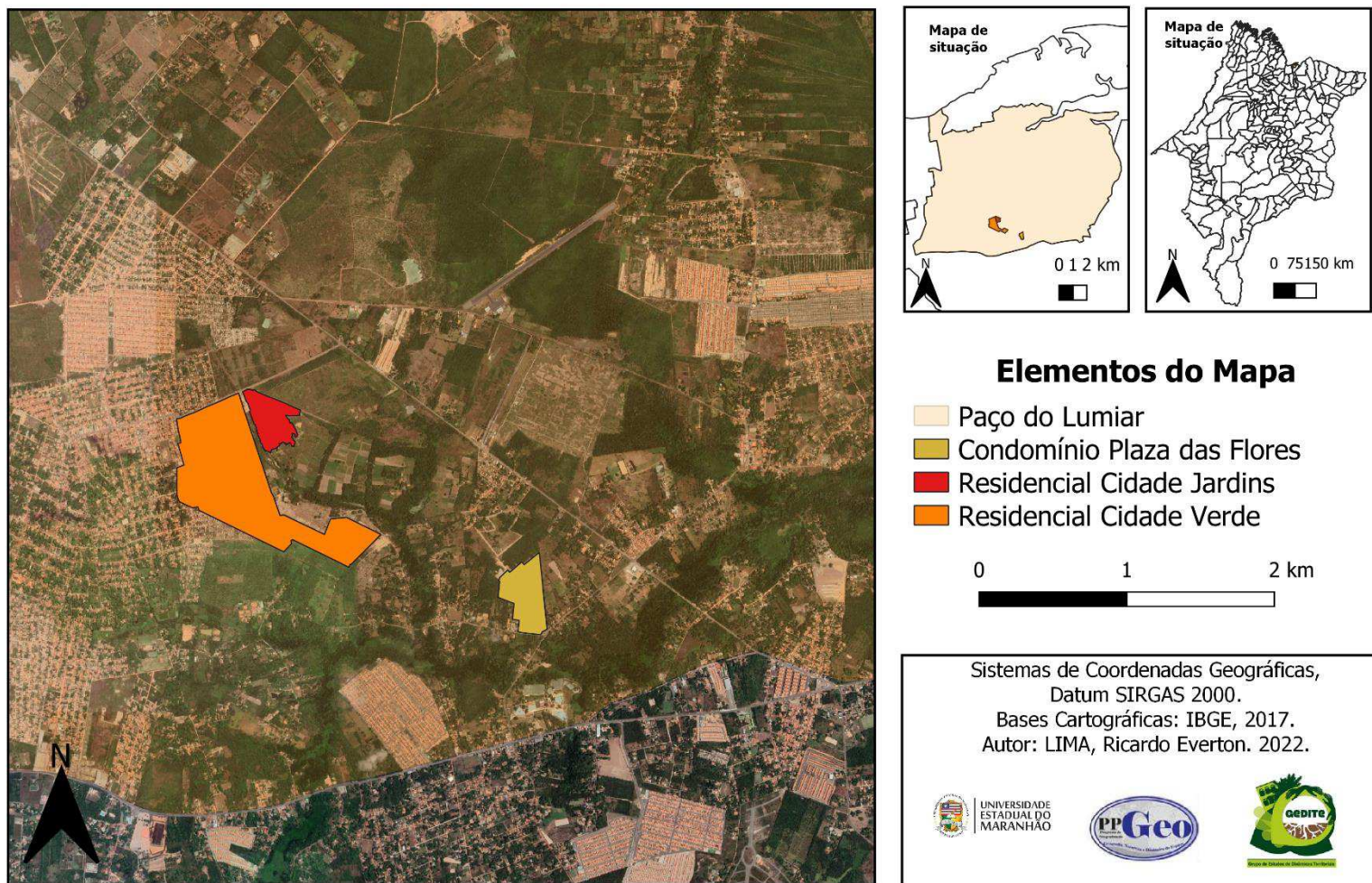


Foto 1 - Condomínio Plaza das Flores (vertical) construído dentro do território de Mercês.



Fonte: Lima (2022).

Foto 2 - Condomínio Plaza das Flores (vertical) construído dentro do território de Mercês.



Fonte: Lima (2022).

Foto 3 - Vista do Residencial Cidade Verde (horizontal) construído dentro do território de Mercês.



Fonte: Lima (2022).

Foto 4 - Residencial Cidade Jardins (horizontal) sendo construído dentro do território de Mercês.

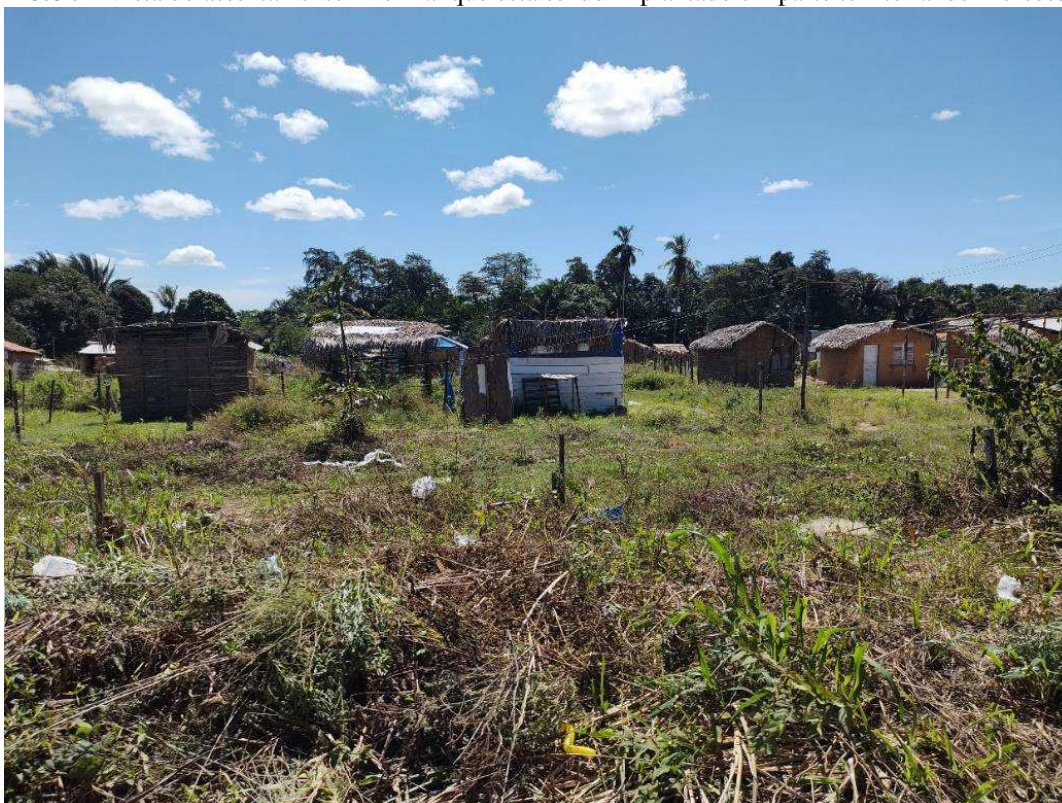


Fonte: Lima (2022).

A escolha de áreas periféricas para a instalação desses empreendimentos imobiliários pode expor a relação capital – Estado. Onde, para elevação dos lucros sobre as unidades residenciais, diminui-se a qualidade das estruturas aplicadas, contando com a falta de fiscalização pública entre as distintas etapas de construção. Costa (2020) relata que vários são os moradores que ingressaram com processos judiciais contra a construtora, devido ao não cumprimento de todo o projeto residencial apresentado no momento do *marketing* e comercialização.

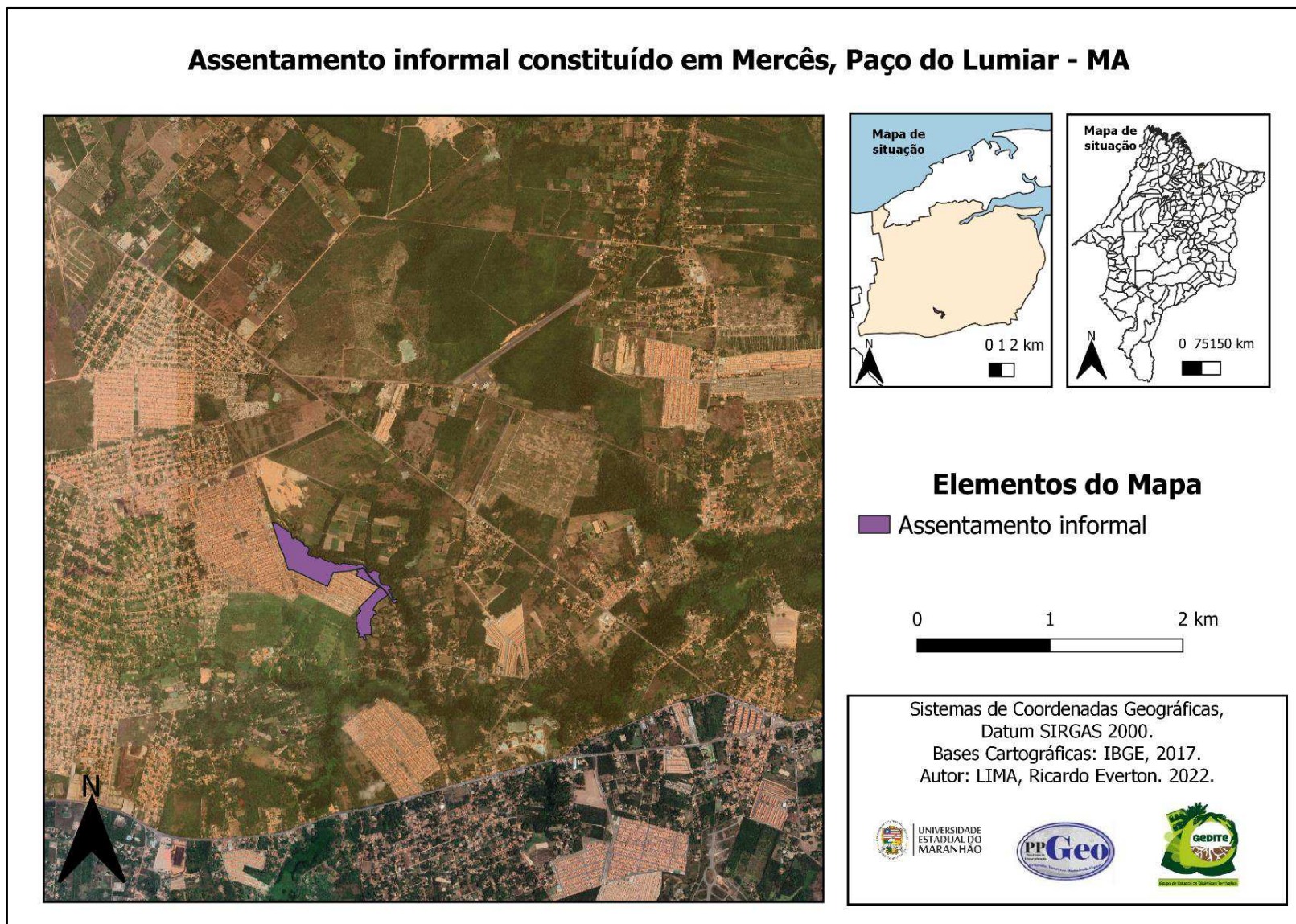
Além da perda territorial para os condomínios construídos e em construção, Mercês passa a partir dos últimos meses do ano de 2021 pela formação de um assentamento informal (Foto 5) (Mapa 4), que vem incorporando áreas pertencentes aos produtores agrícolas, bem como áreas de vegetação que ainda eram preservadas pela comunidade local. Segundo Fernandes (2011), os assentamentos informais são comuns e ocorrem há muitos anos em países da América Latina, formando-se a partir das ineficientes e/ou inexistentes políticas públicas habitacionais que venham favorecer a população mais pobre. Apesar desses assentamentos representarem a moradia para os ocupantes, “são um meio inadequado e ineficiente para atender à crescente necessidade de desenvolvimento sustentável de comunidades seguras” (FERNANDES, 2011, p. 4).

Foto 5 - Vista do assentamento informal que está sendo implantado em parte territorial de Mercês.



Fonte: Lima (2022).

Mapa 4 - Assentamento informal constituído em Mercês, Paço do Lumiar – MA.



Contudo, o abordado no parágrafo anterior, nos põe frente à somente os problemas infraestruturais oriundos da própria construção dos residenciais supracitados. Porém, os problemas da construção dos Cidade Verde I e II, e do em construção Cidade Jardins, geraram, e ainda geram, danos (ir)reparáveis ao meio ambiente, à população ‘tradicional’ do bairro Mercês – bairro que abriga tais residenciais – e ao modo de produção econômica praticada por aquela população, a agricultura familiar.

Para o desenvolvimento da prática agrícola, em suas diferentes escalas e nichos, um dos elementos indispensáveis é a utilização da água, dada a necessidade de sobrevivência dos cultivos. Eis que, para a comunidade produtiva agrícola familiar das Mercês, o riacho com mesma denominação, foi por muitos anos o principal fornecedor de água para os produtores, que tinham como premissa o cuidado com a vegetação ciliar dos leitos. Apesar, de ainda hoje, haver a conservação da mata ciliar do riacho nos trechos em que passa por dentro da área rural das Mercês, tal vegetação foi aniquilada ao entorno de sua nascente (Foto 6 e Foto 7), que fica entre o Residencial Cidade Verde e o Residencial Cidade Jardins, ainda em construção.

Foto 6 - Área de remanescente da nascente do rio das Mercês, que foi sucumbida pela construção do Residencial Cidade Verde.



Fonte: Lima (2022).

Foto 7 - Canal do rio das Mercês com apenas água carreada das ruas do Residencial Cidade Verde e das chuvas do período.



Fonte: Lima (2022).

Segundo relato dos moradores, com o início das construções dos residenciais citados acima, dejetos de materiais de construção foram depositados na área de nascente e leito do rio, ocasionando poluição e assoreamento do mesmo. Dessa forma, o que existia como rio de água corrente, hoje é considerado pelos moradores como um pequeno brejo, com água poluída represada (Foto 8). Tal situação, de poluição da água superficial, tem impactado diretamente na sobrevivência de espécies como juçareiras e buritizeiros, que serviam e ainda servem como fonte de renda para a população local, porém já há a percepção da redução da quantidade de árvores.

Foto 8 - Constituição de um brejo alagado no que era um dos pontos de banho e captação de água pela população tradicional de Mercês.



Fonte: Lima (2022).

Segundo o Art. 6º do Plano Diretor do Município (2006):

Cabe ao Poder Público em conjunto com a comunidade local a manutenção do meio ambiente ecologicamente equilibrado, promovendo a proteção e revitalização, controle e melhoria da qualidade do ar, da água, do solo, da flora e da fauna, em conformidade com o art. 116 da Lei Orgânica do Município e com o art. 241 da Constituição Estadual do Maranhão (PAÇO DO LUMIAR, 2006, 8 - 9).

Onde a Lei Orgânica de Paço do Lumiar em seu Art. 116 (PAÇO DO LUMIAR, 1997, p. 29) diz: “Todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida impondo-se ao Poder Público Municipal e a coletividade o dever de defendê-lo para as presentes e futuras gerações”.

E, já o Art. 241 da Constituição do Estado do Maranhão traz:

Na defesa do meio ambiente, o Estado e os Municípios levarão em conta as condições dos aspectos locais e regionais, e assegurarão: [...]

II – a proteção à fauna e à flora, vedadas as práticas que submetam os animais à crueldade; [...]

IV – a proteção das seguintes áreas de preservação permanente:

- a) os manguezais;
- b) as nascentes dos rios;
- c) áreas que abriguem exemplares raros da fauna e da flora e as que sirvam como local de pouso ou reprodução de espécies migratórias e nativas;
- d) recifes e corais das reentrâncias;
- e) as paisagens notáveis;
- f) as dunas;
- g) a Lagoa da Jansen;

- h) faixa de, no mínimo, cinquenta metros em cada margem dos mananciais e rios;
 - i) as nascentes dos rios e as faixas de proteção de águas superficiais. [...]
- VIII – a elaboração de estudo de impacto ambiental, a que se dará publicidade, e a realização de audiências públicas, como condicionamento a implantação de instalações ou atividades efetivas ou com potencialmente causadoras de alterações significativas do meio ambiente;
- IX – a criação e o livre acesso de informação que garanta à população o conhecimento dos níveis de poluição, da qualidade do meio ambiente, das situações de risco de acidentes e da presença de substâncias potencialmente danosas à saúde, na água potável, nos mares e rios e nos alimentos. [...] (MARANHÃO, 1989, p. 115)

Com base em tais jurisprudências e a partir do constatado em campo e em conversas com os moradores e produtores agrícolas das Mercês, o cumprimento das legislações passou longe de ser cumprido. A incorporação dos empreendimentos imobiliários descumpriu boa parte dos itens previstos em lei, e por parte do poder público, segundo os moradores das áreas de produção agrícola, não houve diálogo e/ou consulta à população local. Sendo assim, a comunidade que sobrevive à décadas da agricultura familiar e tinha nas águas do rio das Mercês a principal fonte de captação hídrica, necessitou recorrer à utilização da água proveniente da concessionária (BRK Ambiental) e/ou a construção de poços artesianos, alternativas que demandam aplicação de recursos financeiros que podem comprometerem o orçamento familiar, dada a redução das áreas de produção.

4 MERCÊS, PAÇO DO LUMIAR – MA: sua história e perspectiva(s)

O entendimento do ser humano enquanto pertencente à uma sociedade, o faz estabelecer-se em localidade onde possa ser construído simbologias que o definam, em alguns casos, que definam um grupo.

As comunidades tradicionais, como é o caso da agricultura familiar, são desses casos, onde as pessoas vivem sob características históricas, com forte influência das gerações anteriores, cabendo pontuais adequações relativas ao tempo vivido.

Contudo, o rompimento brusco, tanto das atividades praticadas como da identidade construída, tende a proporcionar o desaparecimento de tais comunidades tradicionais, podendo evidenciar a má e/ou falta de atuação dos poderes públicos junto às minorias.

Ao longo deste capítulo, versaremos sobre a constituição das Mercês enquanto comunidade e polo de produção agrícola familiar, até a expropriação de parte territorial pela indústria imobiliária. Tentando entender o comportamento dos agricultores mediante à conjuntura capitalista que expande-se sobre suas áreas produtivas e, como os mesmos pensam o futuro.

4.1 O espaço da produção agrícola da comunidade Mercês

Praticada no, que hoje é, território brasileiro desde as comunidades indígenas, que o habitavam anteriormente ao período colonial, a agricultura familiar, não teve acesso à boas condições que estimulassem seu desenvolvimento no Brasil, em especial até a última década do século XX.

Ianni (2004) relata que nos anos de 1950, 25 milhões de pessoas praticavam suas culturas sobre terras que não as pertenciam, praticando suas funções para terceiros ou em parceria com os proprietários das terras. Porém, os entraves para os agricultores familiares eram mais amplos e, Ianni (2004, p.106), traz:

Não há qualquer assistência técnica, nem fornecimento de inseticidas, de semente e adubos. Não há crédito, nem financiamento para as culturas dos médios e pequenos proprietários. Os benefícios de ação estatal raramente atingem esses agricultores. Os latifundiários dominam as principais vias de acesso àquela assistência

Ainda sobre as dificuldades inerentes à prática da agricultura familiar, Bianchini (2008) diz:

Historicamente, as principais dificuldades para o desenvolvimento da produção agrícola familiar no Brasil são: baixa capitalização, acesso a linhas de créditos

oficiais, acesso à tecnologia, disparidade produtiva inter-regional, acesso à assistência técnica à produção rural, e acesso aos mercados modernos. Características como: multisetoriedade rural; diversidade produtiva; e tipo de mão-de-obra utilizada na produção; são comuns a um grande universo de pequenos agricultores familiares (BIANCHINI, 2008, p. 160).

Contudo, Schneider (2013) destaca que os anos de 1990 marcaram o período de surgimento do termo agricultura familiar e de seu reconhecimento enquanto atividade econômica, baseada em fatores como: retomada e consolidação dos movimentos sindicais e sociais; posicionamento dos intelectuais e cientistas na construção do debate sobre o tema; e, o fortalecimento do papel do Estado, na elaboração de políticas públicas voltadas ao setor, como criação do Pronaf e da Lei da Agricultura Familiar.

Com o reconhecimento e visibilidade, a partir da última década do século XX, a agricultura familiar passou a ser reconhecida na sua diversidade econômica e heterogeneidade social, pois a produção que, outrora, era vinculada ao consumo direto, passa a seu caráter mercantil, visto que os produtores, também, são consumidores, demandando capital. Schneider (2013, p. 1), diz:

Mas o que está mudando é o reconhecimento e a compreensão de que é possível pensar em processos de desenvolvimento rural a partir da diversidade econômica e heterogeneidade social destas categorias. No passado, especialmente nas décadas de 1960/1970, vicejavam teorias e referências políticas que pretendiam adaptar ou reduzir a diversidade social dos camponeses e agricultores a certos modelos ou padrões de desenvolvimento. Atualmente, parece que estas referências foram colocadas de cabeça-virada, pois é cada vez mais claro que é preciso deduzir ou induzir as dinâmicas de desenvolvimento a partir das economias reais e não a partir de fórmulas pré-concebidas.

Assim, por meio dos programas e políticas públicas destinadas à agricultura familiar, o segmento participa, efetivamente, com números expressivos no que tange o cenário social e econômico rural no Brasil, como mostra a Tabela 4.

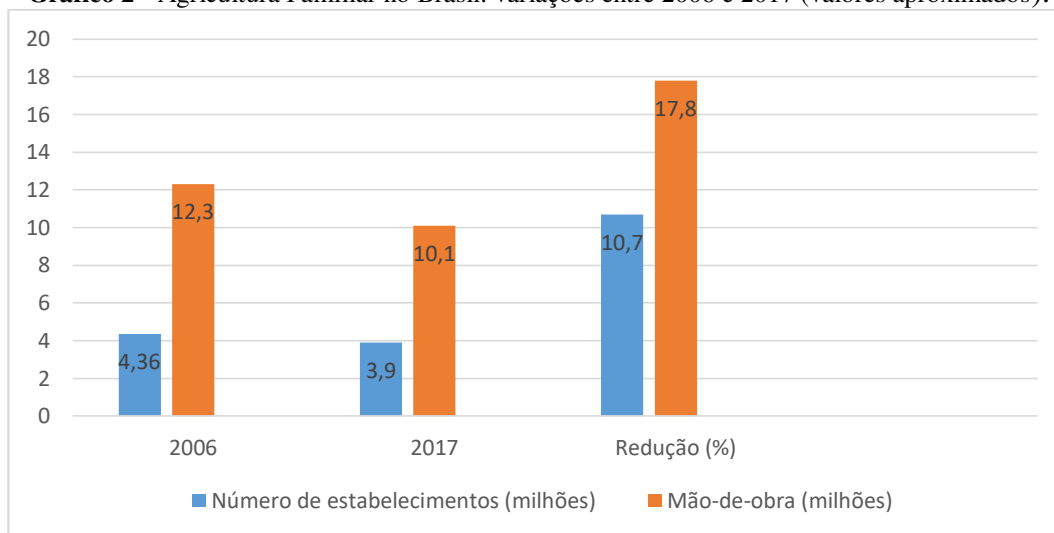
Tabela 4 - Caracterização dos estabelecimentos rurais no Brasil de acordo com o Censo Agropecuário 2017.

Características	Agricultura Familiar		Agricultura Não-Familiar	
	Nº	%	Nº	%
Número de estabelecimentos	3.900.000	77	1.164.935	23
Área (milhões de hectares)	80,9	23	270,8	77
Mão-de-obra (milhões de pessoas)	10,1	67	4,9	33
Valor da produção (R\$ bilhões)	107	23	358,2	77

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2022). Lima (2022).

Mas, apesar dos avanços e benefícios adquiridos, os agricultores familiares continuam à encontrarem e enfrentarem a dura realidade imposta pelo capital, tanto através da agropecuária de exportação, quanto do processo de crescimento urbano. E aí, de acordo com o Censo Demográfico 2017, o setor agrícola familiar sofreu perdas no número de estabelecimentos e em mão-de-obra quando comparado ao ano de 2006, como consta no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Agricultura Familiar no Brasil: variações entre 2006 e 2017 (valores aproximados).



Fonte: Schneider (2013); Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2022). Lima (2022).

Assim como no Brasil, o estado do Maranhão possui um histórico de concentração de terras, propiciado pelos seus ciclos agrícolas ao longo do tempo e (re)afirmado a partir dos anos 1990, com a implantação do cultivo da soja e do eucalipto, ocupando grandes extensões territoriais, o que afetou diretamente as comunidades agrícolas familiares (SANTOS *et al.*, 2020).

Porém, concomitantemente, o fortalecimento e criação de programas e políticas públicas voltados à agricultura familiar, deu subsídio para que durante a segunda década do século XXI a agricultura familiar maranhense fortalece-se, tendo segundo o Censo Agropecuário 2017, os dados dispostos no Tabela 5.

Tabela 5 - Caracterização dos estabelecimentos rurais no Maranhão de acordo com o Censo Agropecuário 2017.

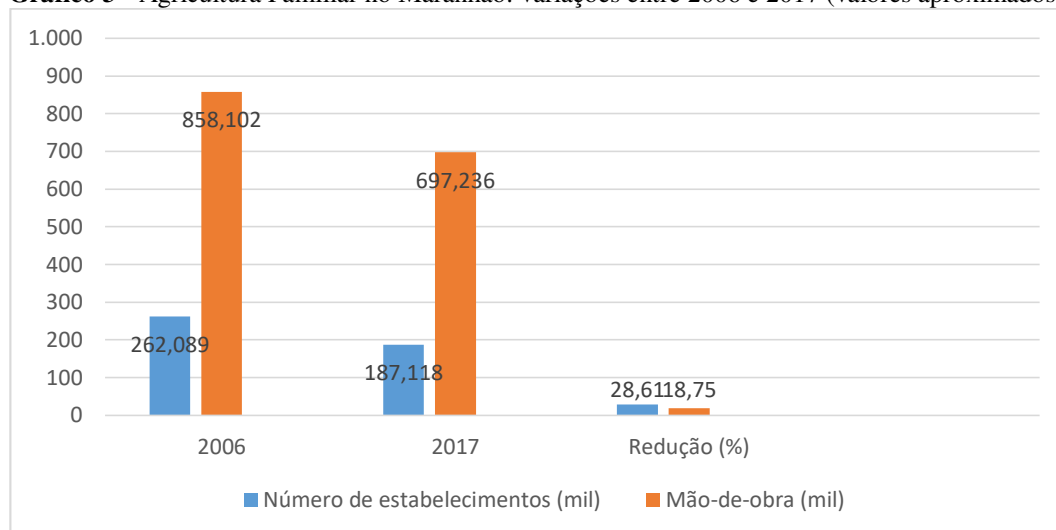
Características	Agricultura Familiar		Agricultura Não-Familiar	
	Nº	%	Nº	%
Número de estabelecimentos	187.118	85,14	32.647	14,85
Área (milhões de hectares)	3,78	30,88	8,46	69,11
Mão-de-obra	697.236	77,64	200.810	22,36

Valor da produção (R\$)	1.859.942	25,69	5.378.803	74,31
-------------------------	-----------	-------	-----------	-------

Fonte: Santos *et al.* (2020). Lima (2022).

Contudo, seguindo a tendência brasileira, temos, também, no Maranhão uma redução nos números dos estabelecimentos e da mão-de-obra empregada na agricultura familiar em comparação ao Censo Agropecuário 2006, conforme descrito no Gráfico 3.

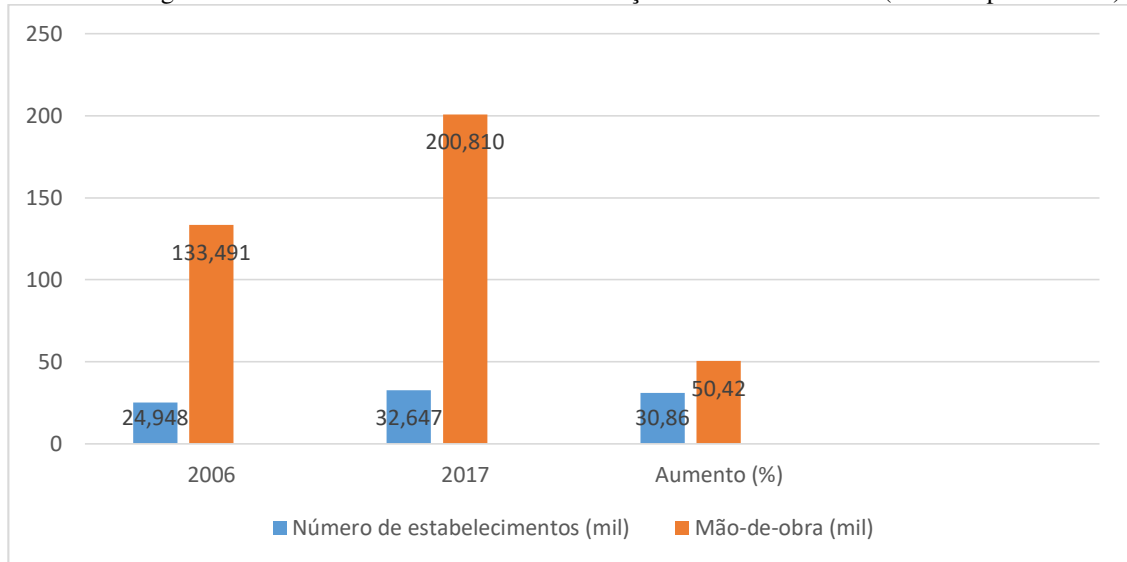
Gráfico 3 - Agricultura Familiar no Maranhão: variações entre 2006 e 2017 (valores aproximados).



Fonte: Santos *et al.* (2020); Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2006). Lima (2022).

Apesar das reduções sofridas pela agricultura familiar, seus números, ainda, continuam a demonstrar a importância do seguimento, contribuindo fortemente para a economia maranhense. Os, quase, 700 mil empregos gerados no setor auxiliam na circulação do capital, fomentando a manutenção de mercados locais que sobrevivem das atividades comerciais diárias.

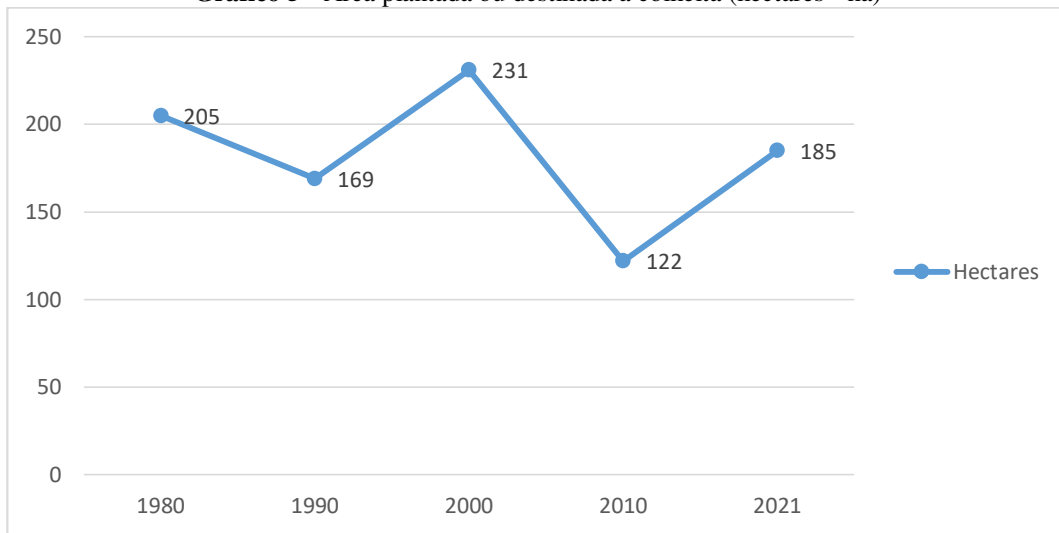
Mas, há de atentar-se para tais reduções, principalmente para a de mão-de-obra, visto que percentualmente foram quase 20%, o que representa mais 160 mil vagas. E, ao verificarmos os números da população ocupada na agricultura não-familiar (Gráfico 4), que teve crescimento entre os dois últimos Censos Agropecuários, temos que o segmento não incorporou todos os dissidentes da agricultura familiar, sendo fácil inferir que os mesmos migraram para outros segmentos econômicos e/ou para a realidade urbana.

Gráfico 4 - Agricultura Não-Familiar no Maranhão: variações entre 2006 e 2017 (valores aproximados).

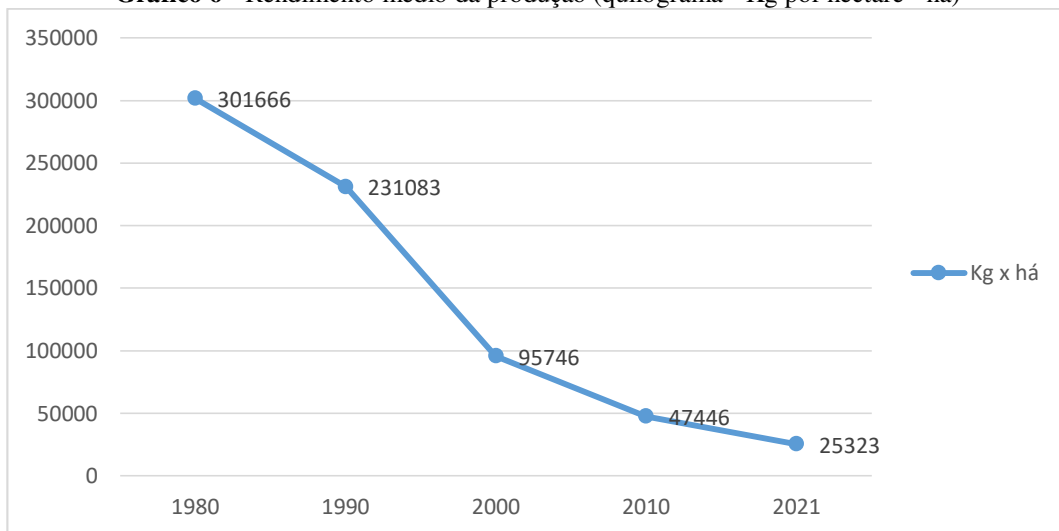
Fonte: Censos Agropecuários 2006 e 2017 (IBGE, 2006; 2022a), adaptado por Lima (2022).

Em Paço do Lumiar – MA, a agricultura familiar possui predominância, ao analisar o espaço rural do município. Segundo dados do Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2022b), o município possui 919 estabelecimentos rurais, sendo, aproximadamente, 93,7% pertencentes à agricultura familiar, que corresponde a 861 do total dos estabelecimentos, possuindo as produções de horticultura e floricultura um destaque, sendo-as praticadas em pouco mais de 45% das unidades rurais, salientando as produções de milho e mandioca.

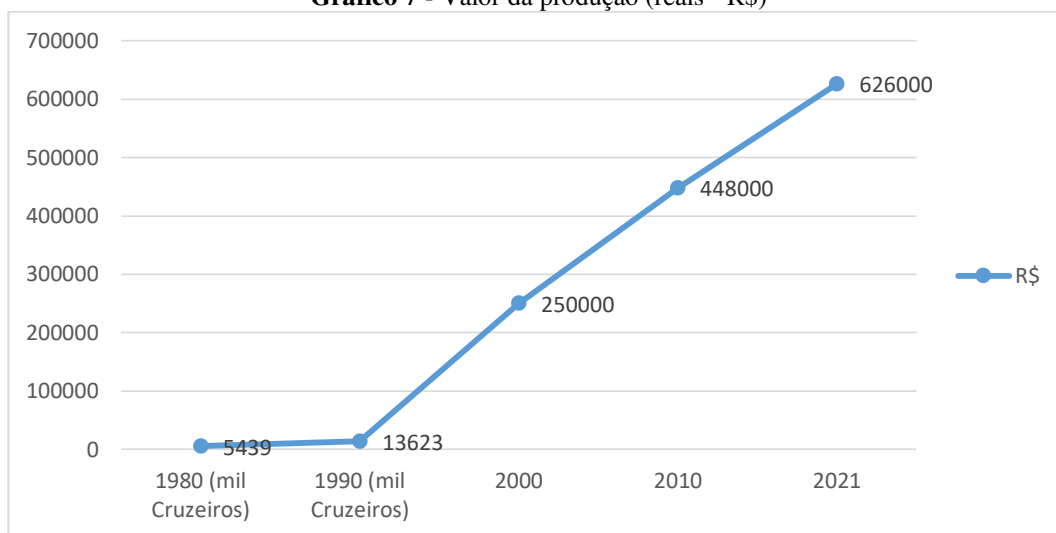
A partir dos dados disponibilizados pelo Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA (2022), propomos os Gráfico 5, Gráfico 6 e Gráfico 7 para análise de Paço do Lumiar – MA no que tange sua produção agrícola, com intervalo de 10 (dez) em 10 (dez) anos, iniciando-se em 1980.

Gráfico 5 - Área plantada ou destinada à colheita (hectares - ha)

Fonte: SIDRA (2022), Lima (2022).

Gráfico 6 - Rendimento médio da produção (quilograma - Kg por hectare - ha)

Fonte: Sidra (2022), Lima (2022).

Gráfico 7 - Valor da produção (reais - R\$)

Fonte: Sidra (2022), Lima (2022).

Quando da observação da área plantada, temos uma oscilação ao longo dos anos. E, podemos atrelar esses movimentos à fatos ocorridos, como:

- a) 1980 – 1990: crescimento urbano e populacional da Ilha do Maranhão, onde Paço Lumiar apresentou um índice acima dos 200%, marcado pelo surgimento do bairro Maiobão, como exposto no Capítulo 2;
- b) 1990 – 2000: fortalecimento das políticas públicas voltadas à agricultura familiar em âmbito federal;
- c) 2000 – 2010: surgimento e início da implementação do PMCMV;
- d) 2010 – 2021: fortalecimento da agricultura familiar com programas e políticas públicas de ordem estadual.

Contudo, os números médios da produção por hectare, mostram um declínio acima dos 91% no período abordado. Cenário que nos permite crer que, houve uma migração da classe produtora dos bens primários para outros setores da economia: secundário (indústrias) e terciário (serviços). Gazolla (2009, p.85), diz:

Neste período [a partir de 1970], por conta das transformações técnicas e produtivas decorrentes da modernização da agricultura, os agricultores familiares se inseriram crescentemente na dinâmica de mercado, fazendo com que muitos perdessem a autonomia do processo produtivo e, inclusive, a tradição e o saber sobre a produção de alimentos para o consumo próprio.

Porém, indo na contramão da produtividade, temos uma abissal elevação nos valores obtidos entre as produções ao longo dos mesmos anos, tendo Paço do Lumiar atingido valores superiores à R\$ 600.000,00 em 2021. O que nos prova que os alimentos tiveram,

significativo, aumento dos seus preços, oriundo de fatores atrelados ao movimento capitalista praticado em todo o mundo, visto que as produções agrícolas, em maioria, almejam as práticas comerciais, onde a agricultura familiar já se faz inclusa.

Sobre a mercantilização da agricultura, Gazolla (2009, p. 86) traz uma reflexão pertinente:

A mercantilização pode ser entendida como um processo social que não afeta apenas as esferas econômica e produtiva da agricultura, mas também a cultura, o saber fazer, os aspectos sociais das famílias. A mercantilização também difere da simples mercadorização. A mercadorização refere-se ao período histórico em que os agricultores não eram dependentes do mercado e apenas possuíam vínculos mercantis com os dos comerciantes locais ou as casas de comércio rural. Neste caso, o mercado não é um processo social, mas apenas um local personificado, onde os agricultores realizam suas transações mercantis. A mercantilização refere-se à situação em que o agricultor passa a depender cada vez mais do mercado para executar a sua reprodução social.

A visualização de Mercês, povoado central deste estudo dissertativo, enquanto comunidade agrícola tradicional, nos leva à percebê-la enquanto agrícola familiar. Por sua vez, inserida no processo de mercantilização, visto a dependência produtiva sobre as tendências mercantis praticadas.

Comunidade formada por remanescentes indígenas e quilombolas que habitavam as áreas mais afastadas dos centros urbanos e econômicos da Ilha do Maranhão, os primeiros moradores de Mercês mantinham uma rotina de pesca, caça e pequenas atividades agrícolas e pecuárias como fonte de sobrevivência, sendo a prática das trocas de produtos uma atividade presente naquele cotidiano.

Devido ao baixo índice de infraestrutura dentro dos municípios de São Luís e São José de Ribamar – que tinha o hoje território de Paço do Lumiar dentro de seus limites, o que, evidentemente, inclui Mercês – com deficiente estrutura viária, os deslocamentos entre a comunidade e os centros mercantis tornavam-se obsoletos, fazendo com que a comunidade por muito tempo se mantivesse isolada, basicamente desconhecida.

Contudo, já na primeira metade do século XX, os agricultores familiares de Mercês iniciaram suas atividades comerciais dentro da cidade de São Luís, tornando-se desde então um grande fornecedor de insumos agrícolas da capital maranhense, como: mandioca, tomate, hortaliças, dentre outros. A expressividade produtiva de Mercês chamou atenção, pois somente uma vasta área conseguiria proporcionar volumosas produções, tanto em quantidade como em variedade.

Segundo relato dos moradores mais antigos, os cultivos, realizados em roças, ocorriam em locais afastados das residências, já que os moradores possuíam criação de animais, como

galinhas, suínos, caprinos e ovinos, equinos e bovinos, todos em pequena escala, onde tais criações vinham à destruírem as plantações caso tivessem acesso. Dessa forma, as roças eram feitas dentro de vegetação densa, que atualmente corresponde nas áreas onde os condomínios residenciais Cidade Verde e Cidade Jardins foram implantados.

A evidência gerada pela produção agrícola de Mercês, fez com que pessoas mais ricas de São Luís, buscassem a aquisição de áreas dentro do espaço rural, dos então dois municípios que compunham a Ilha do Maranhão. Eis que, segundo relatos obtidos dentro da comunidade, uma grande parte de Mercês foi adquirida por um coronel denominado Pereira dos Santos, que dentre outras áreas, incorporou à que abrigava as roças plantadas pelos agricultores.

Contudo, relata-se que o coronel não proibiu, diretamente, que os agricultores continuassem com suas práticas agrícolas dentro de sua propriedade. Porém, o donatário iniciou a criação de bovinos naquele local, o que prejudicou as roças ali postas, devido à invasão gerada pelos animais, com conseqüente pisoteio e ingestão das plantas.

Com rápida fuga do conteúdo Mercês, mas necessária para retornar mais à frente com um importante momento para tal comunidade, durante os anos 1960 o Maranhão recebeu, em seu território, imigrantes japoneses. Contudo, no Brasil já haviam imigrantes japoneses desde 1908, como traz Cotrim (2016, p. 02) “a imigração japonesa começa no Brasil em 1908 com a chegada do navio Kasato-Maru no porto de Santos – SP em 18 de junho”.

Depois de locais como Austrália, Havaí, Estados Unidos e Canadá, a América Latina surgiu como alvo dessas emigrações japonesas e, o principal país adotado foi o Brasil. Cotrim (2016), expõe:

Em 1908, na primeira leva, chegaram ao país 781 imigrantes encaminhados para fazendas do estado de São Paulo, cujo governo financiava parte das viagens até 1921. A imigração para o Brasil se diferenciaria da de outros países citados por três motivos principais: primeiro, aqui entraram famílias de imigrantes, e não homens solteiros, por questões de imposição do governo brasileiro. Segundo, como a viagem para o Brasil era mais longa, e devia-se vir com famílias inteiras, o custo era maior, portanto, a imigração para o país não era viável para emigrantes de classe baixa, sendo a maioria que aqui chegou originária de classe média rural. E, por fim, a imigração de japoneses para o Brasil só ganha força com a proibição da sua entrada nos EUA (Estados Unidos da América), em 1925, e, conseqüentemente, com o incentivo do governo japonês para a mudança de destino de seus emigrados (COTRIM, 2016, p. 7 e 8).

A emigração japonesa para o Maranhão ocorreu em duas etapas, sendo a primeira de 10 de Julho de 1960, desembarcando do navio América Maru 20 (vinte) famílias, que somavam 137 pessoas, instaladas na colônia Morro de Alcântara, município de Rosário e, a

segunda em 04 de Janeiro de 1961, contendo 10 (dez) famílias a bordo do navio Argentina Maru, instaladas em Muruaí, povoado de Pedrinhas, em São Luís (SILVA, 2019).

Sobre a articulação feita para que japoneses desembarcassem em solos maranhenses, Silva (2019) diz:

No Maranhão a presença de orientais se deu bem mais tarde, no início da década de 1960, quando o governador Newton de Barros Melo articulou, junto ao governo japonês, a atração de imigrantes nipônicos que objetivava a formação de colônias agrícolas cuja finalidade seria a produção de hortifrutigranjeiros que deveriam abastecer as feiras e mercados da capital do estado, São Luís, pois, tais produtos eram escassos e oneravam no comércio da cidade (SILVA, 2019, p. 2).

Evidencia-se que a função dos japoneses dentro do Maranhão era bem definida, sendo à produtividade agrícola a finalidade. Para tal, o acordo realizado entre os dois governos, previa que, o do Maranhão ficaria responsável pela disponibilização de todos os meios para que os imigrantes, recém chegados, desenvolvessem as culturas, além de casas para que as famílias instalassem-se. Silva (2019), traz:

As condições para a vinda dos imigrantes japoneses para o Maranhão foram bem diferentes, o consulado japonês custeava as passagens marítimas dos nipônicos e ao governo do Maranhão cabia ceder os terrenos para o cultivo, estruturar as colônias quanto a moradia, além de disponibilizar caminhonete para cada família, equipamentos e ferramentas, sementes, ou seja, quaisquer que fossem os insumos necessários tanto para que trabalhassem na agricultura ou avicultura (SILVA, 2019, p. 4).

Segundo relato obtido junto ao Entrevistado 1⁷: *“O governa estava oferecendo 10 (dez) hectares de terreno para cada família, aí o japonês ficou doido, né? 10 (dez) hectare... Nem 1 (um) metro quadrado não conseguia, imagina 10 (dez) hectare. E, além disso, para começar o trabalho, dava uma casa pronto pra morar, um poço pronto pra consumir e uma granja pronto pra começar com 1000 (mil) pintinhos”*.

Porém, as promessas não foram cumpridas em totalidade. Ao desembarcarem em terras maranhenses, essas 10 (dez) famílias japonesas encontraram somente 5 (cinco) casas prontas, o que levou à que 2 (duas) famílias fizessem a partilha de 1 (uma) casa, até que as demais fossem terminadas. Além de que a estrutura das granjas ficariam prontas e seriam entregues posteriormente.

Após o início da atividade granjeira, esses japoneses que foram instalados em Pedrinhas, tiveram muita dificuldade com a manutenção do cultivo devido ao precário acesso

⁷ Imigrante japonês chegado ao Maranhão na segunda leva dos imigrantes. Veio com 7 (sete) anos de idade, acompanhado de pai, mãe e 1(uma) irmã. Após a chegada ao Maranhão, nasceram mais 1(um) irmão e 2(duas) irmãs.

para a compra de ração, que, na época, ocorria no bairro Barreto. Dessa forma, foi ocorrendo uma diversificação produtiva, onde os japoneses iniciaram a produção de insumos como tomate e mamão. Contudo, durante o governo de João Castelo (1979 – 1982), tais famílias foram desapropriadas de Pedrinhas para implantação do complexo industrial da ALUMAR, levando-os à buscarem outra(s) localidade(s) para instalarem-se, onde Mercês foi uma via escolhida.

Mas, a ocupação japonesa em Mercês data, ainda, dos anos 1960, quando algumas famílias, então instaladas em Rosário, descontentes com o local disponibilizado para moradia e cultivo agrícola, resolveram desbravar novos territórios com maior aptidão para o desenvolvimento de plantas e mais próximo dos centros de comercialização e compra de insumos. Assim, descobriram Mercês, em Paço do Lumiar, e conseguiram comprar as terras do coronel Pereira dos Santos, dando continuidade e elevando a produtividade agrícola do local.

Apesar dos ritos sociais e culturais muito distintos aos quais os moradores de Mercês estavam acostumados, a chegada dos japoneses à comunidade foi muito benéfica à economia local. Dotados de conhecimentos que, já a época, proviam à agricultura a aplicação de tecnologia para seu desenvolvimento, os japoneses ofertaram à população de Mercês empregos com pagamento em troca da mão-de-obra, o que auxiliava na compra dos demais itens não produzidos pelas famílias.

Segundo relato de agricultores de Mercês, a agricultura na comunidade divide-se em antes e depois da chegada dos japoneses. Pois, a observação das técnicas empregadas pelos imigrantes, favoreceu ao aumento da produtividade nos lotes individuais de cada agricultor. Uma dessas técnicas foi o incremento da irrigação. Segundo Silva (2004, p. 80), “uma vez voltados ao abastecimento do mercado consumidor da capital, os usos agrícolas intensificaram o aproveitamento das terras com a diminuição de áreas inproveitadas e incorporaram novos usos e culturas”.

O Entrevistado 2⁸ fez o seguinte relato: *“mas ela [produtividade] evoluiu mais quando os japoneses chegaram, é porque foi eles que vieram de um, vieram com uma visão totalmente, aí já trouxeram motor a gasolina, né? Aí, o nosso sistema de molhagem era no ombro, na lata. Meus pais carregavam na lata e molhavam. Já com os japonês não, quando eles vieram com as, com os motores, as hortas se ampliaram e plantaram, cultivaram outras, outras culturas, né? Aí abriram os olhos do pessoal da comunidade, porque eles precisavam*

⁸ Agricultor de 56 anos com nascimento e criação em Mercês, ainda residente e com área em cultivo;

do, do, do trabalho da comunidade. Por mais que eles queriam esconder, quem foi mais esperto aprendeu. Entendeu?”.

Já o Entrevistado 3⁹ diz: *“E em 1960 chegou o japonês e a gente foi trabalhar lá, a gente trabalhava na diária. Eles plantavam tomate, plantavam as coisas, tinha muito mato, a gente tirava vara, eles ‘infiçaram’ muito mato, foi que melhorou um pouco, foi melhorando, melhorando”.*

Aos dias atuais, somente 4 (quatro) japoneses oriundos dos movimentos migratórios para o Maranhão nos anos 1960 ainda residem em Mercês. Porém, nem todos ainda permanecem na atividade agrícola. Dos demais migrantes, há uma divisão: parte faleceu, outra parte migrou para outras regiões brasileiras e outros retornaram ao Japão devido às dificuldades aqui encontradas.

A observação das técnicas aplicadas pelos japoneses renderam, aos agricultores de Mercês (Foto 9), conhecimentos para alavancar a produtividade no local. Daquele momento até os dias atuais – agora em menor escala, devido a diminuição do território agrícola – as feiras, em especial, de São Luís são abastecidas diariamente com produtos oriundos da comunidade, como: mamão (Foto 10), abacate, abacaxi, coco, banana, milho (Foto 11), macaxeira, jaca, juçara (Foto 12), quiabo, alface, cheiro verde, feijão de metro ou feijão de corda (Foto 13), pepino, dentre outros.

⁹ Ex-agricultor de 72 anos que devido às dificuldades encontradas para a manutenção das atividades agrícolas, buscou outro segmento econômico para provimento familiar. Hoje encontra-se aposentado.

Foto 9 - Agricultores Cantanhede (esquerda) e Wanderley (direita) em área de cultivo de flores, na propriedade do Wanderley, nas Mercês.



Fonte: Lima (2022).

Foto 10 - Plantação de mamão dentro das propriedades produtivas de Mercês.



Fonte: Lima (2022).

Foto 11 - Cultivo de milho dentro das propriedades produtivas de Mercês.



Fonte: Lima (2022).

Foto 12 - Plantação de juçara precoce pelo agricultor Cantanhede em terreno adjacente à sua casa.



Fonte: Lima (2022).

Foto 13 - Cultivo do feijão de metro ou feijão de corda dentro das propriedades produtivas de Mercês.



Fonte: Lima (2022).

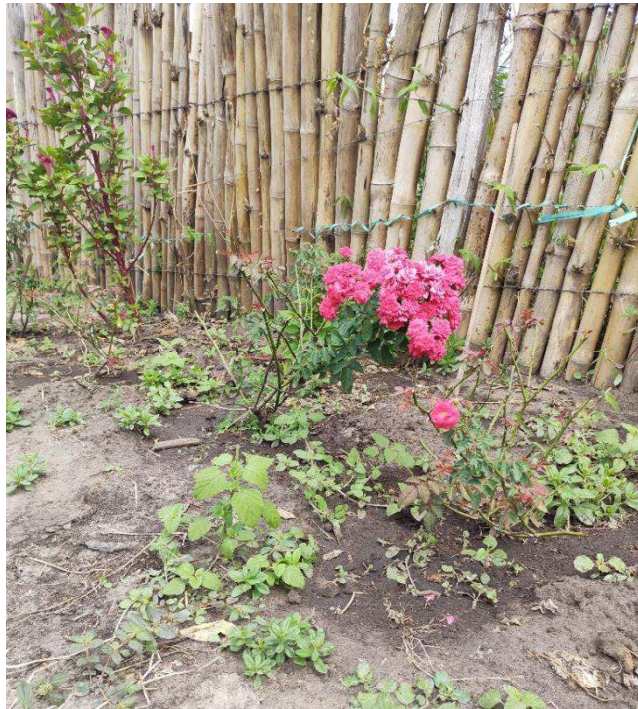
Apesar de não ser o forte dos produtores de Mercês, existe na comunidade a produção de flores, que visa a comercialização para a data de finados, em 02 de Novembro (Foto 14 e Foto 15).

Foto 14 - Cultivo de flores em Mercês para comercialização na data de Finados (02/11).



Fonte: Lima (2022).

Foto 15 - Cultivo de flores em Mercês para comercialização na data de Finados (02/11).



Fonte: Lima (2022).

Assim sendo, os agricultores de Mercês, diariamente, deslocam-se para pontos fixos de comercialização, como feiras do Maiobão, Cidade Operária e João Paulo (Mapa 5); para as feirinhas itinerantes, dentro do próprio município de Paço do Lumiar (Mapa 6) e para as feiras itinerantes concentradas no município de São Luís (Mapa 7).

Apesar dos custos envolvidos como os de transporte e armazenamento das mercadorias, bem como dos agricultores, à ida aos pontos fixos, e até mesmo aos itinerantes, na capital São Luís, tornam-se viáveis pelo quantitativo e fluxo populacional encontrado, viabilizando melhor comercialização dos itens.

Em Paço do Lumiar, as feiras são de responsabilidade da SEMAPA, que possui um cadastro das pessoas interessadas em comercializarem os seus produtos com dias estabelecidos (Quadro 2).

Quadro 2 - Dias da semana e localização das feiras realizadas pela SEMAPA.

DIAS DA SEMANA	LOCAL
Terças-feiras	Mercês
Quartas-feiras	Residencial Portal do Paço
Quintas-feiras	Tambaú
Sextas-feiras	Maiobão

Fonte: Lima (2022).

Já em São Luís, que é o principal mercado consumidor dos insumos agrícolas produzidos em Mercês, o sistema de distribuição das feiras livres ao longo do território dá-se semelhante ao descrito em Paço do Lumiar (Quadro 3).

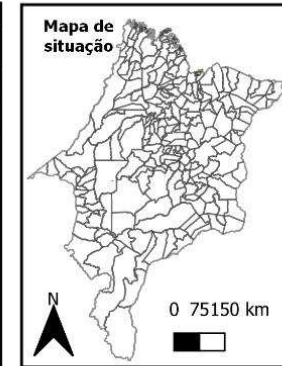
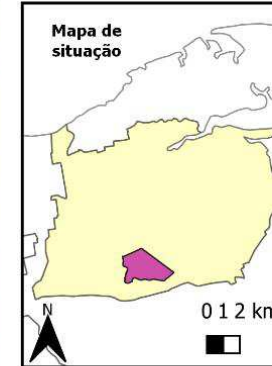
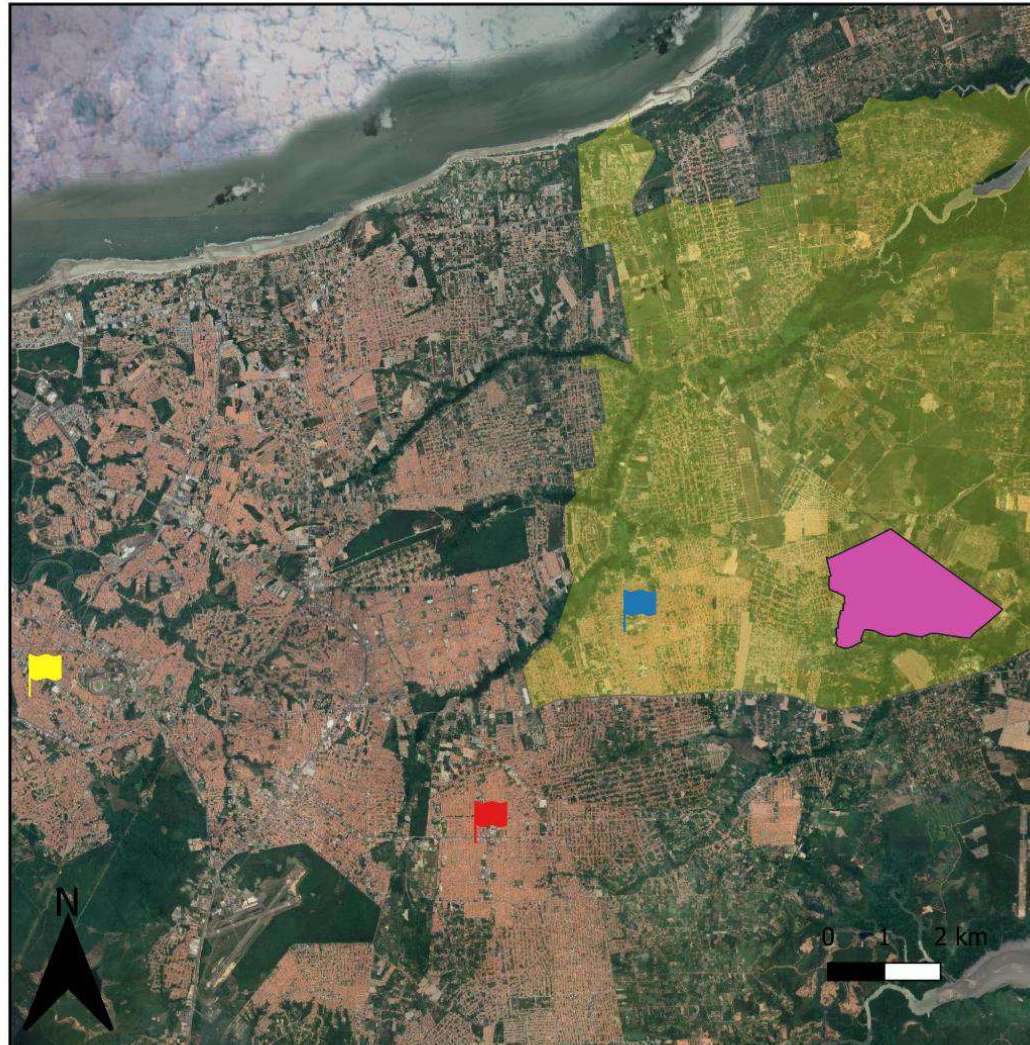
Quadro 3 - Dias da semana e locais de comercialização, em São Luís, de produtos provenientes do povoado Mercês.

DIAS DA SEMANA	LOCAL
Terças-feiras	Cohab Anil IV
Quartas-feiras	Vinhais
Quintas-feiras	Praia Grande
Sextas-feiras	Renascença e João de Deus
Sábados	Angelim, Bequimão, Madre Deus e Turú






Fonte: Lima (2022).

Mapa 5 - Feiras fixas de comercialização dos agricultores de Mercês.

Feiras fixas de comercialização dos agricultores de Mercês.



Elementos do Mapa

-  Feira do João Paulo
-  Feira da Cidade Operária
-  Feira do Maiobão
-  Mercês
-  Paço do Lumiar

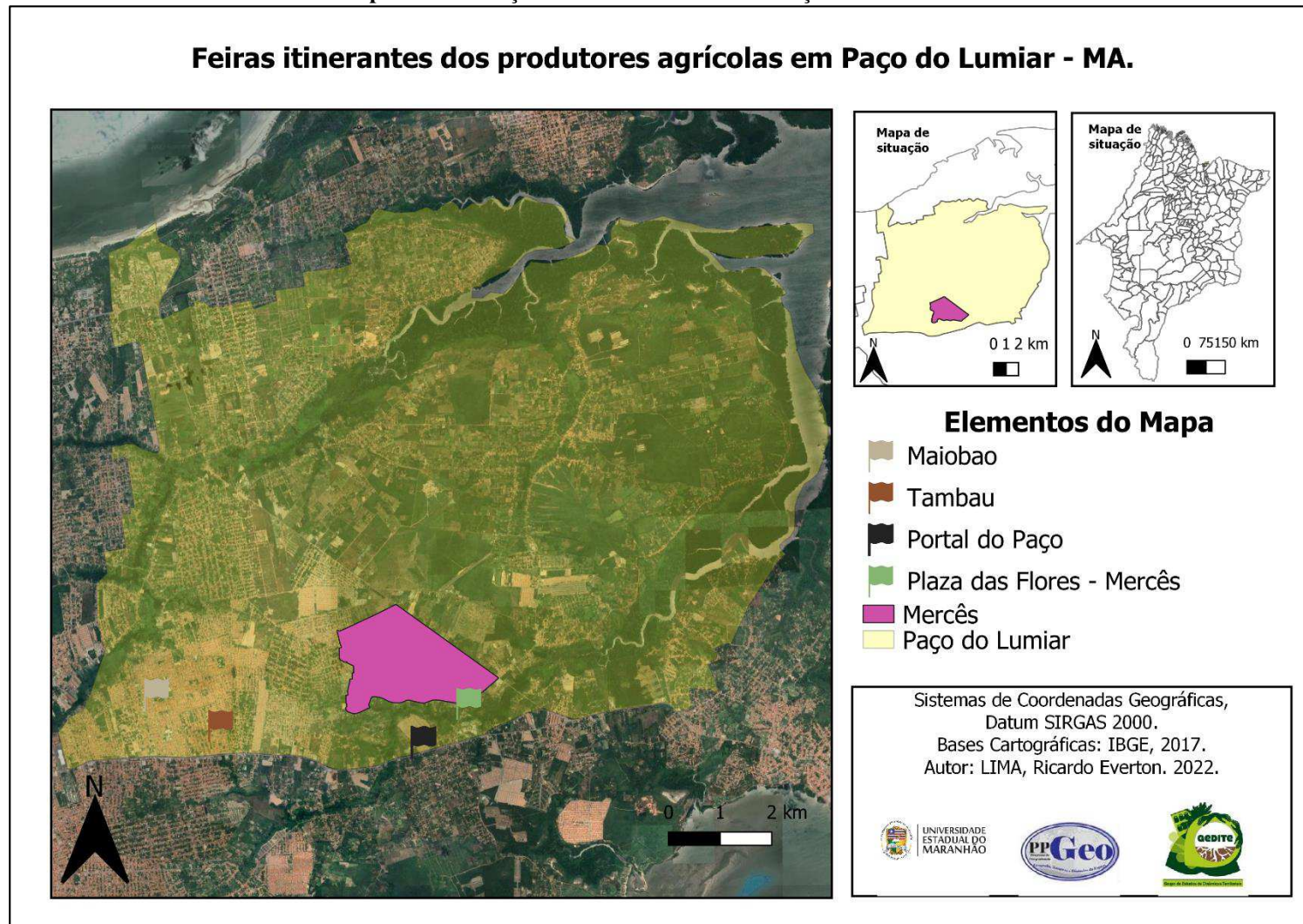
Sistemas de Coordenadas Geográficas,
Datum SIRGAS 2000.

Bases Cartográficas: IBGE, 2017.

Autor: LIMA, Ricardo Everton. 2022.

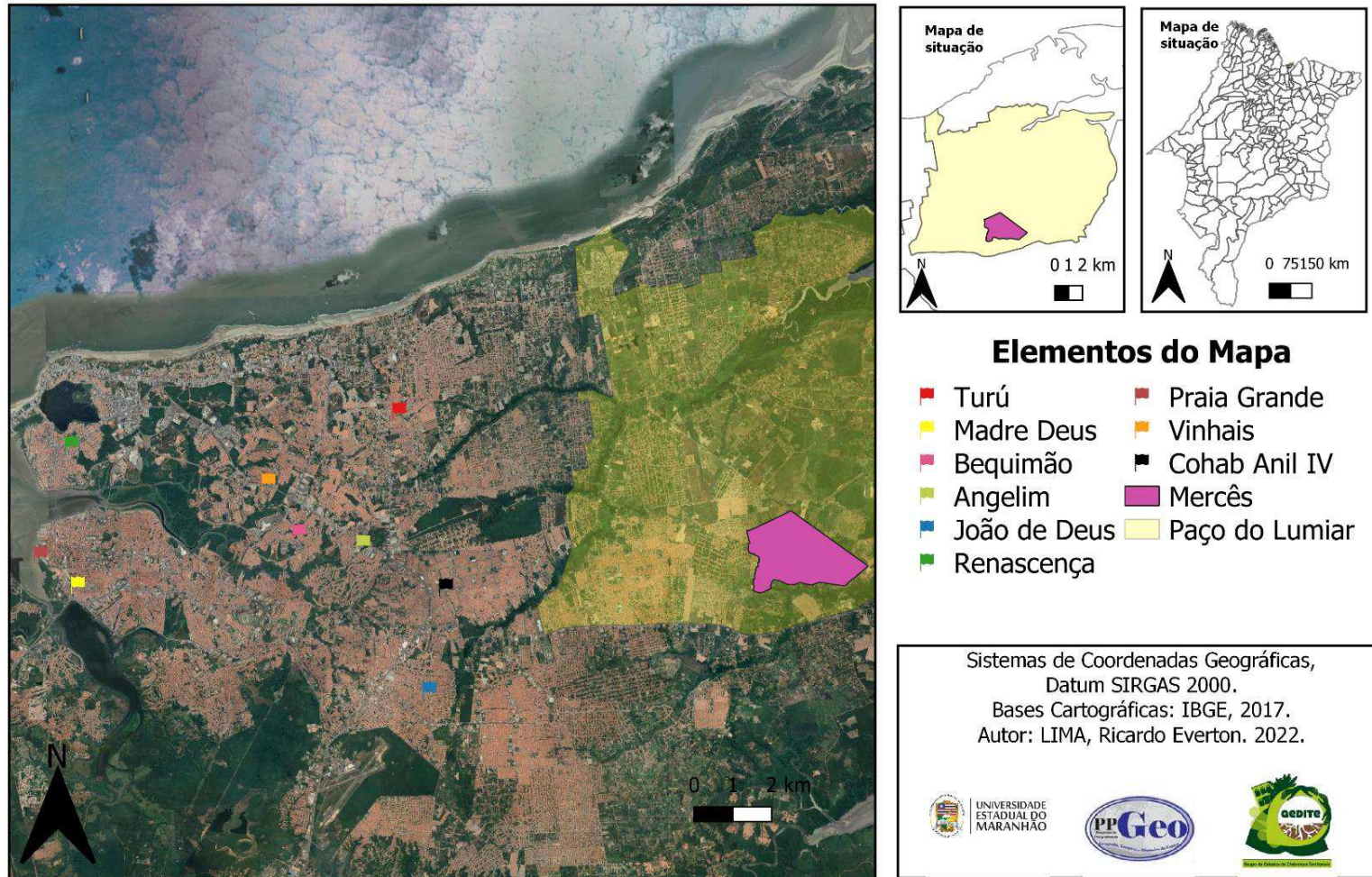


Mapa 6 - Localização das feiras itinerantes em Paço do Lumiar - MA.



Mapa 7 - Localização das feiras itinerantes em São Luís - MA.

Feiras itinerantes dos produtores agrícolas em São Luís - MA.



Dessa forma, percebemos os deslocamentos realizados pelos agricultores de Mercês dentro do território da Ilha do Maranhão, contribuindo diariamente para o abastecimento alimentar de muitas famílias luminenses e, sobremaneira, ludovicenses. Apesar de São Luís ainda ser o principal consumidor dos insumos de Mercês, o crescimento populacional de Paço do Lumiar favorece à circulação comercial e, conseqüente, capital dentro do município, já que existe a redução dos custos com transporte e armazenamento dos alimentos.

Porém, os últimos anos vêm pondo a existência de Mercês como comunidade agrícola familiar tradicional em xeque, já que o processo de crescimento urbano dentro da região metropolitana de São Luís, faz com que o território da comunidade passe a possuir maior valia imobiliária do que agrícola. Assim sendo, os agricultores atuam de forma à resistirem, tentando, ainda, fazer de Mercês uma referência na produção e abastecimento agrícola de Paço do Lumiar e de seus municípios vizinhos.

4.2 A (des)territorialização do espaço rural em Mercês: perspectivas atuais e futuras

A tentativa de permanência e repasse das manifestações sociais e culturais seria um dos movimentos das comunidades tradicionais, como é o caso de Mercês. Contudo, o dinamismo praticado dentro das sociedades do século XXI faz com que os ritos sejam alterados, não deixando nenhum segmento, mesmo os tradicionais, inertes.

Como destacado ao longo dos textos, Mercês, a partir dos anos 2000, iniciou um processo de desterritorialização – “perda do território inicialmente apropriado e construído” (SAQUET, 2018, p. 483) –, impulsionado pela atuação de construtoras que, sobre o, então território agrícola, realizaram à construção de condomínios residenciais.

Essa mudança, que à olhos nus pode significar uma simples modificação paisagística, carrega consigo um profundo rompimento com a identidade dos indivíduos desterritorializados. Saquet (2007, p.70), nos põe:

A territorialização é marcada pelo movimento de reprodução das relações sociais e por uma complexidade cada vez maior nas forças produtivas (máquinas, redes de circulação e comunicação...). Desta forma, a definição de territorialidade extrapola as relações de poder político, os simbolismos dos diferentes grupos sociais e envolve, ao mesmo tempo, a dinâmica econômica centrada em seus agentes sociais. A noção de territorialidade significa *materialidade e imaterialidade* em unidade, na(s) territorialidade(s) e no(s) território(s), no movimento *TDR*.

Sendo assim, a territorialidade baseada na junção do material com o imaterial, leva-nos à perceber um ciclo, visto à formação constante de novas territorialidades.

Dentro de Mercês, o que está sendo desterritorialização para os agricultores e moradores daquele território, reconhecidamente, tradicional, passa ou tende à ser um movimento de territorialização para as pessoas que adentram àquela localidade por intermédio dos condomínios residenciais construídos. Gerando para aqueles que sentem-se desterritorializados, uma reorganização territorial, social e produtiva.

Porém, torna-se importante destacar que, existe uma disputa territorial entre práticas sociais, culturais, políticas e econômicas tradicionais, que é a agricultura familiar, contra um projeto de expansão territorial urbana, fomentada pela aplicação de capital privado e autorizado pelos poderes públicos, onde visivelmente há vantagens para este último. Zibechi (2015, p.101), contribui quando diz:

Três atores principais intervêm nas profundas recomposições territoriais em curso: Estados e instituições, empresas multinacionais e setores dos nossos povos organizados em movimentos. Atravessamos uma nova fase do modelo neoliberal forjado pela mineração a céu aberto, pelas monoculturas de soja e cana-de-açúcar e o complexo floresta-celulose. Em suma, grandes multinacionais da mineração e do agronegócio estão reconfigurando nossos territórios rurais e também urbanos. No campo, expulsando os camponeses basicamente por duas formas diferentes, porém, complementares: a compra ou arrendamento massivo de terras ou a guerra de baixa intensidade contra o campesinato. Ainda que os métodos sejam diferentes, o resultado é similar: uma ação vertical e autoritária do capital para se implantar em áreas ocupadas por agricultores familiares.

O pensamento macro do autor, lê a realidade de Mercês. Que, por estar situada dentro de uma região metropolitana, tem seus camponeses e atividades agrícolas expulsos e expropriados pela demanda urbana neoliberal. Mas, devido às diferenças existentes entre o modo de vida rural e urbano, há um movimento de resistência por parte dos agricultores familiares contra a dominação do capital dentro daquele território. “Para tornar viável a resistência, tiveram que aprofundar suas diferenças para com a cultura e a sociedade hegemônicas” (ZIBECCHI, 2015, p. 99).

Segundo Biderman (2018, p. 811), resistir é: “não ceder, não mudar sob a força ou pressão de alguma coisa; suportar o impacto de uma força que pode causar danos graves; lutar contra uma força que é contrária à liberdade ou ao bem do sujeito; permanecer, sobreviver; recusar-se a, negar-se a”.

Dessa forma, vemos junto aos agricultores familiares de Mercês que existe a luta e a organização entre os mesmos para que a comunidade não perca por inteiro suas características tradicionais e que continue como um polo de produção agrícola. Para tal, no dia 21 de Dezembro de 2018, foi fundada a Associação dos Agricultores e Agricultoras Familiares da Comunidade Mercês – ASCAFAM.

A ASCAFAM possui em sua estrutura organizacional: presidente, vice presidente, secretário, primeiro tesoureiro, segundo tesoureiro e quatro membros para o setor fiscal. Atualmente, conta com 35 (trinta e cinco) associados e eleições a cada 4 (quatro) anos. As reuniões ocorrem nas residências dos associados, visto que ainda não existe uma sede própria.

Apesar da agricultura familiar ser praticada dentro de Mercês há mais de 1 (um) século, somente durante a gestão do prefeito Domingos Francisco Dutra Filho (2017 – 2020), que o então Secretário Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento – SEMAPA indicou aos agricultores de Paço do Lumiar, como um todo, sobre a importância da formação associativa. Eis que, com suporte jurídico administrativo partindo da SEMAPA, a ASCAFAM consolidou-se.

Para Rocha *et al.* (2018, p. 9 e 10) “a partir do associativismo é possível a realização de projetos e alcançar espaços que individualmente seriam muito difíceis, bem como possibilitar a melhoria das condições econômicas dos envolvidos”. Cenário que passa a desenhar-se devido à ausência do estado com escassez de políticas públicas voltadas ao pequeno produtor, fomentando ao surgimento do cooperativismo entre os mesmos, na busca à resistir aos interesses do capital monopolista. “Conceber a possibilidade de constituir associações, tornou-se uma alternativa para a solução das vulnerabilidades e problemas comuns dos agricultores” (ROCHA *et al.*, 2018, p. 11).

Em conversa com um agricultor e associado à ASCAFAM, percebe-se um elevado nível de satisfação com à mesma. Segundo levantado, a associação deu voz aos agricultores da comunidade, sendo que muitos benefícios foram conseguidos através da referida, como: canos de água, kits de irrigação, caixas d’água, roçadeiras, carroças, arados, trator (Foto 16 e Foto 17), além de treinamentos para melhoria dos cultivos, bem como para operacionalizar o trator.

Foto 16 – Trator doado à ASCAFAM para beneficiamento das produções agrícolas de Mercês.



Fonte: Lima (2022).

Foto 17 – Arado e carroça doados à ASCAFAM para beneficiamento das produções agrícolas de Mercês.



Fonte: Lima (2022).

Apesar dos agricultores familiares resistirem ao domínio capital imobiliário, o segmento adequa-se ao capitalismo, fazendo do uso de alguns dos seus preceitos como forma prática de resistência. “O produtor rural no anseio ou necessidade de aumentar a renda familiar, encontra formas de explorar seus conhecimentos intrínsecos e aptidões e/ou adquiri-las, para se inserir na oportunidade de mercado” (ROCHA *et al.*, 2018, p. 12).

A partir da perspectiva de que a produção agropecuária capitalista visa a produção monocultora em grande escala, atendendo a demanda do mercado externo e, que existe um mercado interno e de consumo diário, pode-se inferir que o desenvolvimento das práticas capitalistas abre margem para o desenvolvimento das atividades não capitalistas, como a atividade agrícola familiar. Leme (2018, p.94), corrobora dizendo:

[...] o modo de produção capitalista para se desenvolver não precisa acabar com todas as formas de produção não capitalistas. Pelo contrário, no desenvolvimento do capitalismo sempre haverá o desenvolvimento de relações não capitalistas de produção, como as relações camponesas.

[...] O capitalismo ao se desenvolver produz relações não capitalistas de produção, ou seja, junto a expansão capitalista temos a criação e recriação de relações não capitalistas de produção. Desta forma, temos a combinação de relações de trabalho familiar de um lado e de outro a expansão capitalista.

Assim sendo, apesar do avanço urbano dentro de Mercês, existe um aumento populacional na localidade, que do ponto de vista capitalista significa mercado consumidor. E, já que a produção agrícola da comunidade visa, em primazia, a comercialização de seus produtos, expõe-se uma possibilidade de mercantilização produtiva mais rápida, com elevação da margem de lucros. Perondi (2009, p.16), revela:

Para o produtor rural, a mercantilização se traduz numa relação direta com a monetização, ou seja, o ciclo reprodutivo do meio de vida camponês é crescentemente comprometido com o mercado, transformando (não destruindo totalmente) a sua natureza camponesa, à medida que cresce a necessidade por recursos ofertados pelo mercado.

Contudo, as dificuldades enfrentadas durante as etapas do processo produtivo familiar, bem como, as adversidades para acesso à programas e políticas públicas, resultam em uma redução da mão-de-obra familiar no interior das propriedades, bem como na quantidade e tamanho de propriedades produtivas, levando à busca de atividades remuneradas no ambiente não-agrícola. Profissões como: professor, vendedor, trabalhador da construção civil foram opções buscadas pelos dissidentes da agricultura em Mercês, além daqueles que optaram por criarem comércios dentro e fora da comunidade.

A combinação da renda familiar oriunda da soma das atividades agrícola e não-agrícola remete ao debate sobre a pluriatividade na agricultura familiar. A pluriatividade refere-se “à disseminação do fenômeno da diversificação das atividades e das fontes de renda das unidades familiares agrícolas” (SCHNEIDER, 2009, p. 83).

Para Fuller e Brun (1988, p.150), a pluriatividade:

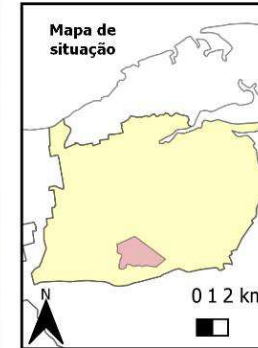
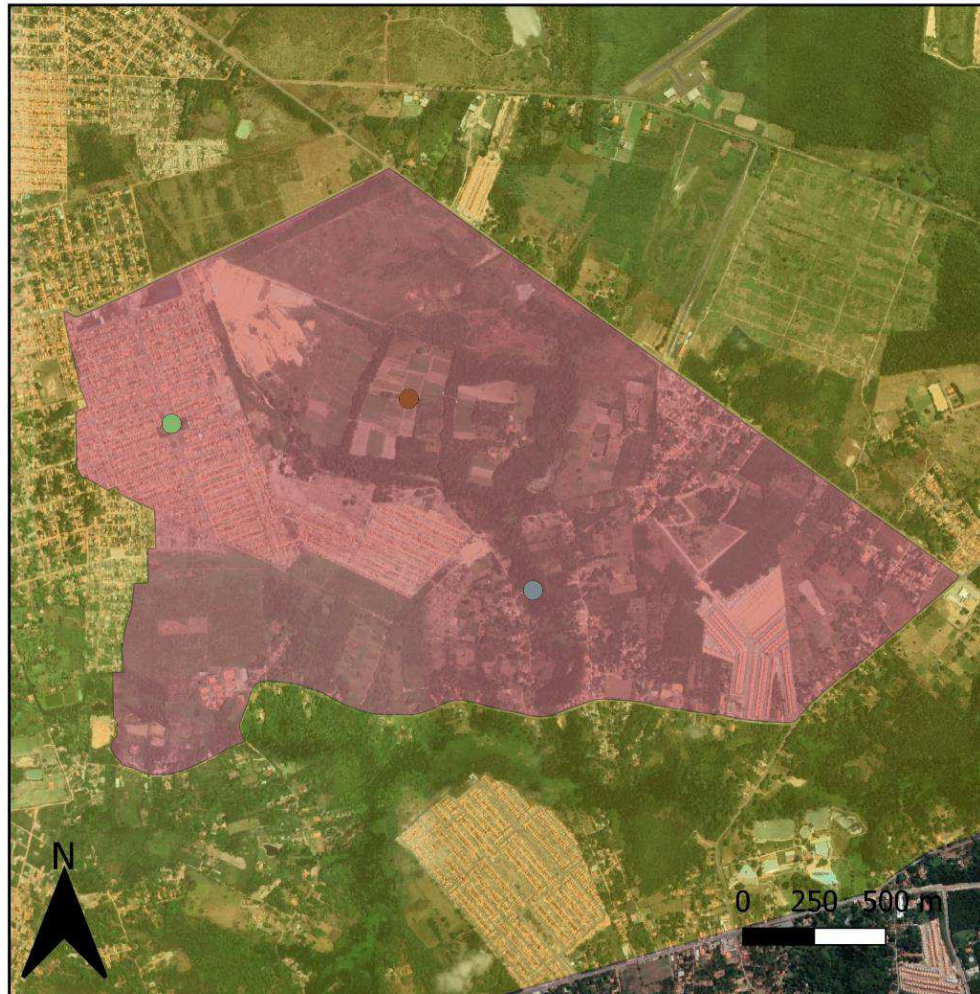
Implica uma forma de gestão do trabalho doméstico em que o trabalho agrícola encontra-se sempre incluído, podendo não ser, no entanto, uma atividade exclusiva ou mesmo a atividade mais importante. Outras atividades podem ser assumidas com o objetivo de sustentar ou de dar suporte à unidade doméstica, podendo também ser motivadas por considerações não-relacionadas à agricultura.

Tal pressuposto teórico, faz-nos perceber que a prática da pluriatividade, empregada à agricultura familiar, é ocorrente em Mercês. Devido às condições de trabalho que envolvem os cultivos agrícolas, que caracterizam-se pelo emprego das atividades manuais e, na maioria das vezes, pesadas, além da relação custo x benefício da produção; deslocamento diário para os centros de comercialização; concorrência de produtos vindos de outros estados – que de acordo os agricultores entrevistados, são comercializados à preços mais baratos dos que os produzidos dentro do Maranhão; esgotamento hídrico da principal fonte de abastecimento da comunidade; dentre outros, levaram com que outras fontes de renda fossem buscadas. Assim, membros das famílias inseriram-se no funcionalismo público, trabalhos assalariados no âmbito privado e/ou iniciaram atividades no setor informal não ligados a agricultura.

Diante de todo o exposto e visto dentro de Mercês, por intermédio de seus agricultores, podemos à caracterizar como um território de resistência, percebendo-a, também, como um território tradicional abarrotado de simbolismos, que tentamos descrever à partir da marcação de 3 (três) locais relevantes para a comunidade, no passado e no presente (Mapa 8).

Mapa 8 - Locais com simbologias para os agricultores de Mercês, Paço do Lumiar - MA.

Locais com simbologias para Mercês, Paço do Lumiar - MA.



Elementos do Mapa

- Terreno de cultivo agrícola ●
- Brejo do Rio das Mercês ●
- Residencial Cidade Verde ●
- Mercês
- Paço do Lumiar
- Maranhão

Sistemas de Coordenadas Geográficas,
Datum SIRGAS 2000.
Bases Cartográficas: IBGE, 2017.
Autor: LIMA, Ricardo Everton. 2022.

A partir do descrito pelos moradores da comunidade, ao verem e/ou passarem pelo Residencial Cidade Verde, existe um sentimento de revolta, não em relação aos moradores do condomínio. Mas, sim pela forma como foi realizado o empreendimento, sem que os setores privados e públicos envolvidos nas etapas de construção dialogassem com os moradores nativos das Mercês, afim de que houvesse um denominador comum para ambas as partes. Visto que, é no espaço em questão que eram desenvolvidas as roças, bem como encontrava-se a nascente do Rio das Mercês.

Sobre o rio, constatou-se a mais profunda tristeza. Pois, aquele ambiente era, no passado, um local, que além de sua importância para o abastecimento hídrico de consumo familiar e produtivo, possuía seu caráter festivo, sendo ágora de confraternizações e brincadeiras para a comunidade e pessoas externas à ela que visitavam-na. Segundo relatos, aos fins de semana várias eram as caravanas e excursões que buscavam as límpidas águas das Mercês.

Ao relatarem sobre suas áreas produtivas, percebe-se um misto sentimental. Apesar da dedicação diária junto às suas propriedades, onde existe o amor empregado e a esperança por boa produtividade em cada ciclo, com a união familiar e a colaboração entre os entes da comunidade, há a revolta, a tristeza, a mágoa, o ressentimento pelo que eram, pelo que são e pelo que poderiam ser. Devido a urbanização dentro da comunidade, grande parte da biota natural foi perdida, como a morte do Rio das Mercês, o que acarretou uma diminuição significativa na quantidade e variedade dos insumos produzidos. Há algum tempo, foi reduzido a produção daqueles elementos que demandavam uma maior abundância de água, como algumas hortaliças, por exemplo.

Aos dias atuais, Mercês ainda coloca-se como um importante centro produtivo agrícola familiar. Juntos, os agricultores anseiam por maior participação do poder público junto à comunidade, para que possa existir a manutenção e o fortalecimento das atividades tradicionais. Para tal, almejam que medidas possam ser tomadas, eficazmente, para que a comunidade não venha à sofrer novas perdas territoriais para os grupos imobiliários, bem como para as ocupações irregulares.

Apesar das dificuldades, os trabalhadores agrícolas remanescentes ainda dedicam-se, diariamente, às suas plantações e, deixam claro o quanto amam o que fazem. Para eles, é uma maneira de cultivar a presença dos seus antepassados.

Contudo, percebe-se que existe a preocupação e, de certa forma, um conformismo quanto ao desaparecimento de Mercês enquanto território tradicional de agricultura familiar em um futuro não muito distante. Dada a não continuidade das novas gerações nas atividades.

Algo que, muitas vezes é incentivado pelos próprios pais, que desejam uma vida mais confortável e menos atribulada aos filhos.

À vista disso, existe o incentivo e subsídio, por parte das famílias, para que os jovens da comunidade dediquem-se à busca do conhecimento formal entre os diferentes níveis educacionais, onde muitos já cursam o nível superior em áreas díspares à agricultura.

Por não pensarem, os moradores e agricultores, na comercialização dos seus lotes de moradia e produção, parece que o futuro de Mercês será condicionado à constituição de sítios, algo que já é presente na comunidade, até que os mesmos sejam disponibilizados à heranças familiares.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos nos mostram que, a partir de meados da década de 1990, houve um cenário de valorização da agricultura familiar, com criação de leis, programas e ações de âmbitos Federal e Estadual. Porém, tal situação, não constata-se no município de Paço do Lumiar – MA. Tudo o que se percebe é que, o município vale-se do criado nas esferas superiores e aplica junto às suas comunidades produtivas. A atitude pode ser encarada como válida, ao vermos que, de certa forma existe o beneficiamento aos agricultores. Mas, os programas federais e estaduais estabelecem parâmetros de acesso, possuindo bases mais gerais. Assim, políticas públicas criadas por Paço do Lumiar – MA e voltadas, em específico, para sua população, teriam mais consistência de atuação, promovendo maior abrangência e, conseqüentemente, resultados.

Outro cenário verificado junto à Paço do Lumiar é o processo de crescimento da área urbana. Esta por sua vez deu-se a partir da urbanização de São Luís, que alargou seus limites urbanos fazendo com que os municípios luminense e ribamareense servissem como pontos de implantação de diversos condomínios residenciais, em grande parte para servirem como locais dormitórios, devido à distância dos principais centros comerciais da capital.

A partir da implantação de indústrias como a CVRD (atualmente Vale) e ALUMAR teve-se nos municípios que compunham a Ilha do Maranhão um expressivo crescimento populacional, em maioria de pessoas advindas do campo, ou mesmo de zonas urbanas de municípios menores.

Apesar do quantitativo populacional de São Luís ser, historicamente, maior do que de Paço do Lumiar e São José de Ribamar, entre os anos de 1980 à 1991 a população luminense cresceu acima dos 200% e a ribamareense mais de 100%, enquanto na capital do Estado o crescimento deu-se em pouco mais de 50%. Tais números percentuais tornam evidente o quanto o fluxo populacional avançou e, ainda, avança sobre os vizinhos ludovicenses. Algo percebido e estimulado pela indústria imobiliária.

O contexto gerado pelos condomínios implantados em Paço do Lumiar tem gerado, em muitos os casos, a redução das áreas produtivas agrícolas familiares, visto que tal município constituiu-se ao longo dos anos como um importante polo produtor de hortifrútiis, sendo um imponente abastecedor do mercado consumidor de São Luís.

Um desses polos agrícolas é Mercês, comunidade constituída à mais de um século por remanescente de negros escravizados e indígenas que, desde seu início estabeleceu à agricultura familiar como principal fonte econômica. Entretanto, somente a partir da década

de 1960 foi que a agricultura das Mercês teve real desenvolvimento, com a chegada de imigrantes japoneses.

A fim de estimular a produtividade hortifrutigranjeira dentro do estado do Maranhão, o, então, governador Newton Belo buscou o governo japonês no intuito de proporcionar a migração de famílias que manifestassem o interesse em vir para o Maranhão, mediante a oferta de variados benefícios para que os japoneses advindos pudessem se instalar.

Nesse sentido, o governo do país oriental iniciou o cadastramento e seleção daqueles que se mostraram adeptos à ideia. E, 2 (duas) levadas de imigrantes japoneses desembarcaram no Maranhão, sendo a primeira no ano de 1960, estes alocados no município de Rosário, e a segunda no ano de 1961, instalados na zona rural de São Luís, em Pedrinhas.

Devido ao não cumprimento de boa parte das condições ofertadas aos japoneses, estes começaram a sair das localidades disponibilizadas e buscaram, dentro e fora do estado, locais aptos ao desenvolvimento das atividades hortifrutigranjeiras. Assim sendo, Mercês, em Paço do Lumiar, foi uma das áreas que recebeu tais japoneses, que adquiriram lotes que, juntos somavam uma grande propriedade.

Por serem detentores de conhecimentos e técnicas mais avançadas, conseguiram prosperar no setor agrícola, necessitando de mão-de-obra externa para auxiliar nas atividades. Eis que, proporcionaram empregos à comunidade tradicional das Mercês. A adesão aos japoneses, foi fundamental para os agricultores que já tinham suas propriedades dentro da comunidade, pois a observação das formas e técnicas utilizados pelos orientais, serviu como elemento propulsor da produtividade agrícola familiar.

Todavia, as dificuldades enfrentadas pela agricultura familiar, somadas às pressões exercidas pela indústria imobiliária, fizeram com que grande parte da propriedade dos japoneses fossem comercializadas com empresas do setor da construção civil.

Dessa forma, levando em consideração os objetivos balizadores deste estudo, chegamos à conclusão que, Mercês vê, a partir de 2010, seu território ser tomado por construções residenciais. Condomínios verticais – Plaza das Flores I, II, III e IV – e horizontais – Cidade Verde I e II – foram construídos e já habitados. Há, em curso, o Residencial Cidade Jardins sendo construído e, existe o relato por parte de moradores da comunidade que, novos espaços já estão sendo especulados por parte de construtoras para futuros empreendimentos.

O abrupto processo de expansão urbana dentro das Mercês fez com que os agricultores e moradores tradicionais da comunidade passassem a lidar com diversos problemas, principalmente, de cunho ambiental. A principal fonte de abastecimento hídrico da localidade,

o rio das Mercês, teve sua nascente soterrada pelo empreendimento Cidade Verde, tornando-o um córrego de água poluída abastecido pelo escoamento de água das chuvas e esgoto superficial, o que levou com que os agricultores e moradores da localidade passassem ao consumo de água por parte de concessionária.

Além disso, a cobertura vegetal verde das matas ciliares que eram, segundo os moradores da comunidade das Mercês, preservadas, foram devastadas, comprometendo a segurança, pureza e carga hídrica dos solos. Tais problemas foram intensificados com a constituição de um assentamento informal instalado nos arredores do Residencial Cidade Verde e das propriedades de moradia e produção agrícola dos tradicionais.

Apesar dos embates mantidos em esfera jurídica contra as empresas responsáveis pelas construções dos condomínios residenciais, os tradicionais das Mercês possuem, atualmente, uma preocupação latente com a proporção territorial e proximidade alcançadas pelo assentamento informal. Ao visualizarmos em campo, tal assentamento avança da lateral em direção aos fundos de diversos terrenos produtivos, em alguns casos já tomando parte dos mesmos.

Tal cenário levou à que muitos moradores da comunidade investissem na construção de muros de alvenaria a fim de buscarem maior segurança às suas casas e propriedades. Além da própria segurança pessoal e familiar, já que há a reclamação e indicação do aumento da violência, principalmente, assaltos.

Porém, mesmo com as adversidades, Mercês ainda persiste enquanto local de produção agrícola familiar e, diariamente, proporciona à população luminense, ribamarense e, em especial, ludovicense a disponibilização de variados insumos agrícolas, como: mamão, juçara, banana, maxixe, quiabo, pepino, cheiro verde, alface, dentre outros. Para tal, além da venda dentro das próprias residências, os agricultores deslocam-se para pontos fixos e itinerantes de comercialização, as feiras.

De fato, os agricultores das Mercês vêm sofrendo pela expropriação territorial e ambiental sofridas. Mas, seguem, duramente, resistindo ao processo de crescimento urbano ocorrido dentro da comunidade. Uma das formas dessa resistência foi a consolidação da Associação dos Agricultores e Agricultoras Familiares da Comunidade Mercês, a ASCAFAM, que dentre suas inúmeras atribuições, consegue a disponibilização de elementos que otimizem a produtividade, aqui destacando a aquisição de um conjunto formado por 1 (um) trator, 1 (arado) e 1 (uma) carroça.

Contudo, vemos em Mercês que várias pessoas que faziam parte da agricultura familiar, ou a deixaram em definitivo ou a deixaram parcialmente, ambos os casos em busca de outras atividades remuneradas.

Dessa forma, chegamos à conclusão de que Mercês enquanto comunidade tradicional agrícola familiar possui a incerteza como futuro. É constatado *in loco* que existe a esperança e a vontade da continuidade das práticas agrícolas, além das sociais e culturais. Porém, vê-se, também, que existe o cansaço da luta diária sem o devido reconhecimento, da população em geral e, principalmente, dos poderes públicos, que infelizmente, tem atuação incipiente, por não se dizer nula, na defesa das comunidades tradicionais, como é o caso de Mercês.

Os agricultores resistentes no hoje, almejam condições de vida menos degradantes e mais confortáveis para seus descendentes, que já buscam em suas formações acadêmicas áreas distintas às que versam sobre os rumos da agricultura. À vista disso, é inevitável, infelizmente, afirmar que Mercês, tanto como comunidade produtiva agrícola familiar quanto comunidade entranhada de simbolismos sociais, culturais e políticos, corre o risco de perder-se face ao avanço do capitalismo sobre os interesses e valores individuais.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: IPEA (Instituto Econômico de Pesquisa Aplicada), 2000.
- ALMEIDA, J. G.; SODRÉ, R. B.; MATTOS JÚNIOR, J. S. de. O MATOPIBA nas Chapadas Maranhenses: Impactos da Expansão do Agronegócio na Microrregião de Chapadinha. In: **Revista NERA**. V. 22, N. 47, pp 248 – 271. Presidente Prudente, 2019.
- ANDRADE, M. C. de. Geografia Rural: questões teórico-metodológicas e técnicas. In: **Campo – Território: revista de geografia agrária**, v. 5, n. 9, p. 5 – 16, fev. 2010.
- ARAÚJO, C. C. de; CALDAS, A. dos S. Território, territorialização, territorialidade e a questão agrária: impasses sócio-espaciais, possibilidades analíticas. In: **Revista GEOSUL**. Florianópolis, v. 34, n. 70, p. 358 – 384, jan./abr. 2019.
- ARRUDA, R. V. de; ARAÚJO, V. P. D. A agricultura familiar e as causas que geram o êxodo rural. In: **ENCICLOPÉDIA BIOSFERA**. Centro Científico Conhecer – Goiânia, v. 16, n. 29, p. 1 – 16. 2019.
- AVILA, M. L.; CALDAS, E. L.; AVILA, S. R. Coordenação e efeitos sinérgicos em Políticas Públicas no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos e do Programa Nacional de Alimentação Escolar. In: **PAA: 10 Anos de Aquisição de Alimentos**. – Brasília, DF. MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014.
- BAGLI, P. Rural e urbano: harmonia e conflito na cadência da contradição. In: **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural/** Maria Encarnação Beltrão Spósito, Arthur Magon Whitacker (Orgs) São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- BIANCHINI, V. O universo da agricultura familiar e sua contribuição ao desenvolvimento rural. In: JUNQUEIRA, C. P; LIMA, J. F; **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil**. Ciências Sociais e Humanas, Londrina, v. 29, n. 2, p. 159-176, jul./dez. 2008.
- _____. **Vinte anos do PRONAF, 1995 – 2005: avanços e desafios**. Brasília: SAF/MAD, 2015.
- BLUME, R. **Território e ruralidade: a desmistificação do fim do rural**. Porto Alegre – RS. 2004.
- BORGES, J. de A. Os Enfoque e os Olhares do Geógrafo: uma abordagem metodológica sobre método, metodologia técnicas de pesquisa. In: OBSERVATORIU. **Revista Eletrônica de Geografia**. V. 7, N. 19, p. 02 – 21. Junho, 2016.
- BRASIL. Lei N.º 11.326, de 24 de Julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**, Brasília – DF, jul. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em: 22 de Setembro de 2021.

_____. **Programa Alimenta Brasil**. Disponível em: <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-productiva-rural/alimenta-brasil/programa-alimenta-brasil>>. Acesso em: 22 de Junho de 2022.

BUENO, P. H. O conceito de território e políticas públicas. In: **IV Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luís – MA, 2009.

BURNETT, C. F. L. *et al.* **Planejamento e gestão de cidades do Maranhão: o executivo municipal e o controle do solo urbano**. São Luís: EDUEMA, 2016.

CAMARGO, R. A. L. de; BACCARIN, J. G.; SILVA, D. B. P. O papel do Programa de Aquisição de alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar. In: **Temas de Administração Pública** (UNESP. Araraquara), v. 8, p. 21-34, 2013.

CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: Nead/UFRJ, 2003.

CASTELLS, M. **A Questão Urbana**. Trad. de Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Compêndio de Estudos Conab**. – V. 1 – Brasília: Conab, 2016.

COSTA, C. M. C. **Uso do território e questão habitacional na ilha do Maranhão: a situação geográfica do Conjunto Cidade Verde I, Paço do Lumiar – MA**. Dissertação (Mestrado) – Curso de Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço, Universidade Estadual do Maranhão – São Luís, 2020.

COTRIM, A. de S. Imigração japonesa no Peru e no Brasil: motivações, dificuldades e assimilação. In: **Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina**. São Paulo, 2016, p. 1 – 12.

CRUZ, G. de J. P. **O território de habitar em Paço do Lumiar: uma análise da segregação socioespacial**. Dissertação (Mestrado) – Curso de Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço, Universidade Estadual do Maranhão – São Luís, 2021.

ENDLICH, A. M. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural/ Maria Encarnação Beltrão Spósito, Arthur Magon Whitacker (organizadores) –1 ed.**—São Paulo: Expressão Popular, 2006.

FERNANDES, B. M. Entrando no território dos territórios. In: Eliane Tomiasi Paullino; João Edmilson Fabrini (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. Ed. Expressão Popular. São Paulo: 2008, p. 273 – 302.

_____. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: João Pedro Stedile (Org.). **A questão agrária no Brasil**. 7ed. São Paulo: 2013, v. 7, p. 173-238.

_____. Políticas públicas e questão agrária: bases para o desenvolvimento territorial camponês. In: **Estado, políticas públicas e território.** / Eraldo da Silva Ramos Filho, et al. – 1. Ed. – São Paulo: Outras Expressões, 2015, p. 17 – 38.

FERNANDES, E. **Regularização de Assentamentos Informais na América Latina.** Lincoln Institute of Land Policy. Estados Unidos da América, 2011.

FERREIRA, A. J. A. **A produção do espaço urbano em São Luís do Maranhão: passado e presente; há futuro?** São Luís: EDUFMA, 2014.

_____. **A reestruturação urbana maranhense: dinâmica e perspectivas.** – São Luís: EDUFMA, 2017.

GAZOLLA, M. O processo de mercantilização do consumo de alimentos na agricultura familiar. In: **A diversidade da agricultura familiar/** org. Sérgio Schneider. – 2. Ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GEIGER, P. **Evolução da Rede Urbana Brasileira.** Brasília: CBPE/INEP – MEC, 1963.

GERMANI, G. I. Questão agrária e movimentos sociais: a territorialização da luta pela terra na Bahia. In: **(Geo)grafias dos movimentos sociais.** Feira de Santana, BA: UEFS, 2010. 392p. 269-304.

GOMES, J. F. B. **A multifuncionalidade da agricultura urbana e a sua integração no ecossistema urbano da Ilha de São Luís.** Dissertação (Mestrado) – Pós-graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, Universidade Estadual do Maranhão – São Luís, 2016.

GROSSI, M. E. Del; SILVA, J. G. da. **Novo rural: uma abordagem ilustrada.** Londrina: Instituto Agrônomo do Paraná. Vol. 1, 53 p, 2002.

HAESBAERT, R. **Território alternativos.** São Paulo: EdUFF/Contexto, 2002.

_____. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina.** Universidade de São Paulo. Março de 2005.

_____. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial.** 2. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

IANNI, O. **A Ideia de Brasil Moderno.** 3 reimpr. 1 ed. de 1992, São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sinopse preliminar do Censo Demográfico.** Rio de Janeiro, v. 7, 2000.

_____. **Censo Agropecuário 2006 – Agricultura Familiar, Primeiros Resultados.** Rio de Janeiro, 2006.

_____. **Cidades.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/paco-dolumiar/panorama>. Acesso em: 24/11/2021.

_____. **Censo demográfico.** Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Resultados_Diario_Oficial_da_Uniao_2010_11_04/MA2010.pdf. Acesso em: 26/11/2021.

_____. **Censo Agropecuário 2017.** Disponível em: <https://mapasinterativos.ibge.gov.br/agrocompara/>. Acesso em: 07 de Outubro de 2022b.

LACOSTE, Y. **A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra.** Campinas: Papirus, 1988.

LAMARCHE, E. **A agricultura familiar: comparação internacional.** Campinas: Unicamp, 2. Ed. 1997.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **A cidade do capital.** Trad.: Maria Helena Rauta Ramos e Marilena Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LEME, S. M. As estratégias de resistência camponesa na contemporaneidade: uma análise dos camponeses da Colônia Pulador em Anastácio – MS. In: **Campo e Território:** revista de geografia agrária, v. 13, nº. 30, p. 92 – 112, ago., 2018.

LIMA, R. E. Agricultura familiar e identidade cultural: um estudo teórico. In: **Revista Ensaios de Geografia.** Niterói, vol. 7, nº. 13, p. 31- 42, jan – abril de 2021.

LIMA, R. M. **O rural no urbano:** uma análise do processo de produção do espaço urbano de Imperatriz – MA. – Imperatriz, MA: Ética, 2008.

LOBO, C. H. B. **Território usado e modernizações na metrópole de São Luís: a situação geográfica do Sítio Grande.** Dissertação (Mestrado) – Curso de Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço, Universidade Estadual do Maranhão – São Luís, 2019.

MARANHÃO. **Constituição do Estado do Maranhão (1989).** Disponível em: <http://www.al.ma.leg.br/arquivos/constituicao.ma.pdf>. Acesso em: 26/06/2022.

MARQUES, M. I. M. O conceito de espaço rural em questão. In: **Revista Terra Livre.** São Paulo– Ano 18, N. 19 – p. 95-112 – Julho/Dezembro de 2002.

MASULLO, Y. A. G. RANGEL, M. E. S. Uso e ocupação do solo e alterações climáticas na ilha do maranhão. In: **Revista Geonorte,** Edição Especial 2, V.2, N.5, p.663 – 674, 2012.

MATTOS JÚNIOR, J. S. **O entroncamento das políticas agrárias no Maranhão:** encontros e desencontros institucionais na Microrregião Geográfica de Itapecuru Mirim. Tese (Doutorado). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente: [s.n], 2010.

MELAZZO, E.; ROSSI, R. A discussão de políticas públicas e o índice de desenvolvimento das famílias em Presidente Prudente – SP: contribuições a partir do território. **Caderno Prudentino de Geografia.** Presidente Prudente, n. 35, v. 2, p. 46 – 64, ago./dez. 2013.

MELLO, L. P.; SULZBACHER, A. W. Os Planos Nacionais de Reforma Agrária no Brasil: a letargia de um desenvolvimento alternativo para campo. In: **Anales del XIV Encuentro de Geógrafos de América Latina Perú 2013**. Lima: Unión Geográfica Internacional Perú, 2013.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA. **Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PRONATER**. Brasília – DF, 2005.

MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. da. **Geografia Crítica - A Valorização do Espaço**. 2ª Edição. Editora Hucitec. São Paulo, 1987.

OLIVEIRA, A. U. de. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007, 184p.

PAÇO DO LUMIAR. **Lei Orgânica do Município (1997)**. Disponível em: <https://www.cmpacodolumiar.ma.gov.br/legislacao/lei-organica-municipal>. Acesso em: 26/06/2022.

_____. **Plano Diretor (2006)**. Disponível em: <https://www.cmpacodolumiar.ma.gov.br/legislacao/2>. Acesso em: 26/06/2022.

PERONDI, M. A. Mercantilização da Agricultura Familiar. In: Dirceu Basso; Nádia Scariot. (Org.). **Gestão da Unidade de Produção e Vida Familiar: gestão em desenvolvimento com ênfase em cooperativismo**. 1ed. Francisco Beltrão: Grafisul, 2009, v. 1, p. 11-26.

PLEIN, C. Capitalismo, agricultura familiar e mercantilização. In: **Informe Gepec**. Toledo, v. 14, n. 02, p. 96 – 111, jul./dez., 2010.

PONTE, K. F. da. (Re)Pensando o conceito do rural. In: **Revista NERA**. Presidente Prudente – Ano 7, N. 4 – p. 20-28 – Janeiro/Julho de 2004.

PORTO, S. I. (*et al*). Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): dez anos de uma política pública múltipla e inovadora. In: **PAA: 10 Anos de Aquisição de Alimentos**. – Brasília, DF. MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **De Saberes e de Territórios – diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana**. Niterói: 2006.

RAFFESTIN, C. O que é o território?. In: **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo. Editora Ática, 1993.

RESENDE, S. **Entre o Rural e o Urbano: a agricultura urbana em Uberlândia (MG)**. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós Graduação em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, 2004.

ROCHA, P. M. R. da. *Et al*. A importância do associativismo rural para a agricultura familiar: oportunidade de renda para pequenos produtores da Comunidade Santa Luzia do município de Jesuítas (PR). In: **Revista de Extensão e Estudos Rurais – REVER**. Revista do Programa de Pós Graduação em Extensão Rural (UFV), v. 7, nº. 1, jan./jul., 2018.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. In: **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 2. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. – 4. Ed. 8. Reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SAQUET, M. A. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. In: **Revista Geosul**, Florianópolis, v. 22, n. 43, p. 55 – 76, jan./jun.2007.

_____. A descoberta do território e outras premissas do desenvolvimento territorial. In: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. São Paulo, V. 20, N. 3, p. 479 – 505, Set. – Dez. 2018.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. – 2. Ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

_____. La pluriactividad en el medio rural brasileño: características y perspectivas para la investigación. In: **GRAMMONT, Hubert Carton de e MARTINEZ VALLE, Luciano (Comp.). (Org.). La pluriactividad en el campo latinoamericano**. 1ªed. Quito/Equador: Ed. Flacso - Serie FORO, 2009, v. 1, p. 132-161.

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA FAMILIAR – SAF. **Políticas públicas para a agricultura familiar**. Governo do Maranhão – MA, 2017.

_____. **Informativo Sistema da Agricultura Familiar**. Governo do Maranhão – MA, N.º 01, 2020.

SIDRA, Sistema IBGE de Recuperação Automática. **Produção Agrícola Municipal**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5457#resultado>>. Acesso em: 10 de Outubro de 2022.

SILVA, L. S. e. **Proteção ambiental e expansão urbana: a ocupação ao sul do Parque Estadual da Cantareira**. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós Graduação em Ciência Ambiental) – Universidade de São Paulo, 2004.

SILVA, J. R.; JESUS, P. de. Os desafios do novo rural e as perspectivas da agricultura familiar no Brasil. In: **V Connepi**, 2010, Maceió – AL. Anais do V Connepi 2010, 2010.

SILVA, H. da S. e. O Sol do Oriente no Maranhão: análise da experiência imigratória japonesa na década de 1960. In: **Anais do II Encontro Internacional História & Parcerias**. Rio de Janeiro: Ampuh – Rio, 2019.

SILVA, A. M. P. da. **DIREITO DE PROPRIEDADE: análise da política pública fundiária na Cidade Olímpica**. Dissertação (Mestrado) – Curso de Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço, Universidade Estadual do Maranhão – São Luís, 2020.

SILVEIRA, M. L. Território usado: dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade. In: **Revista Ciência Geográfica**. Bauru – XV – Vol. (1): Janeiro/Dezembro – 2011.

SODRÉ, R. B.; MATTOS JÚNIOR, J. S. de. O emaranhado dos conflitos de terra no campo maranhense. In: **Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT)**. N. 10 (dezembro). Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, p. 345 – 354, 2016.

SODRÉ, R. B. **Geografia da conflitualidade**: contributos à construção de uma teoria desde o Maranhão Agrário. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação em Geografia, Belém, 2022.

SOUZA, C. Políticas Públicas: conceitos, tipologias e subáreas. In: **A função administrativa pública da Bahia**. Salvador, 2002.

SOUZA, S. V. de; MAIA, D. S. Notas sobre as relações cidade e campo: um esforço de síntese. In: **Cidade e campo**: olhares de Brasil e Portugal. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2020, p. 27 – 55.

SPÓSITO, M. E. B. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Geografia Contexto, 1996.

SPÓSITO, M. E. B. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: **Cidade e campo**: relações e contradições entre urbano e rural/ Maria Encarnação Beltrão Spósito, Arthur Magon Whitacker (organizadores) –1 ed.—São Paulo: Expressão Popular, 2006.

WANDERLEY, Maria N. B. **O mundo rural como espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

WELCH, C. A.; FERNANDES, B. M. Agricultura e Mercado: campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: Eliane Tomiasi Paulino; João Edmilson Fabrini (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. 1ª Edição. Editora Expressão Popular. São Paulo: 2008, p. 161 – 212.

ZAMBRANO, C. Territorios plurales, cambio sociopolítico y gobernabilidad cultural. In: **Boletim Goiano de Geografia**: 9 – 49. Jan – Jul. 2001.

ZIBECHI, R. **Territórios em resistência: cartografia política das periferias urbanas latino-americanas**. – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

ZOCHE, E. **Agricultura Familiar: Histórico e Desafios para a Sucessão Familiar**. 2016. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Cooperativismo Solidário e Crédito Rural) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Entrevista Produtores Agrícolas das Mercês.**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO****PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM
GEOGRAFIA, NATUREZA E DINÂMICA DO
ESPAÇO - PPGeo****ENTREVISTA PRODUTORES AGRÍCOLAS DAS MERCÊS**

- 1- CONTE-NOS COMO SE DEU O SEU PROCESSO DE CHEGADA E INÍCIO PRODUTIVO NO BAIRRO MERCÊS.
 - 2- EM SUA VISÃO, QUAL A IMPORTÂNCIA DO BAIRRO MERCÊS PARA O ABASTECIMENTO ALIMENTAR DO MUNICÍPIO DE PAÇO DO LUMIAR E OUTROS MUNICÍPIOS DA ILHA.
 - 3- RELATE COMO ERA E COMO ESTÁ A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NA COMUNIDADE MERCÊS.
 - 4- OS AGRICULTORES DAS MERCÊS SÃO ATENDIDOS PELOS PROGRAMAS FEDERAIS E ESTADUAIS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR? QUAIS?
 - 5- A SEMAPA PRESTA ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO JUNTO AOS PRODUTORES DA COMUNIDADE?
 - 6- EXISTE ASSOCIAÇÃO OU COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO BAIRRO MERCÊS? QUAL A ATUAÇÃO E IMPORTÂNCIA DA MESMA?
 - 7- COMO ESTÁ SENDO VISTO O PROCESSO DE CRESCIMENTO DE CONDOMÍNIOS RESIDENCIAIS FRENTE À ÁREA RURAL DO BAIRRO MERCÊS?
 - 8- AINDA HÁ ESPAÇO PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NO POVOADO MERCÊS?
 - 9- JÁ CHEGARAM E/OU AINDA CHEGAM PROPOSTAS DE CONSTRUTORAS PARA AQUISIÇÃO DE MAIS TERRENOS NO BAIRRO MERCÊS?
 - 10- OS JOVENS DA COMUNIDADE MERCÊS VÊM A AGRICULTURA FAMILIAR COMO PERSPECTIVA DE VIDA FUTURA?
- OUTRAS ANOTAÇÕES RELEVANTES.

APÊNDICE B – Entrevista Coordenação do PAA em Paço do Lumiar – MA.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM
GEOGRAFIA, NATUREZA E DINÂMICA DO
ESPAÇO - PPGeo**



ENTREVISTA COORDENAÇÃO DO PAA EM PAÇO DO LUMIAR - MA

- 1- COMO ESTÁ ESTRUTURADO O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO MUNICÍPIO DE PAÇO DO LUMIAR?
 - 2- O MUNICÍPIO DE PAÇO DO LUMIAR POSSUI ALGUMA POLÍTICA PÚBLICA PRÓPRIA DE FORTALECIMENTO DO PROGRAMA JUNTO AOS PRODUTORES?
 - 3- QUAIS COMUNIDADES DO MUNICÍPIO SÃO ATENDIDAS PELO PAA?
 - 4- QUAIS OS PRODUTOS ADQUIRIDOS PELO PROGRAMA?
 - 5- QUAL O DESTINO DOS PRODUTOS ADQUIRIDOS PELO PAA DENTRO DO MUNICÍPIO?
 - 6- A AQUISIÇÃO DOS PRODUTOS ALIMENTÍCIOS É FEITA INDIVIDUALMENTE JUNTO AOS PRODUTORES OU ATRAVÉS DE ASSOCIAÇÕES E/OU COOPERATIVAS?
 - 7- EXISTEM METAS ANUAIS, EVOLUTIVAS, DE AQUISIÇÃO DOS PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR AO PAA?
- OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES.

APÊNDICE C – Termo de Utilização de Imagem – José de Jesus Martins Cantanhede.

UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM
GEOGRAFIA, NATUREZA E DINÂMICA DO
ESPAÇO - PPGeo

TERMO DE UTILIZAÇÃO DE IMAGEM

Eu, JOSÉ DE JESUS MARTINS CANTANHEDE,
autorizo a utilização da minha imagem pelo discente RICARDO EVERTON LIMA,
matrícula 20211001246, na dissertação intitulada “AS FRENTES DE
(DES)ARTICULAÇÃO E RESISTÊNCIA DOS PRODUTORES AGRÍCOLAS
FRENTE AO AVANÇO DA ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA: estudo do bairro
Mercês, Paço do Lumiar – MA”, vinculada ao Programa de Pós Graduação em Geografia,
Natureza e Dinâmica do Espaço – PPGeo na Universidade Estadual do Maranhão –
UEMA.

Paço do Lumiar – MA, 28 de Novembro de 2022.

José de Jesus Martins Cantanhede
Assinatura

APÊNDICE D – Termo de Utilização de Imagem – Wanderley Garcês Pereira.UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO**
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM
GEOGRAFIA, NATUREZA E DINÂMICA DO
ESPAÇO - PP GEO**TERMO DE UTILIZAÇÃO DE IMAGEM**

Eu, WANDERLEY GARCÊS PEREIRA,
autorizo a utilização da minha imagem pelo discente RICARDO EVERTON LIMA,
matrícula 20211001246, na dissertação intitulada “AS FRENTES DE
(DES)ARTICULAÇÃO E RESISTÊNCIA DOS PRODUTORES AGRÍCOLAS
FRENTE AO AVANÇO DA ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA: estudo do bairro
Mercês, Paço do Lumiar – MA”, vinculada ao Programa de Pós Graduação em Geografia,
Natureza e Dinâmica do Espaço – PP GEO na Universidade Estadual do Maranhão –
UEMA.

Paço do Lumiar – MA, 28 de Novembro de 2022.

Wanderley Garcês Pereira
Assinatura

ANEXO

ANEXO A - Mapa de Macrozoneamento Urbano e Rural de Paço do Lumiar.

